

RESULTADO DA PESQUISA

Fonte: Banco de Discursos da Câmara dos Deputados

Critérios de Pesquisa:

Período: 11/10/2016 a 18/04/2017

Indexação: "Reforma política"

Ordenamento: Decrescente pela data do discurso

Total de discursos em Plenário: 76

Documento 1/76

073.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	12/04/2017-09:28
Publ.: DCD 13/04/2017 -	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Artigo intitulado Vida Antes da Morte, de autoria do orador, publicado no Blog do Noblat, a respeito do momento político brasileiro sob a ótica do significado da Páscoa. Defesa de Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para a reforma política.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que ontem fiquei surpreso: a tal recuperação fiscal acabou rapidamente. Parece que muitos estavam querendo se recuperar de uma fiscalização externa talvez excessiva. Enfim, vamos tentar voltar à atuação normal do Parlamento.

Registro meu artigo publicado no Blog do Noblat chamado *Vida Antes da Morte* e outro texto, feito a partir de reflexões desta noite sobre o tal fim do mundo e a necessidade urgente de reformar radicalmente o modo de fazer política e o financiamento de partidos, para que não haja o central dessas investigações todas: a promiscuidade entre grandes empresas, que são corruptoras, e parte do mundo político público e privado, e troca de favores. Tudo isso é absolutamente indevido. Temos que enfrentar!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento, para inserção nos Anais da Câmara, artigo publicado hoje, dia 11 de abril, no Blog do Noblat. Trata da Páscoa e da necessidade de nos renovarmos na política também.

Vida antes da morte.

Na Semana Santa, lembra-se que a dialética vida-morte-ressurreição atravessa a caminhada da humanidade. Ela vai além das religiões: tese, antítese e síntese estão no âmago de tudo o que pulsa no planeta. O cristianismo, religião oriental que se espalhou pelo Ocidente, carrega esse fascinante mistério no seu próprio coração, ao afirmar que a morte não tem a última palavra.

Hoje já se entende que não é possível ficar esperando o paraíso depois de uma existência de privações. É preciso começar a construí-lo aqui e agora: "*Venha a nós o vosso Reino*". Para quem celebra a Páscoa, a preparação nos dias que a antecedem é plena de humanismo. O Cristo aclamado com ramos na entrada em Jerusalém, sobre um jumentinho - e não sobre um cavalo dos reis belicosos -, será o mesmo a ser repudiado dias depois, com a multidão pedindo sua crucificação. O Cristo que sua sangue no Horto das Oliveiras, na iminência do terrível sofrimento - "*Pai, afasta de mim esse cálice!*" -, é o mesmo que, horas antes, celebra a fraternura na doce partilha do pão com seus amigos fiéis. Companheiros, os que repartem o mesmo pão!

O que é a vida, então, senão sofrimento e superação, dor e alegria, medo e coragem, angústia e serenidade, morte e ressurreição? O escuro da cruz, na sexta-feira da paixão, prenuncia a páscoa dominical, *pesach*, travessia de luz. Libertação de todos os cativeiros.

Assim também na história dos povos e nações, mediatizada por conjunturas sócio-políticas concretas. No Brasil de hoje, a crescente cavalgada da discriminação, da eliminação do que difere, é sinal sombrio de morte. É abominável quando uma figura pública fala, altissonante, de seu ódio a indígenas e quilombolas - tratando-os como animais sem direito a território, os "*que nem para procriar servem*" - e às mulheres, geradas por "*uma fraquejada*". O ovo da serpente do fascismo está sendo chocado quando é aplaudido por uma multidão, talvez ignorante de recentes tempos sombrios, "*passagem desbotada na memória de nossas novas gerações*".

A morte entra devagarinho na vida social quando um modelo



econômico, fundado no êmulo da ganância, deixa mais de 13 milhões desempregados. Ou quando o poder público, quebrado por desonerações a grandes empresas e pelo roubo dos gestores, mostra-se incapaz de prestar os serviços básicos de saúde, saneamento, educação, moradia e locomoção à maioria dos cidadãos. O véu da morte também cobre um sistema político agonizante, sustentado até então pelo poder dissolvente do dinheiro, no qual as maiorias sociais não conseguem representação.

A Páscoa - dos ateus, da cosmovisão afro e nativa, dos cristãos, judeus, muçulmanos, budistas e adeptos de todos os credos - só chegará para quem se empenhar em gastar sua vida enfrentando as forças da morte e agregando mais vida à sociedade, para torná-la menos injusta.

O ovo, de energético chocolate, muito além do consumismo, tem enorme simbolismo, que Adélia Prado destaca: *"túrgido de promessa, guarda um sol ocluso: o que vai viver, espera"*. Que, removida a pedra do túmulo, possa emergir um humanismo radical.

Agradeço a atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, eis o meu pronunciamento.

Fim do mundo.

A quase centena de inquéritos sobre autoridades no STF e os duzentos processos em outras instâncias da Justiça devem-se a duas razões fundamentais - e deploráveis: grandes corporações empresariais financiaram figuras públicas e legendas em troca de atendimento a seus interesses, como privilégios em licitações nos Executivos e aprovação de leis facilitadoras de seus negócios nos Legislativos; candidatos e autoridades cobraram apoio financeiro de empresas para colocar-se a seu serviço, sendo que isso permitiu ilícito aumento patrimonial a vários e fatura de recursos - muitas vezes, pelo caixa dois - nas campanhas, desequilibrando a disputa.

Poderosos corruptos e corruptores cederam ao poder dissolvente do dinheiro. O sistema político está apodrecido e precisa ser substancialmente modificado. Na minha visão, só uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para a reforma política, com intensa participação popular, será capaz de avançar neste sentido.

Face à mais grave crise da República desde que superamos a ditadura civil-militar, é de interesse público que sejam realizadas investigações também sobre Michel Temer, para as quais o PSOL entrará com representação ainda hoje; que as autoridades que têm funções especiais de mando - como Ministros, Presidentes de Poderes e relatores de projetos - delas se afastem, até que tudo se esclareça; que os órgãos de controle ético da Presidência da República e do Congresso Nacional abram, de ofício, procedimentos apuratórios preliminares da conduta dos investigados; que os denunciados (ou simplesmente citados) se coloquem publicamente, apresentando suas razões, abrindo suas contas e colocando-se à disposição da Justiça; que o poder constituinte originário, o povo, seja demandado para, através de regras eleitorais claras e paritárias, escolher seus novos governantes e legisladores.

Documento 2/76

073.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/04/2017- CD	11:30
Publ.: DCD - 13/04/2017 - CARLOS ZARATTINI-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Críticas à forma de condução da Operação Lava-Jato. Prejuízos causados ao País pelo descrédito da classe política perante a opinião pública. Defesa de realização da reforma política. Reafirmação do compromisso do PT com a defesa dos interesses do povo brasileiro. Contrariedade às propostas de reforma trabalhista e previdenciária.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ontem, o País assistiu à divulgação da famosa lista da Odebrecht, uma divulgação feita, como se esperava, com todo o alarido e da forma mais ampla possível, de modo a atingir todos os grandes partidos políticos deste País, abrangendo Governadores, Senadores, Deputados, Prefeitos e um sem-número de pessoas que não têm mandato e vão ser processadas e investigadas através de outras varas da Justiça.

Nós consideramos que essa divulgação e a forma como vêm sendo



feitas as investigações da operação Lava-Jato caracterizam claramente um estado de exceção em nosso País, um estado de exceção em que se aceitam delações como provas, em que se fazem prisões sem provas, em que praticamente deixou de existir o instituto do *habeas corpus*, que nem na própria ditadura militar tinha deixado de existir, em que não existe mais a presunção da inocência. Ao contrário, todos são culpados até que se prove o contrário.

Esse estado de exceção vem sendo, na prática, referendado de forma completamente arbitrária por órgãos como o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que reconheceu que a Operação Lava-Jato poderia funcionar desrespeitando a legislação, porque se tratava de uma operação de exceção, e, muitas vezes, com o beneplácito do Supremo Tribunal Federal.

A forma de divulgação dessa lista atinge a reputação e a credibilidade de todos os que foram citados, de forma irreparável.

A abertura do inquérito, em tese, não coloca ninguém sob suspeição. Isso não é uma prova. A abertura do inquérito não significa o julgamento, mas, da forma como foi feita essa divulgação, não há dúvida de que todos aqueles que foram citados aparecem na sociedade como culpados.

Todos os que foram parar no noticiário sem contraditório, porque não houve possibilidade sequer de haver um, já estão condenados pela opinião pública, e a redução do prejuízo só vai ocorrer ao final de um longo processo.

Eu quero lembrar aqui a todos os Deputados e Deputadas, a todos os que assistem à *TV Câmara* e que nos acompanham pela Internet que o PT sempre, na sua história, defendeu o financiamento público de campanha, em primeiro lugar, para impedir que o poder econômico decidisse os rumos do País e, em segundo lugar, para que não se colocasse sob suspeição permanente a atividade política, que é o que acontece hoje.

Hoje existe uma desconfiança em todo o País em relação aos políticos, sejam do Legislativo, sejam do Executivo, e isso desacredita, desune, desagrega o País. Precisamos reverter essa situação. E vamos fazer isso por meio de uma reforma política.

Quando o foco era exclusivamente o PT, muitos se aproveitaram e nunca questionaram a fundamentação daquelas denúncias; muitos se alegraram com as denúncias contra o PT, e muitos se utilizaram delas

para afastar a Presidenta Dilma do Governo.

Agora, as denúncias atingem todos os partidos, todas as correntes, e é necessário que se faça, sim, uma investigação, que se instaurem os inquéritos, mas também que se permita que esta Casa, este Congresso, faça uma reforma política que, evidentemente, afaste o poder econômico da atividade política. Isso tem que ser realizado. Isso tem que ser feito.

A bancada do PT vem se manifestar nessas condições. Ela vem dizer que todos os Deputados e Senadores do nosso partido que serão investigados deverão exercer o seu direito de defesa perante a Justiça brasileira, mas nós não aceitamos, em hipótese alguma, uma condenação prévia. Nós não aceitamos, em hipótese alguma, uma condenação midiática, como a que vem sendo feita, e vamos continuar trabalhando permanentemente, sem nenhuma vacilação, em defesa do povo brasileiro.

Aqueles que acham que o nosso partido vai parar de combater reformas como a da Previdência, que quer retirar direitos de milhões de trabalhadores até a sua aposentadoria; como a reforma trabalhista, que quer jogar na completa desorganização o mercado de trabalho, desrespeitando direitos duramente conquistados, querendo impedir que o nosso partido defenda os trabalhadores da cidade e do campo, a democracia e a soberania nacional, vão se equivocar.

O nosso partido vai continuar lutando, vai continuar batalhando. Vamos nos defender de qualquer acusação, mas vamos continuar defendendo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 3/76

073.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/04/2017- CD	11:30
Publ.: DCD - 13/04/2017 - JÚLIO DELGADO-PSB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apreensão do Congresso Nacional e da sociedade brasileira diante da divulgação de lista de políticos alvo de inquérito no âmbito da Operação Lava-Jato. Falta de credibilidade ao Parlamento para a realização de reformas sem

consulta popular, por referendo ou plebiscito homologatório.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho aqui nesta manhã para dizer que o Congresso, Brasília e o Brasil foram tomados não por surpresa, mas por apreensão e inquietude muito grande com a divulgação da quebra do sigilo dos inquéritos cuja abertura foi autorizada pelo Ministro Fachin.

Quero dizer que nós não devemos, neste momento, Deputado Flavinho, prejudicar ninguém. Eu acho que a isenção clara se faz necessária, assim como é necessário que possamos apurar a conduta daqueles que, citados e investigados, vão provar a sua inocência.

Eu tenho certeza de que muitos nomes nesse meio foram citados à revelia ou sem a comprovação de eventual envolvimento na Lava-Jato, mas é preciso responsabilizar também aqueles que se locupletaram de dinheiro público e que participaram de todo o esquema de corrupção que envolveu não só a PETROBRAS, mas todos aqueles que estão sendo investigados pela Lava-Jato.

Eu quero manifestar claramente essa nossa posição, e é assim que vamos atuar.

Brasília ontem foi tomada por surpresa quando da divulgação da lista - é lógico, complicada -, que envolvia nomes importantes, que inclusive conduzem reformas que estão sendo discutidas nesta Casa, a ponto de poderes e forças antagônicas se juntarem para tentar uma blindagem, na votação para a escolha dos membros do Conselho de Ética - isso aconteceu na noite de ontem, quando a sessão aqui foi interrompida.

Houve uma pressa danada para escolher o Conselho de Ética, depois de toda a demora, para poder, de certa forma, fazer essa blindagem. Forças totalmente antagônicas estavam juntas, e nós, Deputado Flavinho, eu e V.Exa., que estávamos no Conselho de Ética, acompanhamos isso.

Quero dizer que neste momento, Deputada Jô Moraes, nós não temos a menor condição de patrocinar determinadas reformas - trabalhista, previdenciária, política, renegociação das dívidas - sem consultar a sociedade, que está aturdida com o que aconteceu aqui no Parlamento.

Não dá para fazermos; não há credibilidade suficiente para isso; não há respeito nenhum da sociedade para que possamos patrocinar

determinadas reformas que vão atingir o cidadão, que vão mexer com a vida do cidadão. Isso não pode ser feito por pessoas que estão neste momento, de certa forma, envolvidas. Espero que elas possam provar a sua inocência e o seu não envolvimento, mas este Congresso está violentamente comprometido em função disso tudo.

Como foi dito aqui por vários colegas - o Deputado que me antecedeu falou da questão previdenciária, outro Deputado que me antecedeu falou da reforma política -, nós não temos como fazer qualquer tipo de reforma neste momento sem passar por uma consulta popular. Uma reforma política comprometida tem que passar, depois, por um referendo ou, antes, por um plebiscito; uma reforma da Previdência tem que passar por um referendo ou um plebiscito; uma reforma trabalhista tem que passar por um referendo ou um plebiscito.

Nós temos que, neste momento, já que não dá para fazer uma Assembleia Constituinte, fazer com que os nossos atuais Constituintes deleguem ao povo essa decisão, para não haver suspeição, de modo que ele diga se concorda ou não com o que vai ser aprovado.

Este é o nosso posicionamento. Queríamos que isso fosse ouvido pelos Líderes que conduzem esta Casa, com a responsabilidade devida, dando ao povo a regalia de, por referendo ou plebiscito, homologar qualquer decisão que este Parlamento tome daqui por diante.

Muito obrigado.

Documento 4/76

068.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 10/04/2017-19:12
Publ.: DCD 11/04/2017 -	MISAEL VARELLA-DEM -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade às propostas de financiamento de campanhas e à adoção do sistema de escolha de candidatos por lista fechada contidas no bojo de reforma política em apreciação pela Câmara dos Deputados.

O SR. MISAEL VARELLA (DEM-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Congresso corre o sério risco de criar uma reforma política anômala, com as propostas de lista fechada e financiamento de campanhas. É o momento de pensarmos se, na atual crise, devemos onerar ainda mais os cofres públicos com repasses aos 35 partidos políticos existentes hoje. Cabe também uma profunda reflexão sobre a tão cobrada transparência de nossa classe, ao propormos que o sistema de lista fechada seja adotado justamente quando o foro privilegiado sustenta a liberdade de nomes nesta Casa.

A reforma política que a população tanto almeja ainda não foi apresentada. A diminuição ou até mesmo o corte total de repasses públicos e de siglas, através de uma eficiente cláusula de barreira, o fim da reeleição e a obrigatoriedade do voto, temas tão debatidos pela população, não chegam ao Congresso. É impensável falar em mudanças sem que nada ou pouco mude, sem que possamos ouvir quem realmente paga o preço de campanhas Brasil a fora.

Mais uma vez, a volta da credibilidade dos políticos em todas as esferas do poder vai sendo deixada de lado. Resta saber se os demais Parlamentares, que, assim como eu, não estão envolvidos em escândalos de corrupção, compartilham das mesmas opiniões a respeito do tema.

Uma reforma de verdade deve cortar o mal pela raiz, propor novos rumos para a estrutura política vigente e sanar de uma vez por todas as desconfianças e desilusões do povo com os governantes que escolheram.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 5/76

066.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 06/04/2017- CD	15:00
Publ.: DCD - 07/04/2017	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
-	-	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO



Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 7.869, de 2010, sobre a instituição do sistema de lista fechada flexível nas eleições proporcionais. Esclarecimentos sobre a matéria. Expectativa de apreciação da proposição pela Câmara dos Deputados no âmbito dos debates da proposta de reforma política.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Câmara dos Deputados debate de forma intensa, ativa e muito interativa a questão da reforma política. Eu tenho participado da Comissão até porque sou autor de um dos projetos que está em debate na reforma política: o Projeto de Lei nº 7.869, de 2010. Este projeto não é do mês passado, do ano passado, enfim, ele é da década passada. Ele já está tramitando aqui há 7 anos.

Sr. Presidente, com a experiência que tenho de nove mandatos na condição de Vereador, Prefeito, Deputado Estadual três vezes e Deputado Federal quatro vezes aqui na Casa, quero dizer que se faz necessária uma reforma política. Porém, vamos devagar com o andor, porque o santo é de barro.

Em primeiro lugar, em 1999, quando aqui cheguei, eu apresentei um projeto de lei que proibia coligações nas eleições proporcionais; ou seja, os partidos não poderiam se coligar para Vereador, para Deputado Estadual e nem para Deputado Federal, de tal sorte que cada partido tinha que concorrer com sua própria estrutura, com seu próprio time, com sua própria lista, com sua própria legenda. Seria como no colégio, antigamente, quando jogávamos a turma A contra a turma B. No entanto, não valia enxerto, não valia pegar um atleta da outra turma e enxertar no time.

Através desse modelo, uma vez aprovado, não sendo permitidas coligações, sobriam sete ou oito partidos no País. Os outros desapareceriam, porque não teriam votos, pois não elegeriam nem Vereador, nem Deputado Estadual, nem Deputado Federal. Isto por si só já seria uma reforma política.

Mas eu vejo que o debate hoje está a favor da lista. Eu sou um estudioso desta questão, dedico-me, gosto. Quem faz o que gosta não cansa do que está fazendo. Então, em 2010, apresentei esse Projeto de Lei nº 7.869, sobre a lista.

Eu não sou a favor da lista fechada. Tenho minhas divergências, minhas diferenças, minhas angústias. No entanto, propus, através

desse projeto, uma lista flexível. Eu a chamo assim porque ela é uma lista fechada, apresentada pelos partidos, mas o eleitor, ao escolher a lista, abre a lista e, ali dentro, escolhe quem quer eleger.

Funciona assim, por exemplo, o meu partido, o PDT, faz a sua lista: primeiro, segundo, terceiro. Ele pré-ordena a lista. O eleitor vota na lista nº 12. Ele abre a lista e escolhe um dos que estão lá para elegê-lo.

Feito isso, vamos imaginar que o PDT elegeu quatro Deputados Federais nessa lista. Quem serão os eleitos? O primeiro eleito será o primeiro da lista. O segundo eleito será o primeiro mais votado pelo eleitor. O terceiro eleito será o segundo da lista. O quarto eleito será o segundo mais votado. Assim seguem os suplentes, um da lista feita pelo partido e um da lista feita pelo cidadão, o eleitor.

Nós não podemos fazer uma lista fechada porque o art. 14 da Constituição diz que o voto é universal, direto e secreto. Se a lista é fechada, ele continua sendo universal, continua sendo secreto, mas deixa de ser direto.

Se for a lista flexível, o voto será universal, secreto e direto, porque se vai votar primeiro na lista fechada, que se abre para a escolha do candidato. Isso é muito parecido com a realidade hoje, com uma diferença, não teremos mais as candidaturas individualizadas, não teremos mais gastanças de um e de outro candidato.

Aliás, os candidatos nem terão contas. A campanha será feita coletivamente, será feita pela chapa, será feita pela lista. Subliminarmente, vai-se pedir o voto na lista, mas nunca com campanha individual, nem com gasto individual.

Com isso, nós não tiramos os poderes de S.Exa. o eleitor, o cidadão. A cidadania continuará influenciando na composição da eleição dos Vereadores, dos Deputados Estaduais e dos Deputados Federais.

Sr. Presidente, essa é a minha contribuição. Eu espero que esta Casa tenha a grandeza de examiná-la com transparência. Hoje a lista fechada pura e simplesmente pode esconder muita coisa lá dentro. Agora, a lista fechada que se abre permite que o partido faça a lista e que o eleitor dê a última palavra, corrigindo, melhorando, aperfeiçoando, elegendo e escolhendo quem ele entende deve ser eleito.

Se o partido fizer a lista e colocar só os caciques, o eleitor pode buscar lá no fim da lista aquele que ele acha que tem que ocupar um lugar

melhor na lista.

Os partidos saem valorizados, o eleitor sai respeitado e a democracia cresce, melhora, se qualifica, com essa metodologia e com essa proposta. Por isso, defendo o Projeto de Lei nº 7.869, de 2010, com a lista flexível para eleição de Vereadores e Deputados.

Documento 6/76

066.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 06/04/2017- CD	16:15
Publ.: DCD - 07/04/2017	ZÉ GERALDO-PT -PA	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Saudação aos filiados do PT pela realização de eleições diretas para dirigentes municipais do partido. Apoio do PT a itens de proposta de reforma política. Fracasso do Governo Michel Temer. Anúncio de realização de greve geral no Brasil. Realização de audiência pública pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia destinada ao debate sobre plano de fechamento de agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e de demissão de funcionários da estatal. Uso de recursos de caixa dois por diversas agremiações partidárias. Preparação do PT para a candidatura do ex-Presidente da República Luiz Inácio Luiz da Silva às eleições presidenciais de 2018.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que me ouvem neste momento, primeiro, quero aproveitar parte do meu tempo nesta tribuna, nesta tarde, para saudar todos os filiados e filiadas ao Partido dos Trabalhadores de todo o Brasil, em especial os filiados e filiadas ao Partido dos Trabalhadores do Estado do Pará, pelo qual eu fui eleito Deputado Federal.

O PT é o único partido neste País que exerce a democracia para eleger os seus dirigentes municipais, estaduais e nacional. E o que vai acontecer neste domingo é que um dos maiores partidos deste País, em todos os Municípios brasileiros, mobilizará a sua militância, os seus filiados, os seus dirigentes para fazer um grande debate sobre a conjuntura econômica, política e nacional, aproveitando o momento da

eleição democrática, que, no PT, chama-se PED.

O Deputado que me antecedeu nesta tribuna, do PSB, cujo nome não vou citar, não perdeu tempo e se referiu ao "*Governo corrupto do PT*". A corrupção está nos homens, e a delação da Odebrecht demonstra que praticamente todos os partidos tiveram nomes citados por terem feito uso de dinheiro do suposto caixa dois.

Portanto, quero aqui dizer que nós estamos de cabeça erguida. Nós não temos medo do fim da aliança proporcional. Estamos defendendo isso na reforma política que vamos discutir nos próximos meses. Nós não temos medo de cláusula de barreira e vamos defender isso na reforma política nos próximos meses. Nós não temos medo de financiamento público exclusivo para financiar as campanhas e estamos defendendo isso. Aliás, são poucos os partidos que defendem o financiamento público e exclusivo, e o PT é um deles.

Eu quero ver quem terá a coragem de enfrentar uma reforma política neste País para que nós possamos melhorar a vida dos partidos, para que possamos fortalecer os partidos.

Quantos partidos nós teremos em breve, no futuro, se fizermos uma verdadeira reforma política? Com certeza não serão mais 27 partidos que terão representação nesta Casa, pelo menos não com direito a Fundo Partidário e etc.

Eu quero saudar a militância do PT e desejar que neste próximo domingo nós façamos um grande debate por este País afora e que possamos nos organizar cada vez mais para defender que voltemos a ter neste País um Governo legitimamente democrático - e isso só se dará através de eleições, porque o Governo Temer, além de não ser legítimo, além de não ter sido eleito pelo povo, já acabou.

Este País vai de mal a pior. Eles mentiram para o povo brasileiro, dizendo que tinham que tirar a Presidenta Dilma porque o País precisava melhorar a sua economia, porque o País precisava gerar mais empregos. Mentiram muito. Inventaram as tais pedaladas fiscais para justificar a derrubada da Presidenta Dilma, e já faz 1 ano que toda essa equipe do Governo Temer assumiu, com a maioria dos partidos da base, inclusive o PSDB e o Democratas, e eles não têm nada a apresentar para o povo. E o povo está ficando revoltado. Por isso, no dia 28, nós teremos uma grande greve geral neste País, de Norte a Sul e de Leste a Oeste.

Hoje nós tivemos uma audiência pública na Comissão de Integração Nacional para discutir a situação dos Correios. Querem também

enfraquecer os Correios e, de certa forma, fazer com que essa instituição, daqui para frente, não seja o que foi até agora: uma grande instituição quase milenar, de marca nacional e de credibilidade.

E agora a nova Direção do Ministério das Comunicações e a nova Direção dos Correios querem acabar até com o plano de saúde dos funcionários, das famílias dos funcionários dos Correios. Querem demitir mais de 25 mil funcionários dos Correios, uma empresa que, se ainda não é superavitária em vários Estados, poderá ser, pois muitos serviços que hoje estão com a iniciativa privada, com empresas privadas, poderão ir para os Correios, a fim de fortalecer a empresa.

Portanto, o que esse Governo que assumiu de forma ilegítima fez com o Brasil foi exatamente levar o País para a falência; entregar as nossas empresas para o capital internacional. Até a viação aérea tem sofrido com isso. V.Exa. percebem que uma empresa forte como a TAM agora já pertence ao Chile, a uma empresa chilena? Além disso, quem ganhou as últimas concessões de aeroportos no Brasil, recentemente, foram empresas da Europa - nenhuma brasileira ganhou. Quem está ganhando as concessões de rodovias são empresas espanholas e de outros países. Estão vendendo o setor elétrico. Estão vendendo a PETROBRAS a preço de banana. Estão quebrando o Brasil. Esta é que é a realidade!

E o povo brasileiro começa a descobrir que se o Partido dos Trabalhadores, ou alguns Deputados do Partido dos Trabalhadores, ou alguns Senadores do Partido dos Trabalhadores, usaram recursos do caixa dois - porque nas delações os delatores dizem isso, e a mídia diz isso -, os outros partidos usaram muito mais. O PSDB e os seus Deputados, Senadores e Governadores usaram muito mais. Quando aparece um delator dizendo que um Deputado ou Senador do PT gastou 200 mil, 500 mil, 1 milhão, com relação aos outros partidos, os valores são de 1 milhão, 5 milhões, 10 milhões, 20 milhões.

Mas até agora, nesses anos de Mensalão, Petrolão, Lava-Jato, não há nenhum tesoureiro de outros partidos, como o PSDB, o PMDB ou o PSD, preso. Somente foram presos, e ainda estão, os tesoueiros do PT. E o Aécio Neves gastou tanto quanto a Presidenta Dilma na sua campanha. E o mesmo dinheiro com que a Odebrecht financiou a campanha Dilma/Temer financiou a campanha do Aécio Neves.

E agora, como a elite percebe que não dá para aguentar o Temer até 2018, está preparando a cassação da chapa Dilma/Temer.

Não dá para aguentar mais o Temer até 2018, principalmente depois dessas reformas fracassadas, como a reforma da Previdência, que não

passa neste Congresso da forma como eles encaminharam.

Portanto, nós queremos que o processo democrático seja restabelecido neste País. E o Partido dos Trabalhadores vai se organizar, vai trabalhar para ganhar as eleições novamente, com o Presidente Lula, em 2018, porque esse povo que está governando aí já governou o Brasil durante 20 anos, no período da Nova República, desde o Sarney, Itamar, Collor, Fernando Henrique, e nunca fez nada por este País. As coisas aconteceram no Brasil nos 12 anos em que nós governamos, com o Lula e a Dilma. E agora o Brasil começa, de novo, a ir para o fundo do poço.

Sr. Presidente, gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Era isso que eu tinha dizer.

Documento 7/76

066.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 06/04/2017- CD	16:27
Publ.: DCD - 07/04/2017	ADÉRMIS MARINI-PSDB -SP	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à proposta de adoção do sistema de lista fechada nas eleições proporcionais e ao aumento dos recursos do Fundo Partidário para financiamento de campanhas no âmbito da reforma política. Defesa do fim do foro privilegiado de autoridades públicas. Apresentação pelo orador de projeto de lei sobre a atualização dos valores expressões em reais na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física.

O SR. ADÉRMIS MARINI (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados aqui presentes, a reforma política não era o tema do meu discurso, pela Liderança do PSDB, mas, como estou sucedendo o Deputado Zé Geraldo, do PT, que falou sobre o assunto - e estão aqui as Deputadas Erika Kokay e Benedita da Silva -, acho que é importante me posicionar

a respeito.

Eu estou nesta Casa há 90 dias. Venho da Câmara de Vereadores da minha cidade, Franca, e sinto uma frustração muito grande porque acho que esta Casa não vai conseguir, enquanto eu estiver aqui, fazer uma reforma política decente, uma reforma política que realmente venha a fazer com que a população brasileira se sinta efetivamente representada pelos Deputados.

Eu gostaria de reiterar a minha posição contrária à proposta de adoção de lista fechada, porque acho um absurdo. E é importante esta Casa trazer ao debate, o mais rapidamente possível, logo que o Senado Federal se posicionar a respeito, a proposta relativa ao fim do foro privilegiado. Nós precisamos acabar com o foro privilegiado.

Discute-se a questão do caixa dois, que nos remete a outro assunto, o do financiamento público das campanhas eleitorais. Uma das propostas do Relator é a do aumento do Fundo Partidário, à qual também me posicionei contrariamente. Segundo os dados iniciais, chegaria a algo em torno de 5 bilhões de reais. No momento em que nós estamos discutindo aqui uma série de reformas e estamos cobrando da população sacrifício, como é que votaremos uma proposta que, de repente, aumenta o Fundo Partidário para algo em torno de 5 bilhões?

Sr. Presidente, esta é a minha posição: eu acho que a Câmara dos Deputados dificilmente vai aprovar uma reforma política decente, do meu ponto de vista.

Defendo, com base num debate que eu fiz com alguns nobres colegas Deputados e no que ouvi a Ministra Cármen Lúcia defender, o plebiscito sobre reforma política. Defendo que a população brasileira apresente proposta sobre a reforma política. Aí, sim, nós teremos uma reforma política decente.

Nem vou falar da questão partidária, como Líder do PSDB, para não entrarmos em discussões. E agradeço. A Deputada Erika Kokay já está me olhando. Eu disse que ia falar por apenas 3 minutos.

Mas o que me traz à tribuna é o Imposto de Renda Pessoa Física. Eu protocolei nesta Casa um projeto de lei sobre o assunto. Queria agradecer ao meu colega Éder Brazão, advogado da minha cidade, de Franca, que me alertou para esse assunto, e começamos a fazer um estudo. Vi que a Deputada Laura Carneiro também apresentou um projeto a respeito do tema, mas o projeto que acabamos de protocolar é mais completo, porque visa ao reajuste da tabela do Imposto de

Renda para 2018 e 2019.

Só para os nobres colegas Deputados terem uma ideia, desde 1990, quando a economia brasileira iniciou a chamada desindexação, até os dias atuais, houve doze reajustes na tabela do Imposto de Renda, mas esses reajustes ficaram muito aquém da realidade.

A título de comparação, para os nobres colegas Deputados terem uma ideia da defasagem da tabela do Imposto de Renda hoje, destaco que, em 1996, o limite de isenção do Imposto de Renda era de 900 reais. E, naquela época, o salário mínimo era de 112 reais. Ou seja, o salário mínimo representava 12% da faixa de isenção. Atualmente, o limite é de 1.903 reais, para um salário de 937 reais. Ou seja, essa proporção corresponde a 49% do salário mínimo. No ano-calendário de 2007, 36% da população tinha imposto a pagar na declaração do Imposto de Renda. Em 2014, esse número passou para 59%.

Em virtude disso, nós apresentamos projeto de lei que atualiza a base de cálculo do Imposto de Renda e as deduções legais pelo IPCA acumulado de abril de 2015 e dezembro de 2016. No final deste mês, todos os brasileiros que não estão fora da faixa de isenção têm que apresentar a declaração do Imposto de Renda. Isso acaba se tornando aumento do imposto no País.

Nós precisamos fazer justiça. Gostaria do apoio dos nobres colegas para discutirmos esse tema na Câmara dos Deputados o mais rapidamente possível. A Deputada Laura Carneiro também apresentou projeto, que eu assinei, junto com ela.

O brasileiro não aguenta mais essa carga tributária que, por causa da crise por que passa o País, já corresponde a 37% do PIB. Qual é o benefício que a população tem? Quase nenhum. Essa é a realidade. Então, nós precisamos fazer justiça.

Sr. Presidente, nobres Deputadas, obrigado pela paciência.

Documento 8/76

065.3.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 06/04/2017-10:14

Publ.: DCD
07/04/2017 -

- AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ

CÂMARA

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES



Sumário

Preocupação com a proposta de adoção de sistema de votação mediante lista fechada de candidatos em eleições proporcionais. Pedido à Presidência de não inclusão da matéria na pauta de votações da Câmara dos Deputados.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu retorno à tribuna para reafirmar a minha preocupação com o voto em lista fechada. Insisto que o voto em lista fechada tem o mesmo significado, para o eleitor, da anistia ao caixa dois. É um instrumento para proteger eventuais investigados pela Operação Lava-Jato e outras similares em nosso País.

É claro que, na lista fechada feita pelos partidos, os caciques partidários, aqueles que hoje dispõem de mandato, serão os primeiros da lista e, eventualmente, os votados. Por conseguinte, não haverá renovação. O eleitor não vai poder escolher o candidato e votar nele.

Não havendo renovação, continuaremos aqui todos nós em 2019. Vamos tirar do eleitor o gosto de rejeitar os maus políticos. Isso é uma crueldade! Nós não podemos fazer isso.

Faço um apelo ao Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, e ao Governo Federal para que desmontem essa tentativa do voto em lista fechada. E que a reforma política seja restringida à aprovação da PEC que já está nesta Casa e que estabelece o fim das coligações e a cláusula de desempenho eleitoral, a chamada cláusula de barreira. Aí, sim, haverá um número menor de partidos. Quem sabe, no futuro, poder-se-á fazer uma reforma política que estude e avalie a hipótese de voto em lista fechada.

Neste momento em que a paciência da Nação com os políticos chegou ao limite - "*É um pote até aqui de mágoa*", como disse o poeta -, não podemos nos degradar mais do que já fomos degradados pela corrupção de muitos, que atinge a todos desta Casa. Eu peço ao Presidente da Casa que desestimule o Relator desta matéria a colocá-la em pauta.

Sr. Presidente, quem serão os partidos votados na lista fechada, caso seja aprovada? Serão os nobres colegas do PT e seus aliados? Só o PT e seus aliados levarão vantagens; eles serão os grandes beneficiários, evidentemente. São partidos que têm duas componentes

muito fortes: a ideológica, com militância profunda, e a fisiológica, que vem do Governo Lula, petista, que acabou de deixar o Governo. Isso ainda não foi desmontado.

Mais da metade da população vai se abster de votar, fazendo com que os partidos de esquerda, com militância ideológica ou fisiológica, encham esta Casa. Haverá aqui grandes bancadas de esquerda, que irão prosseguir com seus projetos gramscistas e transformar o nosso País em uma República socialista de cunho comunista.

Gostaria de alertar a Nação sobre essa realidade. Não sejamos idiotas! Nós não somos idiotas! Nós sabemos o que está acontecendo!

Dirijo apelo ao Presidente Rodrigo Maia para que não entre nessa, porque S.Exa. vai passar para a história como aquele que fez a mudança radical que vai levar o Brasil ao que é hoje a Venezuela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

Documento 9/76

063.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	05/04/2017-15:48
Publ.: DCD 06/04/2017 -	FÁBIO SOUSA-PSDB -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Descontentamento com a aprovação de projeto de lei, pela Câmara dos Deputados, com alterações prejudiciais aos prestadores de serviço de transporte privado urbano pelo aplicativo denominado Uber. Contrariedade à proposta de adoção do sistema de voto em lista fechada de candidatos, em apreciação na Comissão Especial da Reforma Política.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero lamentar o retrocesso que tivemos ontem neste plenário quando desconfiguramos

um projeto que prejudicou aplicativos como Uber e outros de transporte de passageiros.

Parafraseando um Deputado do meu partido, eu fico até preocupado com que, na tentativa de salvar os Correios, que enfrenta certa dificuldade, talvez queiram daqui a pouco cancelar os aplicativos de conversa no celular porque podem ser prejudiciais aos Correios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fico mais preocupado ainda com o retrocesso que está sendo proposto na Comissão Especial da Reforma Política.

Num país como o nosso, onde o sistema político é caciquista, onde o caciquismo impera, onde os caciques políticos regionais mandam nos partidos, onde as pessoas não conseguem distinguir entre partido A e partido B, até porque temos quase 40 partidos - chegaremos a 40 até o final do ano -, onde as pessoas têm identificação pessoal com o candidato, falar de lista fechada é sem dúvida um desrespeito aos nossos eleitores, e talvez seja medo de uma tal lista que está preocupando alguns políticos. Querem emplacar a lista fechada porque com ela será mais fácil conquistar votos.

Na reforma política que está sendo proposta também se fala de um fundo eleitoral que supera em 2 bilhões de reais o atual Fundo Partidário, que os partidos já recebem. Ou seja, nós estamos propondo aos eleitores - eu queria que os Deputados e as Deputadas refletissem comigo - que na próxima eleição paguem mais do que já pagam pelo processo eleitoral, sem escolher o seu representante na Câmara Federal, sem escolher o seu representante na Assembleia Legislativa. Ele vai escolher o partido, e o partido, pela definição que vai fazer, vai escolher quem é o primeiro, quem é o segundo, quem é o terceiro e quem é o quarto da lista. Na verdade, todo mundo sabe que a escolha será feita pelo dono do partido. Nós estamos propondo que o eleitor pague mais e não escolha o seu eleito. Como dizem no meu Estado de Goiás: "*É para acabar com os pequis de Goiás*".

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



061.3.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 05/04/2017-13:06

Publ.: DCD
06/04/2017 -

ZÉ GERALDO-PT -PA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de aprofundamento das discussões sobre a reforma política. Críticas à gestão do Governo Michel Temer.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, e todos aqueles que me ouvem neste momento, novamente nós estamos discutindo uma reforma política para este País. Eu cheguei a esta Casa em 2003. De lá para cá, em alguns momentos, nós tivemos a discussão da reforma política. A sociedade brasileira vai criando expectativas sobre aquilo que nós estamos discutindo aqui, muito embora muitos já não acreditem que se transforme em realidade o que debatemos.

Eu penso que nós vamos ter um grande trabalho para avançar em alguns pontos importantes da reforma política neste plenário. Parece-me que nós deveríamos ter realmente uma constituinte para eleger Parlamentares para fazer a reforma política, porque aqui muitos Parlamentares só estão pensando na eleição do ano que vem, só estão pensando na sua eleição ou na sua reeleição.

Mas não há como não mudarmos a Lei Eleitoral deste País. Há coisas com as quais não podemos mais conviver. Cito, como exemplo, os gastos nas campanhas políticas deste País. A Lava-Jato está sendo discutida. A Justiça Eleitoral já fala em cassar a chapa Dilma-Temer. E as eleições municipais que aconteceram recentemente foram as mais caras deste País. Eu acompanhei a eleição. Em Município no Estado do Pará com 12 mil, 13 mil ou 14 mil eleitores, três candidatos a Prefeito gastaram juntos em torno de 4 milhões de reais! Um dos candidatos chegou a gastar 2 milhões de reais na campanha! Se no Pará isso aconteceu, deve ter acontecido em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul também.

Portanto, daqui para frente, com esta lei que está aí, quem é rico e tem amigo rico pode disputar eleição. Pobre não tem dinheiro e tem amigo pobre, que também não tem dinheiro. É o que vai acontecer, conforme a lei que está aí, com a previsão de doação de pessoa física.

Nós precisamos fazer mudanças urgentes. Não adianta ficar só falando aqui da Lava-Jato, apresentando isso para a sociedade, querendo até dizer para a sociedade que está sendo feito um combate à corrupção neste País. Na verdade, o objetivo é outro, e o estão alcançando: estão quebrando o Brasil.

E por que cassar o Temer? O Temer já não tem mais como governar! Aliás, nunca governou, está desmoralizado. E o Brasil, sem rumo. A economia, que deveria gerar emprego, está gerando desemprego. E ainda me parece que há a intenção de fazer com que, cassada a chapa Dilma-Temer, a ex-Presidenta Dilma Rousseff se torne inelegível, mas o Presidente Michel Temer não se torne inelegível. Vejam bem a situação que nós estamos vivendo neste País!

Portanto, nós precisamos nos aprofundar no tema, sim. Os partidos precisam ter essa responsabilidade, assim como nós Parlamentares precisamos fazer uma reforma política, para que possa melhorar o comportamento dos candidatos nas próximas eleições. E que os eleitores possam entender que reforma política é esta que nós estamos fazendo aqui.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Peço que a minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido.

Documento 11/76

061.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	05/04/2017-14:12
Publ.: DCD 06/04/2017 -	LINCOLN PORTELA-PRB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Contrariedade à proposta do Governo Federal de reforma política, com adoção de sistema de votação mediante lista fechada de candidatos em eleições proporcionais.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar a minha posição, em 1 minuto, contra mais uma reforma que o Governo Federal nos impõe. Não é uma reforma que vem pela Casa, vem por lá. Falo dessa reforma política.

Ouvir os homens dizerem que estão valorizando as mulheres, colocando na lista dois homens e uma mulher, faz-me lembrar bem do que ocorreu na praça de Weinsberg, quando as mulheres carregaram seus maridos nos ombros.

Os homens estão se escondendo atrás de uma mensagem seríssima, que é o reconhecimento e a valorização das mulheres. Não é dessa maneira que se deve proceder, fazendo com que elas sejam suportes, fazendo com que elas carreguem seus maridos, como aquelas mulheres fizeram na praça de Weinsberg, para fugirem do rei, que ia destruir todos que lhe eram opostos. É lamentável que esse fato ocorra na Câmara dos Deputados, por meio dessa reforma política, que vem sendo discutida há 16 anos.

Para concluir, sou contra essa malfadada, suspeita e encrencada lista fechada.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 12/76

061.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	05/04/2017-14:14
Publ.: DCD 06/04/2017 -	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Defesa de participação da sociedade no debate da reforma política. Contrariedade à proposta de aumento de recursos para o Fundo Partidário. Repúdio à proposta de adoção de sistema de votação mediante lista fechada de candidatos nas eleições proporcionais.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Exatamente na linha do que falou o Deputado Lincoln Portela, ontem, com o relatório do Deputado Vicente Candido, abriu-se mais uma vez, pela enésima vez, o grande debate sobre a reforma política. E, para nós do PSOL, há alguns pontos fundamentais.

Em primeiro lugar, é preciso envolver a sociedade diretamente ou através das suas instituições intermediárias interessadas no tema, que é nacional.

Em segundo lugar, não consideramos adequado aditar mais nenhum centavo público ao Fundo Partidário, para além do que já há nele, com a finalidade pura e simples de campanha. Temos que pensar muito nisso em relação a esse Fundo.

Em terceiro lugar, uma lista preordenada, na qual S.Exas. o eleitor e a eleitora não podem interferir, cujos nomes eles não podem escolher, mesmo na chapa partidária, não é aceitável. Ela pode servir para acobertar quem está com medo da Lava-Jato.

Por fim, há um conjunto de propostas ousadas que merecem discussão. Inclusive, sugeriu-se separar as eleições para o Legislativo das para o Executivo e estabelecer tempo de mandato para Ministros de Tribunais Superiores. Tudo é muito positivo. Agora, creio que nós não vamos dar conta de debater tudo isso.

Então, vamos fazer o bom debate, democrático, intenso, para que as maiorias sociais possam ser, no Brasil, maiorias políticas. Isso é o essencial.

Muito obrigado.

Documento 13/76

061.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	05/04/2017-14:58
Publ.: DCD 06/04/2017 -	VITOR VALIM-PMDB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de adoção do sistema de voto em lista fechada nas eleições proporcionais. Descaso com os anseios da população brasileira no âmbito dos debates sobre a reforma política.

O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero lamentar o que este Congresso Nacional está fazendo, esta Casa principalmente, na discussão dessa reforma política.

No meio do descredito da classe política com a população, que quer ver mais transparência desta Casa e se sentir representada pelos seus representantes, donos de partido querem que o povo vote na lista e não no candidato.

Ora, será que o povo vai se sentir representado votando numa lista? Candidato tem rosto. O eleitor quer votar em alguém e não numa lista. Imagine eu, que teço duras críticas ao Presidente nacional do meu partido, que não me representa, o Senador Romero Jucá, para que lugar eu vou na lista? Vou ficar a mercê dos caprichos de Romero Jucá ou do povo do meu Estado do Ceará?

Sr. Presidente, quero lamentar esta reforma política, que não está representando os anseios da população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Vitor Valim.

Documento 14/76

059.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	04/04/2017-16:32
Publ.: DCD - 05/04/2017 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Convite aos Deputados para participação no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira. Solidariedade a movimento grevista

de servidores públicos municipais de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul. Anúncio de apresentação ao Relator da proposta de reforma política de emenda sobre a adoção de eleições primárias abertas.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, faço um convite a todos os colegas. Logo mais, às 17h30min, lançaremos, no Plenário 8, a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira, indústria que está sendo fortemente atacada pelas políticas equivocadas do Governo Temer.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, solidarizo-me com todos os servidores públicos do Município de Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul, que estão organizando uma greve para resistir a um conjunto de ataques absurdos que estão sendo votados na Câmara Municipal.

Em terceiro lugar, trato do assunto de fundo que me traz à tribuna, Sr. Presidente. Hoje foi apresentado o relatório parcial da reforma política para debatermos e votarmos, reforma política tão necessária para o País.

Existem ali temas, na minha avaliação, extremamente positivos, como a manutenção da proibição do financiamento empresarial. Esse é um grande consenso no Brasil: não devemos voltar a permitir que empresas financiem eleições. Portanto, o financiamento deve ser público e com pequenos valores provenientes de pessoas físicas.

Mas uma questão que toma conta do debate é o sistema eleitoral que vamos adotar. O sistema atual deve ser, de fato, modificado. Trata-se de um sistema ultrapersonalista, caro, despolitizador, enfraquecedor dos partidos e dos programas políticos. Portanto, qualquer sistema que venhamos a adotar, seja o de lista fechada, seja o de lista flexível, seja o distrital misto proporcional, de inspiração alemã, deve ter uma lista preordenada.

E aqui chego ao ponto principal, Sr. Presidente: no meu ponto de vista, se qualquer sistema for proposto para que os partidos políticos, em convenções fechadas, definam a ordem das listas, esse sistema não será apoiado pelo povo brasileiro, e eu defenderei posição contrária.

Nesse sentido, estou apresentando emenda para propor ao Relator a solução que pode democratizar qualquer sistema eleitoral: a adoção de primárias abertas.

As primárias abertas devem ocorrer com voto livre e facultativo, neste caso, e 120 dias antes da eleição. Todo e qualquer cidadão brasileiro - o nosso eleitor, o nosso cidadão - poderá ir à urna em primárias abertas simultâneas e obrigatórias para todos os partidos e ordenar a lista partidária, qualquer que seja o sistema eleitoral proposto.

O fato de o poder desse ordenamento ficar nas mãos do eleitor é fundamental para que a proposta de reforma tenha credibilidade. Essa proposta não pode, em um momento de forte crise da representação dos partidos e deste Parlamento, prever que partidos, em convenções fechadas, possam ordenar listas como quiserem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana. Parabéns por seu pronunciamento.

Documento 15/76

059.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	04/04/2017-17:04
Publ.: DCD - 05/04/2017 -	HERÁCLITO FORTES-PSB -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma política com adoção de sistema de votação mediante lista fechada de candidatos em eleições proporcionais. Defesa de debate da matéria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para falar sobre a reforma política. Ela é iminente, é necessária, não pode mais ser adiada.

Um dos pontos colocados à frente do debate é o famoso voto em lista. Eu, pessoalmente, sou contra, embora esteja aberto ao diálogo e à espera de alguém me convencer de que este modelo resolverá as questões políticas do País.

O voto em lista será instrumento de uso do caciquismo político no Brasil - infelizmente, é verdade -, dos que são donos de partido e, principalmente, dos que controlam com mão de ferro as cotas do fundo partidário e que têm ascensão sobre os liderados. Essa é a questão.

Além do mais, nós estamos num momento que, pela sua delicadeza, o

que há de mais importante e necessário é a transparência do gesto e do ato. O eleitor tem que saber em quem votou.

O voto da lista, repito, Deputada Yeda Crusius, é como aquela famosa música do Chico Buarque, *Noite dos mascarados: "Quem é você? Adivinha, se gosta de mim!"* Eu quero saber. Você só vai saber na Quarta-Feira de Cinzas, em quem votou e como votou.

O Brasil não pode conviver com isso neste momento. Nós temos que ter a lista que elege os mais votados, acabar com aqueles fenômenos eleitorais que têm 1 milhão de votos e trazem, de contrafilé, de contrapeso para cá, oito ou dez Deputados, que geralmente não engrandecem o debate deste Parlamento.

A partir do momento em que tivermos aqui os Parlamentares eleitos, acabando-se com as coligações proporcionais, haverá uma requalificação do debate nesta Casa. É disso que precisamos já faz algum tempo.

Portanto, faço este pronunciamento aos colegas desta Casa para que faça uma reflexão. O voto em lista deu certo em outros países. Mas esse não é o caso do Brasil.

Nós estamos vivendo um amadurecimento democrático que vem desde a redemocratização, e nós precisamos pisar com cuidado sobre essas questões das reformas.

Daí por que eu deixo aqui aos meus companheiros essa proposta: "não" ao voto em lista, "não" ao voto no escuro, "não" ao voto comandado pelos caciques partidários; e "sim" o voto da escolha soberana do povo brasileiro, através da proporcionalidade justa em que se elege realmente os mais votados.

Eram estas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as considerações que gostaria de fazer nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço a V.Exa., Deputado Heráclito Fortes.



056.3.55.O

Sessão Não Deliberativa de Debates - 30/03/2017-
CD 16:39

Publ.: DCD - 31/03/2017

EDUARDO BOLSONARO-PSC -SP

-
CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de implementação do sistema de lista fechada no bojo da reforma política. Resultado de audiência pública da Comissão Especial do novo Código de Processo Penal. Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2016, relativo à sustação dos efeitos do inteiro teor da Resolução nº 213, de 2015, do Conselho Nacional de Justiça, sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Registro de voto contrário à cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSC-SP. Pela ordem e como Líder. Sem revisão do orador.) - Devo dizer, como baixo clero, que nunca tive tanto tempo nesta tribuna: 6 minutos.

Sr. Presidente, inicialmente, eu queria esclarecer ao público que nos assiste o que é a lista fechada, de que tanto fala o Deputado Caio Narcio. Lista fechada, prezados, é o seguinte: você não votaria mais no Deputado Caio Narcio, no Deputado Eduardo Bolsonaro ou no Deputado "x". Você votaria no partido. E conforme a votação que o partido tivesse, entrariam dois ou três Deputados. Assim, o cacique do partido iria decidir qual Deputado iria entrar.

No meu caso, eu fui eleito por São Paulo pelo PSC, que elegeu três Deputados Federais. Não necessariamente eu estaria nessa lista, porque dependeria do Presidente do partido ou do Líder do partido, ou seja, não haveria meritocracia.

Isso, meus caros, é o que todo o cacique de partido aqui quer, porque significa mais poder para ele e, com certeza, a perpetuação no poder. É a garantia do foro privilegiado e de todas as prerrogativas daqueles políticos que estão morrendo de medo da Operação Lava-Jato e de dar de frente com o Juiz Sergio Moro.

Falando nisso, prezado Presidente Hildo Rocha, eu vim agora da audiência que trata do novo Código de Processo Penal. Entre os juízes presentes, estavam o Ministro Velloso e o Juiz Sergio Moro. E lá fiz uma indagação sobre a audiência de custódia.

A ONU recomendou ao Brasil a instauração da audiência de custódia, já que nós temos cadeias superlotadas, que é uma grave violação dos direitos humanos. Eles estão se lixando para a quantidade de policiais que morrem no Brasil, o país onde mais morrem policiais no mundo.

A audiência de custódia é uma matéria de Processo Penal, cuja legislação é competência privativa desta Casa, do Congresso Nacional. Porém, quem regulamentou a audiência de custódia no País foi o Conselho Nacional de Justiça. Através de uma resolução, ele atropelou o Congresso Nacional e editou a audiência de custódia, que na prática em 24 horas solta o criminoso preso em flagrante.

De fato, o País está dando uma aula de isonomia. Está tratando o preso em flagrante adulto igual ao preso em flagrante menor de idade. Ambos estão indo para a rua na mesma hora. Depois não sabem por que a criminalidade está desse jeito.

Por isso, eu entrei com o Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2016, que foi assinado por outros Deputados, dentre eles o Deputado Delegado Waldir, recordista de votos no Goiás, para nós sustarmos os efeitos dessa audiência de custódia. Porém, o Presidente da Casa não parece muito sensível à matéria isso, porque até hoje não pautou esse projeto, que foi protocolado há mais de 1 ano. Ato contínuo, fiz um projeto de lei para engessar o Código de Processo Penal, e não permitir que instrumentos como audiência de custódia venham a vigorar no Brasil. Lugar de bandido é na cadeia. Não tem que responder em liberdade, coisa nenhuma! Dessa maneira, quem vive na cadeia somos todos nós, Sr. Presidente.

O último assunto que venho tratar diz respeito ao projeto de lei de minha autoria que trata do fim do imposto sindical. Na verdade, não é muito bem o fim, estou tornando facultativo o que hoje é obrigatório. Aquele imposto em que um dia de trabalho seu por ano vai para os sindicatos. Ora, por que vai para o sindicato um dia de trabalho seu por ano? Qual é o mérito disso?

O meu projeto de lei vem no sentido de que siga havendo o imposto sindical desde que o trabalhador manifestamente, por ato voluntário, diga que quer colaborar com os sindicatos. Eles entendem como o fim do imposto sindical porque, com certeza, a expectativa é a de que muitos dos trabalhadores não sigam com essa contribuição, uma vez que muitos sindicatos - não vou generalizar - são extensões de partidos políticos. Estão se lixando para o trabalhador. Querem o quê? Querem causar uma instabilidade nos Governos Estadual ou Federal, muitas das vezes. Exemplo notório disso, Deputado Caio Narciso: quando a Dilma propôs a terceirização, a CUT nada falou. Agora, quando o

Temer propõe a terceirização, ocorre manifestação, dizem que vão acabar com direito do servidor, e assim por diante.

Aproveito o gancho para dizer que é igualzinho à matéria de ontem. Ontem o meu voto aqui foi contrário a que estudantes de cursos de pós-graduação paguem mensalidades para universidades federais. Vejo isso como atecnia, é um monstro jurídico. É uma entidade federal cobrando pelos seus serviços. Ora, se o Estado está falido e vai cobrar pelo serviço público, então que privatize, meu Deus do céu! Ou será que vamos concordar também - se essa moda pega - e amanhã uma estrada federal, caindo aos pedaços, vem o Estado: *"Ah, não, além do IPVA, vamos cobrar aqui também um pedágio nessa estrada aqui caindo aos pedaços"*. Pelo amor de Deus!

Sr. Presidente, o País precisa de coragem para tratar do tema das privatizações. Se o Estado não consegue pagar, é porque é hora de debatermos temas com a iniciativa privada. Desde já, alerta a todos: o meu posicionamento é o de a que exploração de atividade econômica é de competência da iniciativa privada. O Estado não tem que criar estatal, como fez a Dilma Rousseff, que a cada 50 dias criava uma estatal, para gerar cabide de emprego e criar agência que não serve para nada, não regula nada. Ou pior: até regula, atrapalhando a vida do empresário.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V.Exa. a tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro. V.Exa. fez um belíssimo pronunciamento.

Documento 17/76

056.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de	30/03/2017-18:21
	Debates - CD	
Publ.: DCD	RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA	
31/03/2017 -		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador sobre pontos da reforma política em debate na

Câmara dos Deputados.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

Eu gostaria de registrar aqui alguns pontos do debate de que participei nesta semana, junto com o Deputado Esperidião Amin, do PP de Santa Catarina, acerca da reforma política.

Considero que é de extrema importância reconhecer que é excessivamente necessário que se faça alguma mudança no sistema eleitoral. O nosso modelo vigente deu como resultado o Congresso mais rico, o mais processado da história e, conseqüentemente, o que tem menos legitimidade, onde o povo se identifica como menos representado. O ideal é que reconhecemos que o atual modelo não deve prosseguir.

Sobre o sistema de voto em lista, é o formato que tem coerência com o desejo da Constituição. A nossa Constituição escolheu a democracia partidária. Não é possível participar das eleições sem partido. E para isso, a pergunta deveria ser como fortalecer os partidos?

A cultura de que o eleitor vota no candidato e não no partido, induz o eleitor a achar que o candidato deve algum direito de benefício do Parlamentar eleito. O eleitor acha que o candidato, ao ser eleito, deve defender os seus interesses e geralmente favores pessoais.

Além disso, na eleição, quem se confronta com o candidato é o seu correligionário, o seu colega de partido, que disputa uma mesma vaga. Durante a campanha, período que toda a sociedade está mobilizada para debater, quem confronta comigo é um filiado do meu partido, porque nós dois estamos disputando a mesma vaga. Enquanto o importante seria discutir os projetos para melhorar a vida do cidadão, resalto. Isso é algo em que deveria ocorrer o contrário: candidatos do mesmo partido deveriam defender a mesma bandeira, lutar pelos mesmos projetos.

A meu ver, a tentativa de voto em lista é uma forma válida, que tem

que ser aperfeiçoada. É preciso haver ajustes. Não adianta importar modelo que deu certo em outro país, achando que isso dará certo no Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Documento 18/76

051.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	29/03/2017-15:30
Publ.: DCD 30/03/2017 -	- AFONSO MOTTA-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pesar pela inexistência de acordo entre Parlamentares para debate da proposta de reforma política no âmbito da respectiva Comissão Especial.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, mais uma vez, quero expressar o sentimento de quem exerce o mandato procurando criar vínculos na intimidade do trabalho Parlamentar, nas Comissões, aqui no plenário, procurando, respeitosamente, nas divergências, construir alternativas.

Passamos mais uma semana em que percebemos claramente que a pauta que poderíamos trabalhar acaba sendo precarizada, que a expectativa que se construiu em torno do funcionamento das Comissões não foi alcançada e houve aquele tensionamento da espera por algo pior.

Há divulgações que envolvem um conjunto importante de Parlamentares. As saídas para os impasses políticos e institucionais da Nação acabam não se consumando. Ou seja, há aquela sensação de tempo perdido, de que poderíamos ter feito mais.

Como integrante da Comissão da Reforma Política, percebo claramente que o objetivo não é mais o melhor debate, não é avaliarmos a proposta que veio do Senado, que proíbe as coligações partidárias nas eleições proporcionais e cria a cláusula de

desempenho. Há a escolha por um sistema de voto. Eu digo sistema de voto, mas é o sistema eleitoral, que sempre é a expressão do voto.

Com tudo o que tem acontecido, e principalmente pela pauta da mídia, a Comissão da Reforma Política hoje vive um grande tensionamento. Há a lista fechada, que de certa forma impede o bom debate, dificulta um relatório que, ao vir a este plenário, possa merecer consideração e do qual se possa dizer: *"Eis uma reforma política que vai contribuir com a democracia, com o Estado Democrático de Direito, que vai dar uma solução para o processo eleitoral, que vai contribuir para o debate necessário."*

Por isso a nossa preocupação com o Parlamento, com o exercício do nosso mandato, com as nossas responsabilidades, por todo o tensionamento e por toda a expectativa que tem a sociedade brasileira.

Eu queria cumprimentar o Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, que chega à sessão.

Boa sorte para todos nós!

Obrigado.

Documento 19/76

045.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 23/03/2017-09:48
Publ.: DCD 24/03/2017 -	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigação de fatos relacionados à Operação Carne Fraca, da Polícia Federal. Transcrição de artigo de autoria de orador, intitulado Incômodo no condomínio do Poder, sobre a proposta de reforma política em debate no Congresso Nacional.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Tenho até 20 segundos. É o Presidente que faz esta concessão. Dobrou o

tempo, dobrou a meta. *(Riso.)* Obrigado.

Sr. Presidente, venho, muito rapidamente, deixar como lidos dois pronunciamentos. O primeiro pronunciamento que trago é sobre o perigo que estamos correndo de a investigação de corrupção na fiscalização de produtos processados por grandes frigoríficos poder se transformar em atentado contra a economia nacional.

É evidente que a Polícia Federal às vezes abusa. Mas desviar o foco é inaceitável. Vamos investigar isso. Daí a CPI proposta pelo nosso Deputado Ivan Valente, assim como pelos Deputados Carlos Zarattini e Júlio Delgado, é extremamente importante.

O segundo pronunciamento é sobre a importância de uma reforma política séria, para valer, envolvendo a população. Não vale fazer uma armação para proteger quem está sendo investigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, o escândalo da vez envolve mais uma operação da Polícia Federal para desvendar a relação promíscua entre grandes empresas e o Estado brasileiro: a Operação Carne Fraca.

Alguns, como o Presidente Michel Temer, querem nos fazer crer que são casos isolados, que há pequenos problemas em algumas poucas parcelas - 0,5% - das grandes empresas no Brasil. O histórico delas e do atual Governo dizem o contrário, no entanto.

Desde 2013, nosso mandato já questionava o Governo da época - do PT, de Dilma, e do PMDB, de Temer - sobre como se dava a relação entre os órgãos de fiscalização e as grandes empresas do ramo de carnes no Brasil. Naquela época, um ex-Diretor da empresa Big Frango foi contratado para ser fiscal do Ministério da Agricultura, e indagamos se isso não se trataria de um conflito de interesses.

O Ministério, pateticamente, respondeu que não lhe competia verificar isso!

Não é de hoje, portanto, que essas empresas comprem lugares na administração pública, para burlar leis e fazer avançar seus lucros. Esta é a principal lição da Operação Lava-Jato: empresas não só

corrompem fiscais, mas lutam para colocar pessoas de sua confiança nesses postos e para financiar suas campanhas e partidos.

Esse estado de coisas tem como pano de fundo a ingerência partidária sobre a nomeação dos Superintendentes do Ministério da Agricultura nos Estados. Em sua maioria, são representantes de interesses dos empresários do setor. Sabe-se que, dos Superintendentes nos 27 Estados, apenas 10 são servidores de carreira; 2 são cedidos por outros órgãos; e 15 são indicações de Parlamentares, pessoas que vêm de fora do Ministério, sem maiores conhecimentos técnicos. Mesmo os de carreira precisam ter o aval de caciques partidários regionais!

Há necessidade de novos concursos diante do enorme déficit de 1.500 auditores agropecuários, com 182 postos sem fiscalização de origem animal. Também urge a definição de critérios para a escolha das diretorias! Como está proposto por servidores sérios e éticos, é preciso que eles sejam dos quadros de carreira e concursados, com nível de escolaridade compatível com o cargo, tenham 3 anos de experiência no setor e um plano de trabalho a ser realizado para um mandato de 2 anos.

Tivemos acesso ao Ofício nº 647, de 2013, em que o então Deputado Eduardo Cunha, à época Líder do PMDB na Câmara, encaminha currículos dos Srs. Pedro de Camargo Neto, Flávio Braille Turquino e Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, com vistas a ocuparem Diretorias na Secretaria de Defesa Agropecuária. Ora, sabemos que cabe ao Poder Legislativo a fiscalização dos atos do Poder Executivo, e não a ingerência ou tráfico de influência sobre a nomeação de cargos.

Para não ficar somente nesta seara, é bom lembrar que a JBS e a BRF - ambas alvos da Operação Carne Fraca - são campeãs em reclamações trabalhistas. Só no Mato Grosso, essas empresas respondem a quase 3.500 processos. Aliás, onde está o Ministro da Justiça Osmar Serraglio, para dar explicações acerca do envolvimento do seu nome? Hoje é um Ministro fantasma...

Nosso Líder Glauber Braga denunciou aqui o fechamento do Laboratório Nacional Agropecuário - LANAGRO na cidade do Rio de Janeiro antes da operação da Polícia Federal. Numa circunstância dessas, como se explica o fechamento de uma instituição responsável pela análise de alimentos de origem animal e vegetal?

O cientista político Sérgio Abranches alerta para a tentativa de desvio do foco das empresas ao desqualificar denúncias que são graves e

devem ser investigadas de forma transparente e efetiva. Diz ele:

As empresas estão usando alguns mal entendidos da operação "Carne fraca" para desviar a atenção de questões importantes como o fato de que 80% das carnes produzidas pelos grandes frigoríficos são consumidas dentro do país. Além disso, muitos consumidores compram de marcas menores, onde a fiscalização é ainda mais frouxa.

Destaco também a importante reflexão de Leonardo Sakamoto: "*Criticar a Carne Fraca com base em nacionalismo é tapa nos trabalhadores*". Indaga ele por que segmentos de formadores de opinião, de direita ou de esquerda, consideram "*que o capital nacional explorar as comunidades no campo é muito diferente do Centro mundial explorar a Periferia*". Não seria ingenuidade achar que as empresas brasileiras atuam sempre em defesa de um 'interesse nacional?!'

A suposição de uma "teoria da conspiração" contra a indústria nacional pode minimizar um grave problema de saúde pública, além de encobrir outras denúncias que já vêm feitas sobre a existência de sérias irregularidades por parte de setores do agronegócio em termos de superexploração de operários em unidades de processamentos, violência contra populações tradicionais e crimes ambientais. CPI já!

É evidente, pois, que o descuido com os consumidores de carne é um reflexo do total desrespeito com as pessoas em geral. Eles exploram trabalhadores, desconsideram a saúde pública e o meio ambiente e o zelo para com a segurança alimentar do nosso povo.

Agradeço a atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para transcrição nos Anais da Casa, do seguinte artigo de minha autoria, publicado dia 21 de março, no Blog do Noblat:

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Incômodo no condomínio do Poder

O papo de "Reforma Política", no Congresso, caiu como um raio em céu azul. Esse assunto - absolutamente urgente, faz tempo - estava

adormecido: beneficiários de um sistema serão os últimos a querer alterá-lo.

De repente, não mais que de repente, a conversa ressurgiu. E não só na penumbra dos bastidores, nas reuniões das madrugadas, atrás das cortinas. Também no palco iluminado do Palácio do Planalto, quando os presidentes da República, do Senado, da Câmara e do Tribunal Superior Eleitoral se reúnem.

Os três primeiros com seu carimbo de investigados na Lava Jato ou nas contas de campanha (as situações se imbricam). O último na inusitada condição de julgador em tratativas com o julgado...

Refaço: não foi tão de repente assim. Afinal, a Lava Jato chegou na cúpula política, gerando inquietação, tensão, pressão em "resolver a situação". Está aguçado o furor por legislar em causa própria, pois a tempestade se avizinha.

O que se articula é salvar a pele, em nome de "salvar a política". Tem o projeto "declarou, limpou": sacraliza-se o Caixa 1, e registrar o recebido na Justiça Eleitoral livra obrigatoriamente aquele recurso de qualquer origem ilícita.

Tem o projeto "anistia": diz-se que Caixa 2 não é crime (e é, eleitoral, de abuso do poder econômico e falsidade) para apagar toda investigação sobre malfeitos passados, na linha do "daqui pra frente tudo vai ser diferente".

E tem a lista fechada, uma boa ideia na hora errada: ótimo valorizar partidos e suas doutrinas (quantos no Brasil têm uma "ideologia pra viver"?), e poder votar, como em muitos países da Europa e da nossa América, no programa progressista, conservador, socialista, ecológico, republicano, social-democrata, trabalhista, nacionalista... sem individualização.

Mas a lista pré-ordenada que se propõe é aquela definida pelos caciques partidários. Que, claro, vão tratar da própria sobrevivência.

Querem transferir para o Erário o que as empresas antes repassavam, cobrando "serviços". Só na eleição para deputados federais, em 2014, foram gastos R\$ 5 bilhões! Uma exorbitância absoluta.

Isso não é Reforma Política. Sobre ela há diversas propostas bem articuladas dormindo nas gavetas do Congresso. A principal deriva de uma Iniciativa Popular de Lei, liderada pela OAB e CNBB, apoiada por mais de cem entidades populares: por um sistema político democrático,

austero, transparente e participativo.

Uma outra lista, a de Janot, confirma: o atual governo, coalizão de investigados e privatistas (agora é o Ministro da Justiça na fita, com conversas estranhas em defesa de um frigorífico), não tem legitimidade para liderar uma mudança séria no país. E o atual Congresso, envelhecido na metade da legislatura, não tem condições de fazer uma autêntica Reforma Política, obcecado que está com sua autoproteção.

Por sinal, olho vivo na composição de um importante colegiado da Câmara dos Deputados, derivado de indicação dos líderes partidários: vale pedir ética... no Conselho de Ética!

Documento 20/76

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa	de	23/03/2017-14:42
	Debates - CD		
Publ.: DCD	- JOSI NUNES-PMDB -TO		
24/03/2017 -			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO	

Sumário

Contrariedade à proposta do Relator da Comissão Especial da Reforma Política, Deputado Vicente Candido, de implantação do sistema de votação por lista fechada nas eleições proporcionais de 2018 e 2022. Apoio à sugestão da Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, de realização de consulta popular para definição de pontos da reforma política.

A SRA. JOSI NUNES (PMDB-TO. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa, em outubro do ano passada foi instalada, nesta Casa de Leis, a Comissão Especial da Reforma Política, que tem como prioridade discutir o financiamento de campanha e o sistema eleitoral. Desde então, a tão almejada reforma política voltou a fazer parte do nosso cotidiano, bem como dos noticiários.

Entretanto, esta semana, uma notícia em torno desse conjunto de propostas que busca modificar o atual sistema eleitoral e político do Brasil nos pegou de surpresa. O Relator da Comissão, Deputado

Vicente Candido, adiantou que irá propor a adoção do sistema de votação de lista fechada para as eleições proporcionais de 2018 e 2022.

Conforme informações do próprio Relator, esse novo sistema, que substituiria o atual, daria início a uma transição gradual, para que, em 2026, o Brasil pudesse adotar o sistema distrital misto alemão, em que se vota no partido e no candidato.

Mas o que seria esta lista fechada? Também chamada de lista pré-ordenada, a lista fechada prioriza a escolha do partido na votação. Isso significa que o eleitor, neste sistema de votação, vota de acordo com uma relação de candidatos apresentada pelo partido. O voto irá diretamente para o partido e ajudará a eleger os candidatos da lista.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 2015, participei como titular da Comissão da Reforma Política que culminou nas pequenas mudanças no sistema eleitoral que já funcionaram nas eleições para Prefeito no ano passado. Na ocasião, o sistema de votação foi um dos temas mais debatidos por aquela Comissão.

Temos plena consciência de que o sistema de votação do Brasil precisa de mudanças. Como bem disse o Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, o Ministro Dias Toffoli, o atual sistema está falido. Entretanto, embora saibamos que o sistema de lista fechada seja utilizado em vários países, como Espanha, Portugal, Israel, Argentina e Uruguai, de todos os sistemas discutidos, o de lista fechada, na minha avaliação, é o mais injusto com o eleitor. O cidadão tem todo o direito de escolher o seu representante, e não cabe a nós tirar-lhe esse direito.

Se hoje temos, como disse o Ministro Toffoli, um sistema em que *"não há aproximação entre o eleitor e o eleito"*, imaginem isso com um sistema de lista fechada. Discordando, com todo o respeito, da opinião do Ministro, acho que precisamos reforçar que, mesmo de forma tímida, nós temos, sim, uma aproximação com nosso eleitorado no atual sistema, tanto é que muitos dos nossos eleitores acompanham o nosso posicionamento nas votações e estão sempre nos cobrando, dando sugestões ao nosso trabalho nesta Casa. Com o sistema de lista fechada, como estabeleceríamos esta relação? Ou melhor, como aconteceria essa aproximação?

Volto a repetir: o nosso sistema precisa, sim, de mudanças, mas qual seria o melhor sistema de votação para o Brasil? Eu acredito que a proposta defendida pela Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, a Ministra Cármen Lúcia, sobre a realização de um referendo ou

plebiscito para definir pontos da reforma política é a mais sensata neste momento. Acredito que a participação popular seria a melhor maneira de definirmos o sistema mais adequado. Pelo resultado da minirreforma que fizemos aqui, ficou mais que comprovado que a verdadeira reforma política só irá acontecer quando o povo fizer parte desse processo.

Nosso povo tem maturidade suficiente para escolher o modelo ideal, e eu tenho certeza, pelos movimentos de protesto que estão previstos, de que a população não quer o sistema de lista fechada.

Portanto, fica aqui esta reflexão a este Parlamento.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este meu pronunciamento seja publicado nos Anais desta Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, nobre Deputada.

Documento 21/76

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates -23/03/2017- CD	17:12
Publ.: DCD - 24/03/2017	ZÉ GERALDO-PT -PA	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Críticas à aprovação, pela Casa, de projeto de lei sobre terceirização do trabalho. Alegação de impropriedade dos argumentos do Governo Federal favoráveis à reforma previdenciária. Efeitos da Operação Lava-Jato sobre o País e o PT. Defesa de realização de reformas política e tributária. Consequências da Operação Carne Fraca. Indagação ao Juiz Sergio Moro sobre os motivos da prisão do blogueiro Eduardo Guimarães. Responsabilização dos apoiadores do impeachment da então Presidenta da República Dilma Rousseff pela crise econômica no Brasil. Inconsistência da generalização de críticas à classe política. Preocupação com os rumos do País. Uso excessivo de agrotóxicos na agricultura.



O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos aqueles que me ouvem neste momento, gostaria de aproveitar este tempo para tecer alguns comentários sobre acontecimentos desses últimos dias, principalmente sobre o que aconteceu aqui ontem à noite, quando foi votado o projeto a respeito da terceirização.

As pesquisas indicam que os trabalhadores terceirizados trabalham mais, ganham menos e sofrem mais acidentes. E ontem aqui se liberou geral. Existem setores no Brasil em que mais de 50% da atividade já é terceirizada, como é o caso do setor elétrico. O que nós votamos aqui ontem à noite foi uma irresponsabilidade total deste Parlamento, que está de joelhos diante do comando de um Presidente ilegítimo, Michel Temer, e de um Ministro que só pensa em arrecadar dinheiro para o capital especulativo. Tudo aquilo que Henrique Meirelles está pregando e está mandando fazer é exatamente para atender interesses do grande capital e do capital especulativo.

A reforma previdenciária, por exemplo, serve exatamente para isso. A Previdência não é deficitária. Ela é deficitária quando a União não paga a sua parte. Quando a União paga a sua parte, como acontece em todos os outros sistemas previdenciários do mundo, ela deixa de ser deficitária e se torna até superavitária.

Eu quero agora falar sobre os estragos que a Operação Lava-Jato tem feito neste País. Nós sabemos que os temas relacionados ao mensalão e à Operação Lava-Jato estão ligados a financiamentos de campanha. No Brasil, os financiamentos de campanha são privados, e as campanhas foram encarecendo neste País nos últimos 12 anos. As campanhas legais foram alvo da minoria dos recursos nos últimos anos, e às campanhas ilegais, em que há caixa dois, foi destinada a maioria dos recursos.

Prova disso está surgindo agora. Estão sendo feitas as delações da Odebrecht, e estão aparecendo os caciques do PMDB, os caciques do PSDB, os caciques do PSD, do PP, do PR. Há delações que mostram que o Senador tal recebeu 5 milhões, 10 milhões; o candidato a Governador tal recebeu 25 milhões. Quando é um candidato do PT ao cargo de Deputado Federal ou de Senador ou um Deputado ou Senador do Partido dos Trabalhadores que supostamente usou caixa dois, são 300 mil, 500 mil, 800 mil, quando muito, 1 milhão. Mas, em relação aos demais partidos, e agora começam a aparecer o Sr. Aécio Neves, o Sr. Geraldo Alckmin, o Sr. José Serra, o Sr. Gilberto Kassab e assim por diante, são 5 milhões, 10 milhões, 15 milhões, 20 milhões, e

por aí vai.

O povo brasileiro começa a perceber que houve realmente uma satanização do PT durante esse tempo, porque este era o objetivo: derrubar a Presidenta Dilma, enfraquecer o PT, acabar com o PT, o que não conseguiram nem vão conseguir.

Mas é claro que provocaram um grande estrago sim. Nesses anos, nós não só perdemos uma Presidenta do nosso partido, legitimamente eleita, honesta - não há comprovação contra ela -, como também deixamos de eleger mais Vereadores, mais Prefeitos, mais Deputados Estaduais, mais Deputados Federais, mais Senadores, mais Governadores. Desde a época do mensalão, foram pregando para os eleitores brasileiros que era o PT que usava o caixa dois para realizar as campanhas.

Eu não sei por que a delação da Odebrecht continua em sigilo até agora. Se apenas membros do nosso partido tivessem sido citados nessa delação, talvez ela não fosse mais sigilosa. Mas alguém ainda tem que estar sob sigilo, porque vai aparecer, numa delação, que uma grande liderança de um partido recebeu um apartamento em Paris. Essa pessoa o recebeu mesmo, ela o comprou e o doou. Tudo isso vai aparecer agora.

Começam a se movimentar para fazer uma reforma política, para que essa reforma possa inclusive proteger lideranças de partidos que não terão condições de disputar as eleições, de se eleger ou se reeleger nas próximas eleições.

Então, uma grande injustiça foi cometida contra um partido, um dos maiores partidos do Brasil, que tem um grande legado, que governou este País como ninguém jamais governou, que fez por este País o que ninguém fez nesses 500 anos.

O Governo Temer, que é uma junção de praticamente todos os partidos, exceto os partidos de esquerda, até agora não conseguiu fazer nada! O Brasil vai de mal a pior, com aumento do desemprego.

As operações irresponsáveis continuam acontecendo, como a Operação Carne Fraca. Algumas autoridades da Polícia Federal não têm responsabilidade com este País, não estão nem aí. Na minha avaliação, houve exagero na Operação Carne Fraca. Existem coisas ali a serem corrigidas. Uma operação não pode colocar um setor produtivo de um país, principalmente em momento de crise, numa situação de fragilidade, como aconteceu relativamente a essa operação. Isso prova que este é um Governo fraco. Nem o Ministro da Justiça nem o Ministro

da Agricultura sabiam que essa operação estava acontecendo.

Eu quero dizer ao Juiz Sergio Moro, que já critiquei muito desta tribuna, que, na minha avaliação, ele cometeu mais um ato de irresponsabilidade nesta semana ao mandar prender o blogueiro Eduardo Guimarães. Faço novamente uma pergunta ao Juiz Sergio Moro. Se ele não quiser me responder, não me responda.

Juiz Sergio Moro, por que mandou prender Eduardo Guimarães? Quero ver se é homem para me responder, por telefone, por correspondência ou por intermédio de algum assessor seu. Mandou prendê-lo por perseguição, porque em determinado momento o jornalista o denunciou, ou achava que ele poderia ter alguma coisa que pudesse ser um jeito de você mandar prender Lula? Até agora não conseguiu. Está tão desesperado que mandou prender até jornalista. Foi uma prisão foi totalmente ilegal. Tanto é que já mandou liberar o jornalista, porque você não achou aquilo que queria em gravações, em computadores, em celulares desse jornalista que foram apreendidos. Então, é uma irresponsabilidade total.

Eu quero dizer ao povo brasileiro que, se houve um golpe neste País, parte do Judiciário brasileiro também foi peça dessa engrenagem, parte da Polícia Federal foi peça dessa engrenagem, parte do Ministério Público foi peça dessa engrenagem, e, naturalmente, os partidos que perderam a eleição pela quarta vez e não se conformaram foram peças dessa engrenagem. O PSDB, o Democratas perderam as eleições e sabiam que não têm chance nenhuma de ganhar de Lula nas eleições em 2018. E o resultado foi a crise.

A crise do Brasil tem nome. Quem provocou a crise foram aqueles que perderam as eleições no voto para a Presidenta Dilma em 2014: o Sr. Aécio Neves; parte do PMDB (aqui havia uma parte do PMDB liderada por Eduardo Cunha, e depois Temer acabou aderindo às forças golpistas neste País); partidos que hoje formam a base do Governo, que contribuíram para um dos piores episódios deste País.

Este País nunca perdeu tanto. Os prejuízos são trilionários. Se a Justiça brasileira, se o Ministério Público, se a Operação Lava-Jato querem comemorar porque estão conseguindo trazer de volta 5, 10, 15, 20 bilhões, precisam se lembrar de que houve uma quebra de empresas brasileiras, que agora não conseguem ganhar uma concessão nem de restauração de rodovia ou de reforma de aeroporto neste País, não conseguem construir.

Empresas que estavam construindo fora do Brasil, na América do Sul, hoje não conseguem ganhar uma concessão referente a aeroporto. Na

última concessão que houve, relativa a quatro grandes aeroportos, superavitários, quem ganhou foram empresas europeias. E a Europa não anda bem das pernas, nem econômica nem socialmente. Em alguns países europeus, a crise tem sido feia, continua sendo grave.

Portanto, este é o saldo da Lava-Jato. Com a intenção de acabarem com o PT, com a intenção de derrubarem o Governo da Presidenta Dilma, acabaram derrubando o Brasil. Acabaram com o Brasil, estão enterrando o Brasil, gerando desemprego, propondo uma reforma da Previdência para matar a classe trabalhadora e aprovando a terceirização, como fizeram aqui ontem à noite.

Foi uma irresponsabilidade desta Câmara. Aqui, a maioria dos Deputados não tem compromisso com um projeto de futuro para este País. Aliás, muitos que estão sentados nessas cadeiras gastaram 5, 6, 8, 10, 15 milhões de reais, ou seja, compraram a eleição, e agora não têm autonomia para exercer o mandato de maneira livre. Não existe condição de um Parlamento como este funcionar.

Na minha avaliação, a reforma política é que deveria estar sendo discutida neste País. As duas grandes reformas do Brasil teriam que ser a reforma tributária e a reforma política, e não reforma trabalhista, reforma previdenciária. Temos que reformar muita coisa. Mas, sem reforma política, eu quero ver como alguém governa este País, com 27, 28, 30 partidos, quero ver como a política vai ser qualificada, com 27, 28, 30 partidos. Já passa de 40 o número de partidos neste País.

Então, nós temos que fazer uma reforma política. Não se deve tratar só de lista fechada. Lista fechada é um tema. Nós temos que discutir o financiamento público de campanha, porque as campanhas estão cada vez mais caras. As campanhas para os cargos de Prefeito e Vereador neste País custaram mais do que as passadas. Depois de todo o debate sobre petrolão, caixa dois, financiamento, três candidatos juntos gastaram, em Municípios com 12 mil eleitores, 3 ou 4 milhões de reais para disputar os votos desses eleitores. Há candidatos a Prefeito em Municípios pobres por aí fora que gastaram 2 ou 3 milhões de reais em uma campanha. Eu pergunto: quem paga tudo isso?

A reforma política, portanto, precisa ser ampla. Nós temos que discutir também, por exemplo, essa questão da suplência dos Senadores. Como é que pessoas que nunca receberam um voto viraram Senadores? Por que os mais votados não se tornam Senadores, e o seguinte, suplente? Ano que vem, 2018, vai haver duas vagas para o Senado em cada Unidade da Federação. Os dois mais votados seriam os dois eleitos, e o terceiro mais votado seria o suplente. Em caso de

vacância, ele assumiria o cargo.

Para que nós temos que ter vices neste País? É Vice-Governador, Vice-Prefeito, Vice-Presidente da República.

E que tal propormos um plebiscito para discutirmos o voto obrigatório?

Hoje eu participei de uma entrevista, e foi feita esta pergunta: "*Como aproximar o político, o candidato, o Deputado do eleitor?*" Se nós estamos aqui há tanto tempo satanizando a política, se nós estamos dizendo para os eleitores que os políticos não prestam, será muito difícil aproximar o Deputado e o Senador do jovem que quer ingressar na política. O que se fez aqui até hoje foi a satanização da política.

Se há políticos desonestos, se há políticos picaretas, se há políticos que estão aqui dentro para defender interesses que não sejam os do povo, pode-se dizer que a maioria não é assim. A maioria trabalha, a maioria vem para cá, a maioria tem interesse em ver o seu Estado e o seu País melhorando.

É lamentável que nós depreciemos a política neste País. É lamentável, porque nós estávamos indo bem. O Brasil tinha a sensação de ser um país desenvolvido, um país em que os trabalhadores estavam melhorando. O microempresário estava virando pequeno empreendedor; o pequeno estava virando médio; o grande também estava podendo se expandir (havia geração de empregos); o trabalhador autônomo estava conseguindo se sobressair. Agora, de repente, não há mais concursos públicos. O jovem não tem mais esperança de ingressar na carreira pública. As universidades que foram abertas estão com dificuldades de se manter. Não há dinheiro para obras. Não temos mais INCRA, não temos mais Ministério da Reforma Agrária, não temos mais Ministério da Pesca.

Este País começa a entrar num clima de desespero. A violência aumenta em todos os mais de 5 mil Municípios do País, desde o maior Município, São Paulo, até o menor Município do Norte ou do Sul do Brasil. Há violência em todas as cidades. A paz social já não existe mais. A tendência é andarmos nas ruas e vemos cada vez mais mendigos pedindo ajuda, como há 20 anos, no Governo da Nova República, que foi governado exatamente por esses que estão sentados nessas cadeiras atualmente.

Eu lembro muito bem que Sarney assumiu porque Tancredo faleceu. Veio Sarney, e não deu certo. Inventaram Collor, e não deu certo. Veio Itamar, veio Fernando Henrique Cardoso, que inventou o Plano Real.

Rodovias como a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica passaram 20 anos sem reforma. Nem as pontes de madeira eles reformaram, e havia muita madeira! De repente, Lula veio e começou a asfaltar a Cuiabá-Santarém, a Transamazônica.

E a transposição de águas do Rio São Francisco? Desde D. Pedro I falavam nessa obra. Lula teve que aparecer, teve que chegar ao Governo para fazer a transposição de águas do Rio São Francisco. *"Ah, a obra está atrasada, não terminou!"* Não terminou ou não está mais avançada porque o Governo que estava dando certo foi destituído, por mentiras, corroboradas inclusive por grandes meios de comunicação, fazendo mentiras virarem verdade, como no caso de uma tal de pedalada fiscal.

Juiz Sergio Moro, você está desesperado porque não achou, nem vai achar, alguma razão para mandar prender o Presidente Lula. Tem que mandar prender exatamente aqueles que merecem ser presos.

Eu pergunto ao povo brasileiro, eu pergunto aos eleitores brasileiros, eu pergunto à Justiça brasileira: por que, nesses 12 anos, só os tesoureiros do PT foram presos? Três tesoureiros do PT que participaram das campanhas foram presos, mas nunca foi preso um tesoureiro do PMDB, nem do PSDB, nem do Democratas, nem do PPS, nem do PR, nem do PSD. Para resumir, até hoje, nesses 12 anos, a Justiça brasileira só mandou prender três tesoureiros do PT. Essa é a realidade.

Nós estamos aqui também, no momento em que a conjuntura nos favorece, para começar a descriminalizar o nosso Partido dos Trabalhadores, que continua sendo um dos maiores partidos do Brasil, continua sendo um dos partidos que mais fez por este País. De acordo com as pesquisas, o Presidente Lula está indicado para voltar a governar este País a partir de 2018. O PMDB não tem candidato, o PSDB não tem candidato, ninguém mais tem candidato. E não adianta quererem inventar um candidato, como inventaram Collor de Mello, que até a poupança do povo confiscou.

Então, meus amigos e minhas amigas, povo brasileiro, a partir do momento em que a Presidenta Dilma foi destituída do cargo e Michel Temer, Meirelles e os empresários nacionais e internacionais assumiram o poder, este País começou a virar uma verdadeira bagunça. Este País não tem como gerar empregos. É mentira que a terceirização vai gerar empregos. Nós vamos desempregar mais, nós vamos fragilizar mais a classe trabalhadora.

Chega de mentir para o povo brasileiro! Chega de fazer operações

irresponsáveis, de que nós do Partido dos Trabalhadores fomos vítimas. Agora o Brasil está sendo vítima da Operação Carne Fraca. Imaginem a hora em que forem feitas as operações soja fraca, leite fraco, café fraco, mamão fraco, tudo fraco.

Há muito agrotóxico sendo usado nesses produtos. Daqui a pouco, ninguém vai comer verdura nem soja, nem milho, nem feijão, nem cacau, não vai tomar café porque no Brasil a quantidade de agrotóxicos aplicada na produção agrícola não é mais a permitida por lei. Agrotóxicos que já foram proibidos em outros países continuam sendo aplicados no Brasil.

Ontem à noite, os Deputados que votaram a favor dessa proposta sobre terceirização - não foi o meu caso - cometeram um crime contra o Brasil e contra a classe trabalhadora.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Franklin Lima) - A solicitação de V.Exa. será atendida, Deputado Zé Geraldo.

Documento 22/76

041.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	22/03/2017-13:06
Publ.: DCD 23/03/2017 -	- AFONSO MOTTA-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância do debate da proposta de modificação do sistema eleitoral brasileiro. Defesa de adoção de sistema eleitoral como garantia de aperfeiçoamento da democracia e do Estado Democrático de Direito.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste pouco tempo de

manifestação, quero chamar a atenção para o debate público que está posto com relação à lista fechada ou outro sistema de voto. Eu digo sistema de voto, mas é sistema eleitoral. O sistema eleitoral é a expressão do voto que possa vir a atender àqueles mínimos do processo eleitoral.

Ontem foi realizado um seminário internacional que nos trouxe uma contribuição valiosíssima, com figuras dos Estados Unidos, do México e de Portugal. Foi um debate realmente muito rico, em que se relatou o conjunto de experiências da legislação eleitoral mundo afora.

Os Parlamentares da Comissão Especial da Reforma Política que tiveram a oportunidade de se manifestar chegaram pelo menos a um consenso: o atual sistema não garante os mínimos para o processo eleitoral de 2018.

Acho que nós não devemos nos impressionar com esse tensionamento que está aí. Antes de se travar o debate sobre o sistema de voto, sobre o sistema eleitoral, querem fazer outro debate, aquele que desmerece a política, que precariza os partidos políticos, que criminaliza a todos.

Esse é um debate que esta Casa tem que respeitar, como todo debate público, mas não é aquilo que vai contribuir para a construção do sistema eleitoral.

Portanto, é preciso que tenhamos grandeza e que trabalhem muito com bastante dedicação.

Para se construir efetivamente uma alternativa mínima para o processo eleitoral de 2018, para que isso aconteça, o que é um grande desafio, teremos que trabalhar muito para ver a melhor alternativa e reconhecermos que essa alternativa pode ser transitória e que, para os próximos pleitos, teremos que qualificar mais ainda.

Essa alternativa precisa ser viável e precisa dar uma resposta efetiva para sociedade. Que essa alternativa não alimente os argumentos que estão sendo colocados: o de defesa de quem está sendo investigado, de defesa da classe política.

Nós queremos a construção de um sistema eleitoral que atenda o mínimo para o aperfeiçoamento da democracia e do Estado Democrático de Direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 23/76

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/03/2017-
	CD	14:48
Publ.: DCD - 22/03/2017 - JÚLIO DELGADO-PSB -MG		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial e do Dia Mundial da Síndrome de Down. Defesa de instalação de CPI para investigação de denúncias de irregularidades em setor produtivo do Brasil. Reiteração de posicionamento do orador contrário à proposta de reforma previdenciária. Necessidade de aprofundamento pela Câmara dos Deputados do debate sobre a reforma política. Apoio à sugestão da Presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, de realização de referendo ou plebiscito sobre a reforma política.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, nobre Deputado Manato, conterrâneo, vizinho ali do Espírito Santo, que acaba sendo sempre a nossa praia.

Sr. Presidente, hoje, dia 21 de março, são comemorados o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial e também o Dia Mundial da Síndrome de Down. É importante fazer este registro para que nós possamos compreender a vida dessas pessoas especiais. Elas são especiais na vida de muitas pessoas que têm a oportunidade de conviver com elas.

Entre os três pontos que eu queria abordar aqui, para um deles eu quero a presença inclusive do Deputado Luis Carlos Heinze, que fez uso da palavra. Tenho esta mesma preocupação, Deputado Heinze. Neste momento estamos de comum acordo em que seja feita uma apuração para que amanhã não se chame a Casa, o Legislativo, o Parlamento de isento.

Quando se propõe, como fizemos na sexta-feira, a criação de uma CPI justamente para fazer isso que V.Exa. está fazendo, que é defender a cadeia produtiva, defender os empregos e defender os produtores que geram o maior número de empregos neste Brasil, mostramos que esta

é uma grande preocupação nossa neste momento.

Agora, não dá para nós taparmos o sol com a peneira. Não temos nem a Comissão de Agricultura funcionando na Casa, e dizem por aqui que nós vamos fazer uma investigação dos 21 envolvidos.

Não, Deputado Heinze! Para que nós possamos retomar a credibilidade no mercado internacional em uma questão de saúde pública, nós temos que ser rigorosos na punição daqueles que estão envolvidos. E esta é uma competência desta Casa.

Por isso é necessária uma iniciativa nossa, e agora vamos unificar nosso sentimento para termos uma CPI responsável. Não se trata de uma CPI para punir quem está produzindo, mas para punir quem malversou; para punir quem pegou dinheiro do BNDES; para punir quem deve à Previdência Social no momento em que se quer fazer reforma da Previdência. É para isso que nós temos que apurar com responsabilidade. Este é o nosso senso. Por isso nós vamos propor nesta Casa a instalação de uma CPI.

Para concluir, eu queria dizer que nós estamos diante de duas reformas, e basicamente nesta Casa já está equacionada a dúvida de que aquela reforma proposta pelo Governo não passará. O Governo já admite que vai fazer alterações, mas, independentemente das alterações que fizer, é importante deixar claro que o interesse principal é acabar com a Previdência pública brasileira, apesar de as pessoas quererem colocar um assunto diverso, Deputado Carlos Manato.

Em Juiz de Fora, Minas Gerais, eu fui alvo daqueles que disseram que eu era a favor da reforma. Eu já me manifestei sobre isso. V.Exa. já ouviu uma dezena de vezes a nossa posição contra esta reforma proposta. Vamos votar contra, e quero deixar isso de uma forma clara, definitiva para que não parem dúvidas em ninguém. Estes desta Casa e aqueles que me conhecem sabem que não pairam dúvidas.

Por último, esta Casa tem que retomar a credibilidade para que nós possamos discutir uma reforma política verdadeira. Há gente que está até envolvido com a corrupção e tentando se safar com a reforma política.

Eu sei que há muita gente, que, como eu, foi injustamente citada. Mas eu fiz minha defesa e espero que aqueles que estão em igual situação também possam fazê-lo. Mas nós não podemos deixar de ouvir a voz da Presidente do Supremo Tribunal Federal - sensata, correta -, que diz que nós precisamos fazer um plebiscito, um referendo sobre

reforma política.

Nós não podemos deixar qualquer dúvida sobre aquilo que será apurado. Será que a população, que nós representamos, aceita ou não lista fechada, aumento do financiamento e outras propostas malucas que nós estamos vendo surgir por aí?

Eu espero que tenhamos a sensatez de acompanhar a lucidez da Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia, de Minas Gerais, que propôs que nós façamos um referendo ou um plebiscito a respeito dessa matéria que envolve todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 24/76

039.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 21/03/2017-15:20
Publ.: DCD 22/03/2017 -	- AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Distanciamento entre a sociedade e a Câmara dos Deputados como consequência do sistema eleitoral vigente no País. Inconveniência de debate da reforma política na atual Legislatura diante da falta de credibilidade do Congresso Nacional.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu já me manifestei - e procurei me justificar - absoluta e radicalmente contrário ao voto em lista fechada. Esse é um dos temas que está embutido na reforma política. Agora quero refletir um pouco sobre o financiamento público de campanha.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, os custos de campanha no País realmente foram levados a valores astronômicos. Isso ocorreu porque, como vimos com o mensalão, o petrolão e tantas outras operações investigatórias, o dinheiro fácil inflacionou essas campanhas e criou indústrias: a indústria do marqueteiro, a indústria da produção e,

principalmente, a indústria do cabo eleitoral, porque eleição de 2 em 2 anos dá sempre um alento para os cabos eleitorais.

Eu realmente entendo a preocupação com o financiamento de campanha. Mas o subproduto mais cruel para a democracia, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é o fato de que a "compra do voto" - vamos colocar assim, entre aspas - acaba distanciando, evidentemente, a sociedade desta Casa.

Hoje está difícil encontrar o mínimo de legitimidade nesta Legislatura no Congresso Nacional devido ao fato de que inúmeros Parlamentares estão sendo investigados, de que a cúpula do Governo e desta Casa está sendo investigada. Essas circunstâncias reduzem a credibilidade do Congresso Nacional e distanciam a Nação desta Casa. É muito triste.

Assuntos sérios como a reforma política não deveriam ser tratados neste momento. Por quê? Porque dizem respeito à autoproteção dos que estão aqui. Afinal, tivemos uma eleição sob estas regras eleitorais. Recentemente, os Prefeitos foram eleitos, os Vereadores foram eleitos, e estamos todos felizes. Vamos manter essa prática.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 25/76

039.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/03/2017-16:44
Publ.: DCD 22/03/2017 -	ELIZIANE GAMA-PPS -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Preocupação com dispositivo da proposta de reforma política relativo à instituição de sistema de voto mediante lista fechada de candidatos para eleição de Parlamentares. Apoio à decisão do Presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, de aceleração da tramitação de proposta sobre o fim do foro

privilegiado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PPS-MA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, de forma rápida, queria trazer aqui duas situações. Primeiramente, a minha preocupação em relação a um ponto específico da reforma política que se pretende acelerar neste Congresso referente à lista fechada para eleição de Parlamentares em todo o Brasil.

Parece-me, de uma forma muito clara, que há uma tentativa, uma verdadeira operação para salvar aqueles Parlamentares que estão enrolados na Operação Lava-Jato. É necessário estarmos bem atentos em relação a isso, para impedir que essa manobra, que essa operação possa acontecer aqui no Congresso. Mas este é um tema que aprofundaremos mais tarde.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, queria destacar a decisão do Presidente do Senado, o Senador Eunício Oliveira, de colocar em votação, agora à tarde, requerimento que pede o aceleração da votação da PEC 10, que trata do fim do foro especial por prerrogativa de função, o foro privilegiado - uma vergonha, no meu entendimento.

Hoje, no Brasil, mais de 22 mil pessoas têm prerrogativa de foro. Para mim, fica muito clara a busca incansável na tentativa de encontrar uma guarida, já que, segundo dados da Associação dos Magistrados Brasileiros, desde a Constituição de 1988 até 2006, dos 130 processos em curso, nenhum veio realmente a julgamento, com sentença; apenas um, em 2010. Há uma morosidade e uma tentativa de buscar guarida para aqueles criminosos que procuram, na vida parlamentar, na vida pública, uma forma de não cumprir e de não pagar as suas respectivas penas.

Sr. Presidente, outro dado apresentado, inclusive pelo Senado, de uma pesquisa que ouviu mais de 40 mil pessoas em todo o Brasil, mostra que apenas 137 pessoas são favoráveis à manutenção do foro privilegiado. Ou seja, todos precisam ficar em pé de igualdade.

O aceleração dessa votação no Senado é extremamente fundamental. Esta Casa precisa acompanhar isso, porque será uma resposta para o Brasil e, no meu entendimento, uma resposta para a redução da impunidade.

As funções públicas, especialmente os mandatos políticos, não podem ser guarida para a proteção de quem quer que seja que cometa algum tipo de crime e que vá se esconder, levando anos a fio sem nenhuma

punição, por parte da magistratura do nosso Brasil, exatamente pela morosidade do processo relativo ao foro privilegiado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Capitão Augusto) - Obrigado, Deputada.

Documento 26/76

039.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 21/03/2017-17:32
Publ.: DCD 22/03/2017 -	FÁBIO SOUSA-PSDB -GO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Declaração de voto contrário ao modelo de voto em lista fechada no âmbito da proposta de reforma política.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna já trouxe a maioria dos Deputados que usaram da palavra no dia de hoje.

Trata-se da proposta que, mais uma vez, chega a esta Casa como uma tentativa de solucionar os problemas eleitorais e políticos que nós enfrentamos nos nossos processos eleitorais.

Cria-se, de novo, a ideia da lista fechada. Não sei se isso é medo de outra lista, não sei se é interesse única e exclusivamente partidário, mas fala-se de novo na tal lista fechada.

Eu vou me posicionar devidamente contra, primeiramente porque não acredito que as pessoas queiram eleger partidos. Elas querem eleger pessoas que fazem parte de um partido. Isso é claro: façam a pesquisa em qualquer lugar do Brasil e vão ver que é assim.

Em segundo lugar, sou contrário à lista fechada pelo modo como seriam montadas essas listas. Lista fechada no Brasil é perpetuação do caciquismo. Aliás, diga-se de passagem, o caciquismo político já

manda no Brasil há muitos e muitos anos. O partido tem os seus caciques, e eles vão continuar mandando, até porque eles é que vão estipular quem será o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto da lista, isso se eles mesmos não forem os primeiros e, quando ficarem um pouco mais velhos, passam para o filho, passam para o neto, e assim continuam fazendo do processo eleitoral algo familiar.

Sou contra lista fechada porque não existe democracia interna partidária, salvo raríssimas e localizadas exceções. Não existe! Existe, sim, o caciquismo. Vão dizer para mim que existe partido que decide de forma democrática, internamente, quem serão os seus candidatos? Até que no passado existia, mas das últimas eleições para cá, não. Foi a tal da unção do candidato, da escolha de "postes", e V.Exas. viram aonde foram dar essas escolhas erradas.

Por fim, sou contra a lista fechada porque acredito na democracia ampla, em que o eleitor escolhe o seu representante.

É lógico que nós precisamos ter uma reforma política e uma reforma eleitoral que pelo menos amenizem - embora não vão resolver - os grandes problemas que nós temos, mas essas reformas não podem privar o brasileiro de escolher a pessoa certa, que ele acha que deve representá-lo aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 27/76

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/03/2017-
	CD	17:40
Publ.: DCD - 22/03/2017 - DANIEL COELHO-PSDB -PE		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

Sumário

Contrariedade à adoção de sistema de voto em lista fechada para eleições parlamentares no País.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de falar um pouco

de um tema que está ocupando os debates no País: a proposta da lista fechada, defendida por alguns.

Lembramos que essa foi a proposta defendida pelo PT na tentativa de reforma política que este Plenário já avaliou. E, como eu discordo da lista fechada naquela época, continuo a discordar dela hoje.

A lista fechada impede que o eleitor escolha o seu candidato, o seu Parlamentar. Ela dá um poder desproporcional aos dirigentes partidários, além de fortalecer partidos artificiais que existem no Brasil. Aqui há mais de 30 partidos, poucos deles com identidade ideológica, com identidade de princípios, com propostas claras para o País.

A população brasileira não quer votar em partidos. Ela pode até ter preferência partidária, o que é salutar no processo democrático, mas quer ter o direito de, dentro do partido de sua preferência ou de outro, escolher o seu Parlamentar.

Se hoje já existe um sentimento da grande maioria da população brasileira de que este Congresso não representa o povo, imaginem se ela não puder votar diretamente nos seus Parlamentares!

É evidente que precisamos, sim, discutir uma solução para o financiamento das campanhas do ano que vem. Há aqueles que defendem o financiamento privado com limites e aqueles que defendem o financiamento público. Mas essa solução não pode passar pela lista fechada, não pode passar por um modelo que tire do eleitor a possibilidade da escolha.

Quero deixar bem claro à população brasileira, aos nossos eleitores e simpatizantes que, como fui contra a proposta apresentada pelo PT na reforma política, hoje sou contra qualquer tentativa de se aprovar a lista fechada para as eleições de 2018.

Precisamos, sim, fazer uma reforma política que proponha o voto distrital, o voto distrital misto, que seja um modelo que aproxime o eleitor do seu representante e que barateie o processo eleitoral. Mas é preciso que permaneça o direito de escolha do eleitor, que merece escolher seu Parlamentar, seja Vereador, Deputado Estadual ou Deputado Federal. De maneira alguma, a reforma política pode tirar esse direito do eleitor, o que enfraqueceria ainda mais o elo, que já está frágil, entre o Congresso Nacional e o povo brasileiro.

Portanto, sou contra e continuarei sendo contra qualquer tentativa de se estabelecer lista fechada em eleições parlamentares em nosso

País. (*Palmas*).

Documento 28/76

035.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de	16/03/2017-14:30
	Debates - CD	
Publ.: DCD	- ADÉRMIS MARINI-PSDB -SP	
17/03/2017 -		
CÂMARA	DOS	PEQUENO
DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	EXPEDIENTE
		DISCURSO

Sumário

Apoio à proposta do Deputado Estadual Roberto Engler, de São Paulo, de instalação de aglomerado urbano na região de Franca. Necessidade de realização da reforma política. Defesa de adoção do voto distrital misto. Tramitação na Casa de projeto de resolução de autoria do orador sobre a criação da Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública. Conveniência de debate acerca do fim do foro privilegiado.

O SR. ADÉRMIS MARINI (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, Srs. Deputados e Deputadas Federais, povo brasileiro, venho hoje à tribuna da Câmara dos Deputados para falar da minha cidade, Franca, e região.

O Deputado Estadual Roberto Engler, meu colega, com sete mandatos ininterruptos, é um valoroso defensor da nossa região e ali vem fazendo um belo trabalho. S.Exa. está propondo a instalação de um aglomerado urbano na região de Franca, juntamente com o Grupo Político e Econômico Suprapartidário de Franca - G6, que visa à participação da sociedade nos atos políticos locais, assim como o nosso fortalecimento. O G6 é formado pelas seguintes entidades: Associação do Comércio e Indústria de Franca - ACIF, Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas - COCAPEC, Sindicato da Indústria de Calçados de Franca - SINDIFRANCA, 13ª Subseção da OAB, UNIMED e Maçonaria de Franca e Região.

O grupo tem-se reunido com o objetivo de articular os Municípios para o fortalecimento da região e o aumento do poder de negociação junto aos Governos Estadual e Federal.

Nós carecemos muito de representatividade aqui na Câmara dos Deputados. Eu sou o terceiro francano de nascimento a assumir um mandato de Deputado Federal. Nós tivemos outros, mas, de nascimento, eu sou o terceiro. E nós carecemos de representatividade, principalmente no Governo Federal.

O objetivo do aglomerado urbano é o fortalecimento de ações em defesa da educação, da saúde e de políticas interligadas. Portanto, na próxima segunda-feira, às 10 horas, representantes da região de Franca estarão reunidos para discutir esse assunto tão importante.

Parabéns, Deputado Estadual Roberto Engler, meu parceiro e companheiro, por essa iniciativa. E parabéns ao G6 por acreditar que, unidos, poderemos fazer muito pela região de Franca.

Sr. Presidente, quero aproveitar o tempo que me resta para falar sobre o momento político que estamos vivendo. Ontem, ouvimos nesta Casa, de muitos colegas, que era o dia da ressaca pós-lista da Lava-Jato. Isso mostra, cada vez mais, a necessidade de uma ampla reforma política, visando mais transparência e maior controle da sociedade sobre os atos da classe política. Essa é a nossa defesa.

Estou nesta Casa há apenas 3 meses. Eu vim da Câmara de Vereadores da minha cidade de Franca, no interior de São Paulo, e lá eu lutei muito por fazer um mandato participativo e transparente.

Por isso, apresentei ontem um projeto de resolução que visa à instalação nesta Casa da Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública, que vai ajudar não só a dar transparência aos atos políticos, mas a combater a corrupção, fazendo com que esta Câmara dos Deputados seja mais participativa e representativa, de acordo com os anseios da sociedade. Isso é o que faremos durante o nosso mandato.

Alguns Deputados desta Casa estão num momento muito difícil, mas não podemos deixar de falar aqui sobre a necessidade de uma reforma política. Como eu venho de uma região paulista, defendo o voto distrital misto, para que se crie o vínculo do Deputado com a sua região.

E nós não podemos deixar de falar sobre outro assunto: o fim do foro privilegiado. Por quê? Para que a população realmente se sinta representada. É o que sentimos hoje nas ruas, mas, infelizmente, isso não está acontecendo.

Essa mudança depende de nós, pois devemos aproveitar a oportunidade. Dizem que é na crise que se geram as oportunidades. E

está aí a grande oportunidade de ajudarmos a passar o País a limpo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Adérmis Marini.

Documento 29/76

035.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de	16/03/2017-14:54
	Debates - CD	
Publ.: DCD	FLAVINHO-PSB -SP	
17/03/2017 -		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Contrariedade à instituição de sistema de voto em lista fechada de candidatos no bojo da reforma política. Repúdio a tentativa dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Superior Tribunal Eleitoral de proteção de agentes políticos por meio da proposta de reforma política.

O SR. FLAVINHO (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar esses minutos que me são concedidos nessa tribuna para fazer uma reflexão com o nosso povo e com aqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa, os nobres Parlamentares que ainda estão aqui nesta quinta-feira. Nós estamos vendo ser divulgada nas redes sociais, nas agências de comunicação, na mídia em geral, a chamada "segunda lista" do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. Há algum tempo, tivemos a primeira lista, que foi também amplamente divulgada, com vários nomes, agora somada a essa nova lista, com outros nomes vindo à tona. E assim que o Ministro Relator, Edson Fachin, decidir levantar o sigilo dessas delações, os outros nomes virão à tona.

Mas o que eu quero enfatizar nessa reflexão, neste momento, é o seguinte: nós vemos um grande alvoroço no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e no Poder Executivo. E, em meados 2015 e 2016, nós tivemos nesta Casa uma deformação política - eu a chamei mais de deforma política do que de reforma política, porque mais



atrapalhou o processo do que ajudou -, exatamente no momento em que também políticos citados, partidos citados queriam se blindar. Em decorrência disso, aventou-se a possibilidade de se anistiar o caixa dois. Vieram as 10 medidas Contra a Corrupção, que tiveram uma imensa adesão popular, com 2 milhões de assinaturas. Essas assinaturas foram entregues aqui, mas esse projeto foi deformado. Ele foi votado e, agora, por ordem do STF - Supremo Tribunal Federal, retorna à Casa. Enfim, há todo esse imbróglio a respeito desse projeto que visa combater a corrupção.

Chegamos então ao momento atual, em que estamos com esta segunda lista, com vários nomes de Governadores, Deputados e Senadores, já personalidades sem foro privilegiado, como ex-Presidente e ex-Presidenta. E esta Casa volta a se preocupar com isso e quer blindar bandidos, porque aqueles que destroem o nosso País, que roubam dinheiro público, que desviam dinheiro da saúde, da educação, da assistência social são bandidos, são bandidos e assassinos, porque a corrupção mata. Os bilhões que foram desviados da PETROBRAS, os milhões e bilhões que são desviados de caixas municipais e estaduais deveriam estar salvando vidas de pessoas em hospitais, colocando crianças em escolas, garantindo creches. Com certeza, o País não estaria nessa recessão.

É importante fazer a diferenciação do que está acontecendo neste momento. Tudo o que está sendo agora mostrado pela mídia nessa segunda lista não tira em nada a força do que aconteceu no petrolão. Foram bilhões e bilhões desviados, passando pelo Rio de Janeiro. Isso quebrou o Estado, e o ex-Governador foi preso. Ele comprava joias e mais joias enquanto seu Estado estava falindo, quebrando. Os aposentados ficaram sem dinheiro para receber e a saúde foi destruída.

Nós não podemos permitir que venha novamente essa proposta de uma deformação política, a "deforma política", proposta feita, inclusive, pelos Presidentes desta Casa e do Senado Federal, pelo Presidente Michel Temer, pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, propondo agora lista fechada para blindar mais bandidos, para que eles continuem como caciques destruindo o nosso País.

Uma vez que essa matéria vem para esta Casa, nós temos que ter a honradez, como Parlamentares, de ir contra ela. Agora, não adianta ir contra também para proteger o seu, que é outro grande problema, porque dizem que a lista passa de 200 nomes de políticos. Não adianta agora querer dizer que vai fazer isso pelo bem do Brasil. É mentira. Tem que ter a cara rosada e dizer: *"Nós vamos, pelo menos agora,*

tentar fazer alguma coisa pelo nosso País, que está quebrado".

Eu me envergonho, como Parlamentar, em ver ações como essas ainda acontecendo dentro desta Casa, sem Comissões Permanentes funcionando, a Casa parada como um puxadinho do Executivo, como já estive em outro momento, e nós, Parlamentares, querendo trabalhar para que o nosso País saia da recessão e avance.

Infelizmente, há esse marasmo nesta Casa. E ela ainda está querendo blindar bandido que deveria estar na cadeia. Eu e toda a população esperamos que os bandidos sejam presos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado.

Documento 30/76

035.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de	16/03/2017-15:15
Publ.: DCD	JOSUÉ BENGTON-PTB -PA	
17/03/2017 -		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Agradecimentos ao Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, pela recepção de Prefeitos da região de abrangência do Consórcio Construtor Belo Monte, e ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Osmar Serraglio, pela recepção de comitiva de São Felix do Xingu para debate da ampliação da Reserva Indígena Apyterewa. Críticas à proposta de reforma política. Regozijo pelo aumento da população evangélica no País. Exaltação do trabalho social da Igreja do Quadrangular Evangelho no Brasil, em especial da Pastoral da Criança e da Pastoral Carcerária. Importância do investimento em educação e valores da família para o combate à violência e a garantia de futuro das crianças brasileiras. Repúdio ao aborto.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Nação brasileira que nos acompanha pela *Rádio Câmara*, pela *TV Câmara* e pela Internet, ouvintes da *FM*



Liberdade, de Belém do Pará, que transmite este nosso pronunciamento, e da nossa rádio comunitária de Santa Izabel do Pará, antes de entrar no tópico principal, quero fazer dois agradecimentos.

Primeiro, gostaria de agradecer ao grande Ministro da Integração Nacional, o Helder Barbalho - pessoa dinâmica, que faz um trabalho ímpar naquele Ministério -, por ter recebido o grupo do Consórcio Construtor Belo Monte na terça-feira. Estive junto com os Prefeitos da região do Consórcio Belo Monte, lá no entorno de Altamira. Agradeço ao Ministro por tudo o que tem feito pelo nosso Pará.

Segundo, gostaria de agradecer ao Ministro Osmar Serraglio, que nos recebeu ontem, junto com a comitiva de São Félix do Xingu, para debater os problemas que lá estão acontecendo com relação à ampliação da Reserva Apyterewa. Agradecemos ao Ministro pela atenção.

Quero ainda fazer um comentário rápido. Em breve, vai entrar nesta Casa novamente a reforma política, matéria que não tem nada de reforma política, que é, mais uma vez, um remendo eleitoral. Então, não se trata de reforma, pois não vamos discutir tanta coisa. É mais um remendo eleitoral.

Estava lendo hoje, no jornal *Folha de S.Paulo*, algo muito sério, para o qual é bom o povo brasileiro estar atento: para se esconderem da lista do Procurador-Geral da República, o Sr. Rodrigo Janot, há pessoas que já estão querendo criar de novo a chamada lista fechada, por meio da qual o eleitor não sabe em quem está votando. Os artífices desse grande projeto colocam seus nomes em primeiro lugar lá na lista, com uma porção de nomes que lá estão só para somar votos - pois não vão se eleger -, e acabam, sem receber nem sequer um voto nominal, voltando para esta Casa.

Já derrotamos aqui neste plenário, inúmeras vezes, essa lista dos coronéis políticos, porque ela serve para que eles mantenham sua hierarquia e continuem no poder. Aí gente nova não tem mais chance na política brasileira. Faço apenas esse comentário. Vamos ter muito o que debater sobre isso.

Mas quero agora falar de coisa boa. E falar de coisa boa é falar daquilo que dá certo no Brasil: o trabalho das igrejas, o trabalho das comunidades, o trabalho daqueles que pregam a verdade e a fé, que transmitem a esperança para um povo que parece já não mais tê-la.

Sr. Presidente, estou no Estado do Pará há pouco mais de 43 anos. Fui para lá saído da nossa Bahia querida, onde morei por alguns anos.

Sou fundador da Igreja do Evangelho Quadrangular dos Estados da Bahia, do Piauí, do Maranhão, do Amazonas, do Amapá e do Pará.

No Pará, estamos há mais de 40 anos, quando formamos a nossa primeira comunidade, num salão alugado. Há algo que, quando digo na igreja, até as pessoas que lá estão parecem não acreditar: quando começamos nossa primeira congregação em Belém do Pará, nas primeiras 2 semanas, não tínhamos um banco ou uma cadeira para as pessoas se sentarem durante o culto.

Lá se vão 43 anos. Hoje a Igreja do Evangelho Quadrangular no Pará é uma força. Temos quase 3.200 igrejas naquele Estado. Na cidade de Ananindeua, há 350 congregações; em Belém, há mais de 600 congregações. Portanto, passamos de 3.100 igrejas em todo o Estado do Pará, nesses 43 anos de evangelização e de pregação.

Quero aqui, além de prestar uma homenagem a todos os que fazem parte desta comunidade, abraçar o nosso Pastor e Deputado Carmona; o Paulo Queiroz, grande líder da nossa Igreja; o Pastor Paulo Bengtson, Vereador em Belém; a Ray Tavares, em Ananindeua; o Pastor Ruivaldo; o Pastor Meryvan, em Cametá; o Luiz Tavares, em Barcarena; a Pastora Cleia, lá em Ponta de Pedras, em Marajó; o Idalmir, em Castanhal; o Ronisteu, em Marabá; a Pastora Kelly, em Parauapebas; e outros dezenas de milhares de pastores que pregam o Evangelho de Jesus.

Sr. Presidente, ouvintes da *Rádio Câmara* e da rádio *FM Liberdade*, de Belém do Pará, e telespectadores da *TV Câmara*, observem o ligeiro crescimento dos evangélicos do Brasil. Em 1890, nós não éramos 1% da população brasileira. Chegavam, então, ao Brasil os primeiros pregadores evangélicos, discriminados e perseguidos, mas que deixaram semente. Em 1940, com 50 anos de evangelho no Brasil, éramos 2,6% da população brasileira, ainda uma minoria - que já era tolerada, e não respeitada. Tolerava-se a presença dos evangélicos o Brasil.

Inclusive, para surpresa dos que nos ouvem hoje - pois é quase impossível acreditar -, em alguns Municípios do Brasil, quando falecia um evangélico, havia dificuldades em sepultá-lo, porque não queriam permitir seu sepultamento no cemitério oficial da cidade. Parece incrível, mas era assim a discriminação.

Em 1960, éramos 4% da nossa população brasileira; em 1970, 5,2%; em 1980, 6,6%; em 1991, 9%; em 2000, 15%. Agora já chegamos a mais de 25% da população brasileira, formando um exército de quase

50 milhões de evangélicos no Brasil.

Ocorre que, nos últimos 30 anos, o gráfico de crescimento dos evangélicos se acentuou. E quero falar dos últimos 10 anos da Igreja do Evangelho Quadrangular do Pará. Enquanto o crescimento dos evangélicos no Brasil foi de 44% nos anos de 2000 a 2010, a Igreja do Evangelho Quadrangular no Estado do Pará cresceu 147%, passando de 89 mil membros para quase 240 mil membros. Hoje já somos mais de 320 mil membros no Pará e um pouco mais de 2 milhões, quiçá 2,5 milhões, de quadrangulares no Brasil.

Qual é o trabalho que a Igreja faz? Normalmente, quando se fala em igreja, em pregador do Evangelho, a pergunta é: *"Qual é o trabalho social feito pelos evangélicos no Brasil?"*

Quero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizer que a pregação da palavra de Deus em si já é a maior obra social que alguém pode realizar.

Tenho acompanhado de perto o que acontece quando se interna um dependente químico numa instituição do Governo. Ele passa lá 2, 3, 4 meses, em tratamento psicológico e médico, tomando medicamentos para tirar a intoxicação da droga. Tudo bem! Isso é bom. Mas o percentual daqueles que permanecem livres é muito pequeno. A maioria volta atrás.

Enquanto isso, a cada dia que passa, temos o testemunho de um exército de jovens que saem da dependência química, saem das drogas e chegam à Igreja, onde têm uma experiência pessoal com Deus. E, para surpresa de todos, sem tratamento, sem medicação, sem internação, eles saem das drogas pela graça do Espírito Santo, porque fé é para quem a tem.

Notem para o víamos acontecer no começo da Igreja, quando um Saulo de Tarso, perseguidor do Evangelho, matador de cristãos, ia à cidade de Damasco, para prender os cristãos que lá havia e trazê-los para Jerusalém, para possivelmente serem apedrejados. E aquele jovem teve uma experiência com Deus, na estrada de Damasco.

A partir daí, deixa de existir o cidadão chamado Saulo de Tarso e levanta-se o maior apóstolo da história da Igreja cristã, o apóstolo Paulo, escritor do maior número de cartas apostólicas da Bíblia, do Novo Testamento. Esse homem fez com que o Evangelho de Jesus saísse da Judeia, saísse de Israel, atravessasse as fronteiras e os oceanos, invadissem a Ásia, e fosse até Roma. Até ser morto na Via

Ostia, o apóstolo Paulo pregava e ensinava a palavra de Deus.

Esse é o maior trabalho social. Mas a Igreja vai além. A Igreja tem aulas, tem cursos, tem escolas. A Igreja cuida da saúde. Quero falar de dois trabalhos, dentre os muitos, que a Igreja Quadrangular realiza hoje no Estado do Pará, com um sucesso extraordinário.

O primeiro trabalho é a Pastoral da Criança, em que estamos trabalhando forte. Entendo - o nosso trabalho de Pastoral Carcerária nos revelou isto - que os presos hoje aguardando julgamento têm entre 18 e 26 anos de idade, sendo que a maioria tem entre 18 e 20 anos de idade. Ou seja, há 10 anos, eles eram meninos. Então, quando vejo a criançada na rua hoje, penso como eles serão daqui a 8 anos, a 10 anos.

Não existe governo neste País, por mais bem-intencionado que seja, que resolva esse problema. Não adianta construir presídios. Os presídios que existem hoje não comportam a metade da população carcerária, sem contar o outro tanto de pessoas que estão com ordem de prisão. Do que adianta prender alguém? Vai colocá-lo onde? Vai deixá-lo amarrado dentro do carro da polícia? Vai deixá-lo dentro de contêiner? Isso vai resolver o problema? Isso vai é aumentar o ódio, a maldade, e transformar o réu primário, aquele que pela primeira vez foi preso, em professor do crime.

Então, se quisermos mudar a história do Brasil daqui a 10, 12, 15 ou 20 anos, temos que investir na criança hoje. Darcy Ribeiro já dizia que, em cada escola que pudesse ser aberta, cada sala de aula poderia representar uma cela a menos.

Antes do Darcy Ribeiro, Deputado Lincoln Portela, outro cidadão falou um negócio há milhares de anos: *"Ensina a criança - o menino ou a menina - no caminho em que deve andar, e, quando for grande, não se desviará dele"*. Quem disse isso? Salomão, aquele que é chamado de o maior sábio da história da humanidade.

Pois bem, se quisermos um Brasil melhor daqui a 10 anos, temos que investir na criança. Falei isso ao Presidente Temer numa reunião que tivemos. Sempre faço questão de dizer: *"Eu estou aqui como Deputado, representando um segmento social que cresce neste País, que presta serviços a este País, que é o movimento evangélico. Mas o que eu sou é pastor, estou como Deputado enquanto estiver"*.

Há 56 anos, prego o Evangelho de Jesus, começando lá pelo interior de São Paulo, onde nasci, indo para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia. E agora

estou há 43 anos, no Pará.

Tenho acompanhado essa questão. Se quisermos melhorar a segurança pública e diminuir a violência no Brasil, não o faremos com cadeias ou delegados. Cada um pode fazer a sua parte. Mas ninguém muda o homem no seu interior, ninguém muda o ser humano em seu interior a não ser o poder do Evangelho de Jesus Cristo. O apóstolo Paulo dizia: *"Porque eu não me envergonho do Evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que nele crê"*.

O segundo trabalho que os evangélicos fazem de maneira extraordinária é o trabalho nos presídios - e não tocamos trombetas por isso. O Senhor Jesus falou que aquilo que se fizer com a mão esquerda, a direita não precisa saber, ou vice-versa.

Vou falar do Pará, onde começamos, há mais ou menos uns 10 anos, o trabalho de evangelização numa cadeia. Vários que estavam lá, hoje egressos, se converteram. Vários pregadores do Evangelho e pastores que saíram de lá estão à frente de trabalhos da nossa Igreja.

Mas há outros, Sr. Presidente, que ainda estão na prisão, que ainda não cumpriram a pena e estão devendo mais 4 ou 5 anos. E cada vez que converso com eles, digo que estão cumprindo uma missão lá.

Sabem o que está acontecendo, povo brasileiro? Dentro da cadeia, existe um trabalho pastoral, feito por vários presos que se converteram, que deixaram as drogas, que deixaram o alcoolismo, que mudaram de vida e estão aguardando sair de lá.

Qual é o outro problema grave que detectamos com esse trabalho da Pastoral Carcerária? Às vezes, abrimos o jornal na semana do Ano-Novo e vimos que várias pessoas que haviam sido colocadas em liberdade, para passar o Natal com os pais, os filhos, a esposa, são presas delinquindo antes mesmo da passagem de ano.

Nós nos perguntamos: *"Mas por que isso? Será que esse camarada gosta da cadeia?"* Cadeia não é lugar para ser humano, ainda mais as nossas do Brasil, que não têm nenhum princípio de higiene e que colocam quinze pessoas onde deveriam estar quatro. É impossível!

Mas eu descobri por que isso acontece. Se o preso pertence a alguma facção - o que é a maioria -, durante o tempo que ele está na cadeia, os que estão de fora ajudam a pagar o seu advogado, ajudam a dar cesta básica para sua família. E, quando ele é solto, ainda que seja por 1 ou 2 semanas, eles já o procuram para começar a pagar a conta.



Então, mesmo quando for liberto, o preso não vai estar livre, porque estará devendo para o tráfico, estará devendo para a quadrilha.

Meus amigos, o que temos feito? Quando alguém toma a atitude de mudar de vida, trabalhamos para que sua família seja cuidada aqui fora. E quando ele sai da cadeia, de imediato procuramos colocá-lo para trabalhar, arrumando-lhe um emprego.

Só na igreja que pastoreio em Belém, há uns 15 egressos que estão cumprindo o restante da pena em liberdade, trabalhando como funcionários da igreja.

Isso é uma gota no oceano. Mas, se cada cidadão brasileiro, se cada instituição fizer a sua parte, podemos melhorar, e muito, o nosso Brasil.

Mas quero, Sr. Presidente, voltar ao que falei antes. Só existe uma maneira de resolvermos em definitivo esse problema: com a educação, o ensino e a família. Toda e qualquer criança nasceu de um relacionamento. Agora, se não existe uma família, se não existe a fraternidade, se não existe o amor paterno, se não existe o cuidado, o pedófilo vai adotar essa criança. O traficante já está adotando muitos meninos de 8 a 12 anos, para ajudá-lo no seu trabalho. Com isso, estamos nesse círculo vicioso, do qual não vejo saída.

Portanto, é necessário que invistamos nas crianças de hoje. Ou as crianças de hoje serão os grandes advogados de amanhã, os Deputados de amanhã, os bons pais de família de amanhã, ou serão mais uns marginais que estarão criando problemas para a sociedade.

Ouçó, com muita alegria, o Deputado Evair Vieira de Melo.

O Sr. Evair Vieira de Melo - Deputado Josué Bengtson, estou aqui não só em nome dos capixabas, mas na qualidade de colega de V.Exa. no Parlamento, para dar o meu depoimento, acima de tudo, como um homem cristão que milita aqui nesta Casa. Quero dizer que tenho um compromisso muito grande com o nosso povo, que é o povo de Deus, mas em especial com os nossos irmãos do Pará, Estado que acolheu muitos capixabas que foram às terras paraenses na procura de um espaço para construir sua dignidade. Então, registro o meu agradecimento ao povo do Pará por nos ter dado a oportunidade de tê-lo como colega aqui nesta Casa. Quero dar ao Brasil um depoimento da militância de V.Exa., correta, digna e sincera. Acima de tudo, V.Exa. é um homem comprometido com as causas sociais, com a educação, a saúde, e o bem-estar da população, mas também com a população rural brasileira, com os homens e mulheres que têm, na agricultura, a sua fonte de renda, a partir da qual produzem alimentos e riquezas

para este País. Por isso, muito obrigado pela sua amizade e pelo seu exemplo. Com certeza, V.Exa. é um dos Parlamentares que eu, sendo um cristão novo neste Parlamento, sigo e admiro. Serei o escudeiro de V.Exa. para as boas causas do Pará, que, com certeza, serão boas causas para o Brasil. Então, em nome da bancada do Espírito Santo, parabéns pelo brilhante mandato que exerce aqui na Casa!

O SR. JOSUÉ BENGTON - Agradeço, meu companheiro, pelo aparte, que já está incorporado no nosso discurso de hoje e na sua história.

Como V.Exa. acabou de se manifestar, registro que, além da *Rádio Câmara* e da *TV Câmara*, duas emissoras de rádio do Pará estão transmitindo ao vivo este pronunciamento.

Sr. Presidente, para concluir, quero agradecer a Deus em primeiro lugar. Sem Ele, não somos nada. Podemos fazer mil planos e, amanhã, ver os nossos planos serem frustrados. Mas, quando Deus sonha o nosso sonho, ou quando sonhamos os sonhos de Deus, as coisas acontecem.

Antes de abrir a primeira congregação quadrangular no Pará, passei por Vitória, no Espírito Santo, em Jucutuquara e Alto da Boa Vista, e por várias igrejas naquele Estado. Jamais poderia imaginar que hoje, 43 anos depois, teríamos quase 3.200 igrejas só no Estado do Pará, sendo mais de 600 na Capital Belém, e esse exército de mais de 300 mil quadrangulares.

Ao povo brasileiro, à família evangélica de qualquer denominação, ao povo católico, aos cristãos, que são 85% da população brasileira, a nossa saudação.

Para concluir, registro que cheguei aqui dizendo "não" ao aborto e continuo dizendo que a Igreja nunca será progressista para concordar com o assassinato de embriões.

Um abraço ao povo do Brasil. Deus abençoe o Brasil!



17/03/2017 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Associação ao discurso do Deputado Onyx Lorenzoni sobre a Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. Contrariedade à proposta de realização de processo eleitoral mediante voto em lista fechada, e ao voto distrital. Defesa do voto proporcional personalizado.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Parlamentares, eu concordo em gênero, número e grau com as palavras do Deputado Onyx Lorenzoni.

A propósito, eu queria falar sobre a tentativa de uma reforma que propõe se adotar no processo eleitoral o voto em lista fechada, que, aliás, já foi rejeitada em 2015.

O voto em lista fechada contraria a cultura do brasileiro. O eleitor gosta de saber em quem está votando. O voto proporcional personalizado é uma tradição no País. Hoje a Internet e as redes sociais acabam reforçando essa situação quando mitigam a importância das relações espaço-temporais e favorecem as relações dos grupos dentro das redes, onde se juntam por categorias profissionais, por convicções próprias. Então, o voto proporcional personalizado se fortalece neste momento pela tecnologia. É um retrocesso querermos modificá-lo. É retrógrado.

Outra questão de que se fala também é o voto distrital. Ora, onde é adotado, ele é acompanhado de um orçamento impositivo, de execução obrigatória, que não é o caso do Brasil, onde o orçamento público é autorizativo. Por conseguinte, ainda reforçado pela mesma questão técnica de que as relações espaço-temporais perdem o significado, o fato de se utilizar um orçamento autorizativo seria contrário ao uso do voto distrital, que tradicionalmente alguns países utilizam porque há essa imposição orçamentária de execução obrigatória.

Era o que eu queria registrar, nobre Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Documento 32/76

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/03/2017- CD 10:36	
Publ.: DCD - 17/03/2017 - MAJOR OLIMPIO-SD -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Indignação com revelação de envolvimento de políticos em esquema de recebimento de recursos ilícitos da empresa Odebrecht, no âmbito da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. Repúdio à proposta de reforma política com instituição de voto mediante lista fechada.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Srs. Deputados, brasileiros que acompanham o trabalho desta Casa, pensávamos que já tínhamos visto e ouvido aqui todo o tipo de barbaridade, mas, a partir de apurações e da delação de quem pagou propina, neste momento vemos mais de cem políticos com foro privilegiado - muitos Deputados, Senadores e seis Ministros - na relação da Odebrecht.

E não adianta dizer: "*Olha, agora é só para investigar.*" Quem está dizendo que pagou 3,4 bilhões de reais em 7 anos está falando como doido na cadeia?

Aí começa a haver o *salve-se quem puder*: "*Vamos mudar o sistema eleitoral. Vamos para a lista fechada, porque nós damos um 'dane-se' para o povo. Nós mesmos nos colocamos na relação.*"

Quem é dono de partido, quem tem poder de decisão - e lamentavelmente nós temos partidos, a grande maioria, com dono - vai vender, vai dizer que entrar em segundo na lista custa 5 milhões, 10 milhões, 20 milhões, 30 milhões; vai botar a mulher, os filhos e os netos, e que se dane o povo. Quem tem voto não vai ter mais voto, não.

Vamos trocar o Congresso Nacional! A população quer trocar este maldito Congresso Nacional, que hoje está apodrecido. É mensaleiro, é

petroleiro, e o que for investigar mais!

Aí nós fazemos o seguinte: vai ser lista fechada. Isso é o que nós queremos e, mais, com dinheiro público financiando a campanha. Quem vai financiar essa farra? O dinheiro público. Já está boa a situação do País com tudo o que foi roubado, nós já temos um fundo partidário aqui de 800 milhões de reais por ano - 800 milhões de reais - e agora nós vamos expandir isso para 4 bilhões de reais ou 5 bilhões de reais.

Concluindo, Sr. Presidente, as pessoas têm que entender isto: não existe horário eleitoral gratuito. Isso é compensado, é pago. Isso é pago com dinheiro público, o seu dinheiro, cidadão brasileiro.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: a população tem que se colocar frontalmente contra essa safadeza que está sendo arquitetada para salvar mandatos ou para renovar mandatos.

Quem tem condição compra ou se coloca à frente nas listas partidárias. É vergonhoso o que está se engendrando nesta Casa. É vergonhoso o que está acontecendo no País. Na lista da Odebrecht, está aí o Presidente da Câmara dos Deputados, está aí o Presidente do Senado Federal, estão aí seis Ministros. O Presidente não está porque não é para estar, mas S.Exa. está. O Sr. Padilha recebia na casa, no escritório, em tudo quanto é lugar.

Para acabar com a safadeza, nós vamos fazer mais safadeza? Vamos dizer "não" à lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Documento 33/76

034.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	16/03/2017-10:40
Publ.: DCD 17/03/2017 -	JÚLIO DELGADO-PSB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta do Governo Federal de reforma previdenciária.

Preocupação com os efeitos da proposta de reforma política, como a instituição do voto mediante lista fechada.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Deputado Manato, eu agradeço a V.Exa. este tempo. Eu não ia falar a respeito desse assunto hoje, mas o Deputado Major Olimpio nos provocou de uma forma muito clara.

Já está muito pacífico na Casa que, da forma que está, essa reforma da Previdência não passará de jeito nenhum. Mas, no bojo disso, do desgaste que a reforma da Previdência traz para a Casa, se começa a discutir entre os Poderes uma reforma política que vai atingir o cidadão também.

O cidadão está preocupado com a Previdência. É bom que se preocupe também com o espírito de corpo que passa a reinar aqui, ao quererem fazer lista fechada, aumentar fundo partidário, criar burocracia partidária, como se os partidos políticos estivessem muito bem com a opinião pública.

Querem passar para o partido a decisão sobre a lista de candidatos, tirando do eleitor essa prerrogativa. Querem também dar ao partido a possibilidade de receber repasses de 4 ou 6 bilhões, proposta sustentada pelo Senador Jucá, de um fundo constituído por dinheiro público, quando se discute a existência de déficit na Previdência Social.

Vamos tomar cuidado com isso. Faço um alerta, porque este será um ano muito perigoso.

A reforma da Previdência não passará!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado.

Documento 34/76

034.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/03/2017-
CD 10:52

Publ.: DCD - 17/03/2017 - CELSO PANSERA-PMDB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de estabelecimento de sistema de votação com lista fechada. Intuito de apresentação de proposta de emenda à Constituição a respeito da realização de plebiscito em 2018 sobre a instituição do voto facultativo no País.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero agradecer a gentileza do Presidente Manato e a compreensão do Líder Chico Alencar.

Eu vim aqui, Sr. Presidente, para registrar o meu posicionamento contra mais essa tentativa de estabelecimento do sistema de votação com lista fechada, que já valeria para as eleições do ano que vem.

Eu não concordo com esse sistema. Eu farei o debate aqui com os demais Parlamentares, mas nós temos que respeitar a tradição do eleitor brasileiro, que é a de votar nos nomes dos candidatos.

Se é para fortalecer os partidos - isso é correto -, nós temos é que estabelecer uma legislação que determine o fim das coligações. Dessa forma, sim, nós vamos tornar mais claras as opções político-partidárias dos candidatos e deixar o voto mais claro para o eleitor.

Sr. Presidente, eu quero registrar que apresentei à Comissão da Reforma Política uma PEC para que se debata a questão do voto facultativo, o fim do voto obrigatório no Brasil. Nós já fizemos a votação dessa proposta em 2015, que foi rechaçada, e eu não vejo uma mudança qualitativa a respeito da quantidade de votos e de Deputados favoráveis ao voto facultativo.

Eu acho importantíssimo que a democracia brasileira tenha esse aprimoramento, mais em sintonia com os discursos e com a vontade das pessoas atualmente, que é a de decidir aquilo que querem de fato fazer.

Estou apresentando uma PEC para que, nas eleições de 2018, nós tenhamos um plebiscito para que a população, sim, possa decidir se quer o voto facultativo ou o voto obrigatório. Nós estamos recolhendo assinaturas. Na semana que vem, passarei aqui no plenário para recolher assinaturas, a fim de apresentar à nossa Comissão da Reforma Política mais essa alternativa, para que a população, os eleitores possam, em 2018, em plebiscito, decidir se querem continuar com o voto obrigatório ou mudar, aprimorar a democracia brasileira, no

caso do voto facultativo.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Agradeço mais uma vez ao Líder Chico Alencar.

Documento 35/76

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/03/2017- CD 10:52	
Publ.: DCD - 17/03/2017 - CHICO ALENCAR-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma política com instituição de sistema de voto mediante lista fechada de candidatos.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem e como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Carlos Manato, Deputados, Deputadas, servidores da Casa, todos que acompanham esta sessão, tenho a honra de falar pela Liderança do PSOL, com a aquiescência do nosso querido Líder, Deputado Glauber Braga, para dizer que, na visão do partido, o condomínio do poder está inquieto.

Condomínio do poder vai além daqueles que estão agora, de maneira absolutamente questionável e ilegítima, ocupando o Governo da República. Condomínio do poder é a chamada casta política, cúpula, que, na verdade, tendo inclusive integrantes de situação e de oposição, hegemonomizam a condução política do País.

Por que há essa profunda inquietação? Porque o seu *modus operandi*, a sua maneira de fazer política, há muitas décadas, há muito tempo na má tradição oligárquica brasileira, está agora evidenciada na sua podridão.

E o que se vê de movimentações? O Senador Aécio Neves diz: "*Precisamos salvar a política*". Ninguém é contra a política, essa belíssima invenção do engenho humano, desde os gregos antigos,

para tentar administrar, numa sociedade desigual, algum elemento de bem comum. Mas, por trás dessa frase sobre salvar a política, pode estar a intenção de salvar a politicagem, os políticos dominantes no atual momento ou, ainda pior, uma forma degenerada de fazer política.

O que se vê agora é a ressurreição, numa reunião estranha. Estava lá o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Gilmar Mendes, e o Presidente da República, que está questionado, no próprio Tribunal Superior Eleitoral, quanto ao seu mandato na chapa que compôs com Dilma. Portanto, o mínimo de discricção, de sobriedade, de distância me parece que seria bem necessário. Estavam lá também os Presidentes da Câmara e do Senado.

Nessa expressão máxima da casta política hegemônica no País, eles começaram a discutir, pelo que lemos, a reforma política, a chamada lista partidária, vindo com uma ideia que pode até ter sentido, como em muitos países com partidos políticos consolidados e fortes, a exemplo da Europa e mesmo em alguns países da América Latina.

O PSOL aposta realmente nas estruturas partidárias, nos partidos programáticos, ideológicos, de conteúdo, e não nas personalidades, muito menos nos individualismos, que podem gerar inclusive os tais salvadores da Pátria. Mas uma boa ideia numa hora errada torna-se uma péssima ideia. E isso está muito claro.

Quando se fala de lista fechada, nós defendemos a lista flexível, pela qual S.Exa. o eleitor ou a eleitora escolhe quem vai constituir aquela bancada partidária. O eleitor, sim, pela generosa e muito elaborada proposta liderada pela OAB e pela CNBB, que está engavetada nesta Casa, vota em dois momentos.

Primeiro, o eleitor ou a eleitora escolhe a legenda, o conteúdo de ideias e propostas da sua preferência. Segundo, de acordo com as cadeiras que aquela legenda obteve na votação popular, também escolhe quem vai constitui-la, inclusive produzindo um equilíbrio entre homens e mulheres nessa representação. Essa era uma discussão que estava avançando aqui, mas foi engavetada, paralisada.

Agora, evidentemente, em função das agruras que as investigações da Lava-Jato colocam para a casta política brasileira, volta-se com essa ideia da lista fechada, que é a consagração do caciquismo, da possibilidade, sem mais tormentas, de reprodução de mandatos, o que garante imunidade, foro privilegiado e todas as blindagens que conhecemos tão bem.

Portanto, esse é um movimento de autoproteção, casuístico, que não

indica a intenção séria de fazer uma reforma política para valer, com participação popular, com imersão naquilo que é melhor para democratizar o nosso sistema político, tão colonizado pelo poder econômico.

Isso ocorre numa situação em que nós vemos que políticas públicas, até para além de licitações, são fraudadas, são orientadas para favorecer determinados interesses de grandes corporações, além de, muitas vezes, mandatos também serem alugados a serviço específico mesmo de posições que interessam à empreiteira A, ao banco B, à mineradora C ou ao frigorífico D. Trata-se da mercantilização da política. E uma reforma que não enfrente de vez esses problemas vai produzir mais do mesmo e não ter a adesão e a simpatia da população.

Por isso, Sr. Presidente, entendo que nós devemos, sim, discutir uma reforma política, para valer, séria, profunda, que tenha este norte: tirar a colonização pelo poder econômico da atividade política no Brasil que está muito forte e evidenciada, investigar até o fim aquilo que a Operação Lava-Jato tem feito e repensar, partir do zero, inclusive dando a todas as forças políticas o direito de manifestar a sua visão, a sua opinião. Seria quase uma Constituinte que seria, aliás, o melhor caminho: uma reforma política exclusiva.

Para encerrar, quero dizer que daqui a pouco nós vamos constituir o Conselho de Ética desta Casa. Eu espero que os partidos indiquem os seus melhores quadros, que seus membros tenham um espírito público elevado.

Ética no Conselho de Ética não seria mau!

Documento 36/76

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/03/2017- CD	10:52
Publ.: DCD - 17/03/2017 - MAIA FILHO-PP -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de alterações nas regras eleitorais. Apoio à proposta de reforma política com instituição de sistema de voto mediante lista fechada de

candidatos.

O SR. MAIA FILHO (Bloco/PP-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, ouvintes da *Rádio Câmara*, eu estava aqui ouvindo o discurso do nosso colega Deputado Chico Alencar, que se referia a uma nova proposta de reforma política, principalmente à criação da lista fechada.

Esse assunto é bastante polêmico, há sobre ele vários pontos de vista, mas acredito que exista um consenso sobre a necessidade de se mudar as regras eleitorais para que aconteça uma reforma política verdadeira, porque as que tramitaram nesta Casa, na verdade, no conteúdo não aconteceram.

Na primeira houve a proibição de brindes e showmícios; na segunda, mudaram-se os prazos. Mas, na essência, não houve grande mudança das regras eleitorais. Quando se fala em corrupção, muitas vezes se remete ao período da eleição, porque realmente a atual forma de se fazer campanha, de se fazer eleição está errada.

Vou me adentrar ao ponto abordado pelo Deputado Chico Alencar, até discordando do pensamento dele, para que possamos pensar melhor, até porque hoje nós já votamos numa lista, só que é uma lista aberta, o eleitor não sabe exatamente para quem vai o seu voto.

Os Deputados Celso Russomanno e Tiririca são fenômenos eleitorais em São Paulo. Eles têm muitos votos e acabam elegendo a si e a outros que o eleitor não tem conhecimento porque fazem parte de uma coligação. Muitas vezes, as coligações no Brasil não são ideológicas, mas são formadas de forma a eleger mais candidatos.

O próprio Deputado Chico Alencar é um grande puxador de votos lá no Rio de Janeiro. Na lista fechada - é preciso que os eleitores entendam isso - o eleitor já vota sabendo quem ele vai eleger. Ele está vendo na lista o Deputado A, o Deputado B, o Deputado C. Acho muito difícil um partido colocar algum candidato que não tenha uma conduta correta numa lista de partido.

Isso, sim, vai fortalecer os partidos, porque o eleitor vai votar, a partir de sua ideologia, naqueles candidatos. Eu sou favorável, sim, a essa mudança, como a outras que devam acontecer. Por exemplo, proibiu-se o patrocínio de empresas privadas nas eleições, mas sabemos que em toda a eleição há um custo e, se houver apoio de empresa privada, tira-se a isenção das eleições.

Também podemos criar um fundo - sou a favor disso - de forma legítima para que as campanhas sejam honestas e feitas de maneira adequada.

Sr. Presidente, eram essas as minhas considerações. Queremos dar celeridade à reforma política e aprofundar as discussões que ocorrerão este ano no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 37/76

031.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/03/2017- CD	16:28
Publ.: DCD - 16/03/2017 - 114	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Críticas à proposta do Governo Federal de reforma previdenciária. Importância de realização de reforma política para criação de mecanismo impeditivo de financiamento eleitoral privado. Repúdio a suposta articulação política para aprovação de anistia à prática de caixa dois em campanhas eleitorais. Relevância da Justiça do Trabalho.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Perfeito, Presidente.

Senhoras e senhores, Deputadas, Deputados, eu subo a esta tribuna para, em nome da Oposição, abordar dois temas. Primeiro, mais uma vez falo da questão que está no centro do debate político no Brasil hoje, que é a tentativa de um Governo ilegítimo, que não tem votos para governar o País, de quebrar um pacto previdenciário construído no nosso País ao longo de décadas e propor uma antirreforma da Previdência.

É uma antirreforma porque ela faz o oposto do que deveria fazer uma reforma da Previdência. Ela quer desestruturar, Deputado Glauber Braga, a previdência pública do País. Ela quer, na verdade, deslocar a

dependência que todos temos de uma previdência para o futuro e entregar isso ao mercado de previdência privada.

Essa proposta, Deputado Vicentinho, tem exatamente a marca do Governo ilegítimo de Temer. Temer chegou à Presidência sem votos e vai sair da Presidência sem votos. Aliás, a matéria-prima de Temer, o esquema de Temer para se sustentar no Governo é exatamente o da venda para setores da elite econômica brasileira da ideia de que ele fará reformas impopulares que nenhum Presidente eleito poderia fazer.

Mas a reforma da Previdência não será aprovada neste plenário, porque os Deputados que aqui estão precisam de votos para se eleger, os Deputados que aqui estão concorrerão de novo na próxima eleição. E como eles vão explicar para um agricultor familiar do interior do Rio Grande do Sul ou de qualquer Estado do Nordeste que a aposentadoria de um salário mínimo recebida pelas mulheres agricultoras com 55 anos e pelos homens agricultores com 60 anos é a causa das dificuldades financeiras do País? Não vão conseguir explicar isso.

Como vão explicar a um trabalhador que começou a trabalhar aos 16 anos de idade, contribuiu para a Previdência por mais de 25 anos e está se preparando para se aposentar com uma aposentadoria de três salários mínimos, talvez 3 mil reais, que ele vai se aposentar não com 3 mil reais, mas com 1.500, 1.600 reais? Todas as aposentadorias do Brasil serão reduzidas em seu valor se essa proposta injusta, cruel de alteração da Previdência for aprovada.

Aliás, Deputado André Figueiredo, essa proposta jamais foi discutida com o Brasil. Essa proposta é muito mais um golpe previdenciário que um Governo que se constituiu através de um golpe parlamentar tenta apresentar, é uma proposta que jamais seria aprovada, no voto, pelos brasileiros.

Quero reconhecer que um dos precursores deste debate aqui foi o Deputado Silvio Costa. Nós não podemos entrar na política de emendas. A política de emendas pode ser usada em alguns setores para ludibriar a população. Um Parlamentar eventualmente dirá: *"Não, eu vou votar a favor da reforma, mas tenho o compromisso de votar a emenda que retira o agricultor familiar"*. Ou dirá: *"Não, eu vou votar a favor da reforma da Previdência, essa antirreforma, mas eu tenho compromisso de votar a emenda que retira a redução dos valores"*.

Não! Nós precisamos de votos, e eu peço os votos deste Plenário, o anúncio público e imediato das opiniões dos Deputados. Digo desta

tribuna que eu, Henrique Fontana, votarei contra essa antirreforma.

Depois que ela for derrotada, Deputado Miro Teixeira, nós poderemos sim estabelecer um diálogo no Brasil, com um Governo legítimo, eleito pelo voto direto dos brasileiros para pactuar um sistema previdenciário que nos pareça justo.

Sejamos francos. Eu quero sempre respeitar o devido processo legal e aqui sempre homenagear o meu colega Deputado Wadih Damous. Ninguém está previamente condenado ou absolvido de todos esses inquéritos que estão em curso. Agora, não queiram me convencer de que este Congresso, de que este Parlamento está vivendo o auge da credibilidade perante a sociedade brasileira, para romper, Deputado Daciolo, o pacto previdenciário construído em décadas pelo nosso País.

Querem alterar alguma coisa? Vamos alterar algo contra o andar de cima. Vamos alterar algo que cobre a conta dos mais ricos. Vamos votar aqui o imposto sobre grandes fortunas, Deputado Chico d'Angelo. Vamos votar aqui o imposto sobre a transmissão de grandes heranças. Mas não vamos roubar a aposentadoria de agricultores e trabalhadores que estão se preparando para se aposentar com um, dois ou três salários mínimos. Isso é uma insensatez!

Antes que acabe o meu tempo, que, segundo informou o Presidente, será preciso, necessitamos dizer ao Senador Aécio Neves que, para salvar a política brasileira, é preciso votar com urgência uma reforma política profunda, efetiva, que garanta que empresas jamais voltarão a financiar eleições!

Quem assiste a todas essas investigações, depoimentos ainda tem alguma dúvida de que empresa financiando democracia é um péssimo negócio para a ampla maioria dos brasileiros e um excelente negócio para poucas empresas que compram privilégios ao controlar o poder político através da sua capacidade de financiar eleições? Nós temos que ter eleições baratas.

Quero dizer ao Senador Aécio Neves que, para salvar a política brasileira, tudo o que não deve ocorrer é tentativa de articulação, na calada da noite, para anistia ao caixa dois. Essa anistia ao caixa dois é o Projeto Jucá, para estancar a sangria, é o projeto que embalou parte do golpe parlamentar. Havia duas intenções com o golpe: bloquear as investigações, para que os políticos tradicionais se salvassem, pois a investigação estava chegando até eles, e fraudar o programa que foi vitorioso nas eleições.

Sr. Presidente, estabelecer privatizações sem debater o assunto com o povo brasileiro, aplicar essa antirreforma é uma crueldade!

Pensem, Srs. Deputados, inclusive aqueles dos partidos da base do Governo! Não entreguem a sua história para votar uma reforma que é uma antirreforma que ataca os trabalhadores.

Quero dizer o seguinte ao Presidente Rodrigo Maia: não proponha o fim da Justiça do Trabalho! O Brasil precisa da Justiça trabalhista. As relações são desiguais. O trabalhador ainda é a parte hipossuficiente dessa relação. Não se pode propor o fim da Justiça do Trabalho.

Nada de anistia! Tudo pela reforma política! Vamos derrotar a reforma da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 38/76

029.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 14/03/2017-15:20	
	CD	
Publ.: DCD - 15/03/2017	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Resultados de audiência pública no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, destinada ao debate da regulação das contratações da PETROBRAS com vistas à recuperação do polo do naval gaúcho. Cobrança ao Presidente da República, Michel Temer, de interferência a favor da contratação de conteúdo brasileiro pela PETROBRAS. Contrariedade à anistia de crimes eleitorais, especialmente o chamado caixa dois. Necessidade de alterações no sistema político do País, com prioridade à regulamentação do financiamento público e às doações de pessoas físicas para campanhas eleitorais.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Mauro Pereira, no exercício da Presidência neste momento, Sras. e Srs. Deputados, quero abordar nestes 5 minutos dois assuntos de extrema relevância para o País.



O primeiro é que ontem eu estive acompanhando uma grande audiência pública na cidade de Rio Grande, ao lado de São José do Norte, a parte do polo naval brasileiro no Rio Grande do Sul.

Esse polo naval e a indústria naval, Deputado Caetano, foram recuperados ao longo dos Governos Lula e Dilma com base em diversas políticas, dentre elas, muito especialmente, a exigência de conteúdo local.

O que é a exigência de conteúdo local? É a exigência de que, nas compras da PETROBRAS, por exemplo, a maior parte dos produtos que compõem uma plataforma seja produzida por brasileiros para gerar empregos no nosso País.

O Governo ilegítimo de Temer está abandonando a política de conteúdo local. Nós enfrentamos, neste momento, em Rio Grande e em São José do Norte, o mesmo que se enfrenta em todos os polos navais em todo o País: a demissão cada vez maior de trabalhadores.

Recentemente, a empresa ECOVIX entrou em recuperação judicial, e os 3.500 trabalhadores foram demitidos. Alguém poderia dizer: "*Sim, mas a recuperação judicial é intransponível*". É verdade! Porém, o que a PETROBRAS e o Governo Temer deveriam fazer era contratar outra empresa para concluir a P-71 no Polo Naval de Rio Grande, local onde ela pode ser feita mais rapidamente e com menor preço.

Essa nova empresa contratada pode seguramente utilizar o estaleiro de Rio Grande. Com isso, nós recuperaremos, no mínimo, 3 mil empregos, imediatamente, no polo naval do nosso Estado.

Nessa audiência pública, onde estavam mais de 1,5 mil pessoas, muitos trabalhadores, representações de empresários, o Prefeito Alexandre Lindenmeyer, a Prefeita de São José do Norte, Fabiany, lideranças das mais diversas representações, tomou-se a decisão de protocolar um pedido de audiência emergencial com o Presidente da República em exercício, Michel Temer. Isso foi feito agora há pouco, meia hora atrás, pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Edegar Pretto.

Michel Temer deve interferir para decidir que a PETROBRAS volte a contratar encomendas no Polo Naval de Rio Grande, São José do Norte e em toda a indústria naval brasileira.

Muito especialmente e mais emergencialmente, o que nós estamos exigindo, em nome dos milhares de famílias que se prepararam para construir o Polo Naval de Rio Grande e do Brasil, é que a P-71 seja

retomada imediatamente. A plataforma está com a metade pronta, e as obras paralisadas.

Por fim, quero falar 1 minuto sobre a nova tentativa de anistia, a anistia ao caixa dois e a anistia aos crimes eleitorais.

Quero dizer desta tribuna que, para repactuar a democracia brasileira, para salvar a política brasileira - e respondo ao Senador Aécio Neves, que disse, Deputado Edmilson Rodrigues, que nós precisamos salvar a política brasileira -, é preciso fazer uma reforma política que garanta que empresa nunca mais financie eleições, que garanta o fim do abuso do poder econômico em eleições, que garanta um sistema político em que o povo se sinta representado.

A última coisa de que o Brasil precisa para melhorar sua política é defender anistia ao caixa dois, é defender anistia a crimes eleitorais. Deve-se - isto, sim -, dentro do devido processo legal, respeitar o direito de defesa de cada um. Mas é preciso que haja, sim, os julgamentos dos casos que estão sendo analisados em todas as investigações que envolvem empresários, políticos e servidores públicos.

Aquilo que disse Emílio Odebrecht ontem também não serve ao Brasil. Dizer que no Brasil sempre houve caixa dois e que a política sempre foi financiada assim não é perspectiva de futuro para o País.

Nós temos que mudar o sistema político, prevendo o financiamento público de campanha e doações de pessoas físicas que possam ser acompanhadas, envolvendo pequenos valores, e não querer anistiar caixa dois para salvar aqueles que estão respondendo neste momento a acusações e processos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Henrique Fontana, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

Documento 39/76

029.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	14/03/2017-17:02
Publ.: DCD - 15/03/2017 -	BETINHO GOMES-PSDB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Preocupação com possível perda de prerrogativa do Poder Legislativo de debate sobre a reforma política, ante notícia de iniciativa do Governo Federal de criação de comissão de especialistas para estudo do assunto.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria a atenção de V.Exa.. Acabo de ler a notícia de que o Governo está incentivando a criação de uma comissão de especialistas para estudar propostas para a reforma política. Inclusive, parece ter sido isso fruto de uma reunião com o Ministro Gilmar Mendes, V.Exa. e o Presidente do Senado Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ainda não houve.

O SR. BETINHO GOMES - Bom, é o que está sendo relatado.

Eu acho que isso tem que ser visto com cuidado, porque a criação de uma comissão tira a prerrogativa do Legislativo de conduzir esse debate. Acho que qualquer opinião de especialista é bem vinda, mas também me preocupa o fato de que o Governo, com essa atitude, poderá atrapalhar o andar da discussão da reforma política, inclusive atrasar os debates. Acho que seria mais conveniente que pudessemos avançar aqui.

O Relator da matéria, Deputado Vicente Candido, está se comprometendo a apresentar seu relatório com brevidade. Temos que cobrar da Comissão agilidade e trazer contribuições que forem convenientes. O que não podemos é reiniciar o processo de discussão sob o pretexto de se dar mais legitimidade a qualquer proposta.

Ora, este Parlamento com seus defeitos e virtudes tem a legitimidade de discutir o tema e, portanto, eu peço a V.Exa. que se informe sobre esse assunto e nos ajude a priorizar a discussão internamente.

Documento 40/76

029.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	14/03/2017-17:02
Publ.: DCD - 15/03/2017 -	MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO



Sumário

Preocupação com possível perda de prerrogativa do Poder Legislativo de debate sobre a reforma política, ante notícias de reuniões de autoridades dos Poderes Executivo e Judiciário para debate do tema. Repúdio à tentativa de concessão de anistia ao crime de caixa dois, mediante aprovação de projeto de lei. Defesa de votação nominal da proposição.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós todos temos sido apanhados de surpresa com algumas informações que circulam nos jornais: reuniões do Presidente da República com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, com o Presidente da Câmara dos Deputados e com o Presidente do Senado Federal, para discutir reforma política.

Não me parece adequado que o juiz que vai julgar os casos, resultantes das leis que saem do Congresso Nacional, participe da elaboração das leis. Os clássicos já tratam disso. É uma impropriedade, por melhor que seja a qualidade do juiz, por melhor que seja a qualidade dos demais participantes.

O Congresso Nacional renuncia dessa forma a uma prerrogativa que é exclusivamente sua, ainda mais quando se trata de reforma política, em que a Câmara dos Deputados dita os interesses do povo nos processos eleitorais.

Também, nesses dias, temos visto voltar à tona ou à baila a discussão da anistia do caixa dois. O caixa dois é crime, sim. O caixa dois em campanha eleitoral é crime.

Sr. Presidente, eu peço este tempo, porque normalmente nos noticiários dizem que todos os partidos estão comprometidos com a aprovação do projeto de anistia para o caixa dois. Pois eu lhes afirmo: a Rede não vota a favor dessa anistia.

Eu acrescento a V.Exas.: talvez estejamos diante do que é pior até do que um crime. É pior do que um crime! Talvez seja o maior dos crimes, porque desqualificará a democracia brasileira, desqualificará o processo eleitoral; e, se o povo perder a confiança no processo eleitoral, sabe Deus o que virá em seguida! Não creio nem desejo a instabilidade de outros tempos, mas penso que não devemos colaborar para que fatos lamentáveis da História do Brasil se repitam.

Já há unanimidade que caixa dois é crime. Não há dúvida alguma. Se



não fosse considerado crime, mesmo por aqueles que querem a anistia, eles não estariam tentando fazer um projeto de anistia. A anistia destina-se para o crime de caixa dois. Essa história de separar caixa dois de corrupção pode ser considerada teoricamente para um debate acadêmico, mas o caixa dois corrompe o processo eleitoral, o caixa dois corrompe a igualdade de oportunidades, o caixa dois deixa de fora da representação popular pessoas íntegras que decidiram não participar desse tipo de manobra espúria chamada de caixa dois.

Eu acredito que, vindo a plenário um projeto como esse - e eu não acredito que venha -, e sendo votado nominalmente, esta Casa o rejeitará. Da mesma forma que em uma vez aqui, se não me engano no mês de setembro, ali, daquele microfone, eu me opus à votação surpresa do projeto de anistia para o caixa dois, e os Deputados começaram a afluir e barraram a votação do projeto.

Eu não teria conseguido barrar sozinho a votação do projeto, porque nada se faz sozinho. Houve, sim, uma expressiva presença de Deputados aqui para impedir.

O que eu desejo, Sr. Presidente Rodrigo Maia - e deixo aqui consignado -, é que V.Exa. tome com a Casa o compromisso de *ex officio* promover a votação nominal desse projeto de anistia de caixa dois. É um projeto repulsivo! A Rede não concorda com ele, não participa de acordos e lamenta que ainda haja dúvida do quanto é nocivo o uso do caixa dois no processo eleitoral.

Não devemos regredir a situações em que o crime compensava. Esse será um triste final para a Lava-Jato. Os políticos comprometidos sairão livres com o seu dinheiro, com as suas fortunas, e os seus cúmplices, os empresários, continuarão presos. É bom que prestem atenção a isso.

O Brasil será objeto de ridículo. Será exposto ao ridículo no cenário internacional depois de ter se apresentado tão bem na evolução da Operação Lava-Jato.

Somos contra a iniciativa, mas, vindo ao Plenário, que a votação seja nominal e de ofício, determinada pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

025.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de	09/03/2017-17:12
	Debates - CD	
Publ.: DCD	- CELSO MALDANER-PMDB -SC	
10/03/2017 - 122		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Elevada carga tributária no País. Encaminhamento ao Congresso Nacional, pelo Presidente Michel Temer, das propostas de reforma previdenciária e reforma trabalhista. Expectativa de discussão, pela Casa, de proposta de reforma tributária. Importância da realização de reforma política. Necessidade de estabelecimento de teto salarial no âmbito do serviço público. Atenção aos direitos previdenciários dos agricultores familiares. Elevado número de ações trabalhistas no Brasil. Necessidade de modernização da legislação trabalhista, em favor do incentivo à criação de empregos. Expectativa de recuperação da economia brasileira.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Erika Kokay, que preside os trabalhos neste momento, demais colegas Parlamentares, eu uso a tribuna neste instante para dizer que, quando os militares estavam no poder, a carga tributária estava em torno de 25% do PIB e, hoje, está na faixa de 38% do PIB. É uma das cargas tributárias mais altas do mundo.

Depois de tantos anos, felizmente caiu a ficha, também no Congresso Nacional, no sentido de que não é mais possível aumentar impostos, porque ninguém suporta pagar mais impostos, com essa carga tributária tão alta no nosso País. Era costume, desde Fernando Henrique, desde o Presidente Lula, desde Dilma, quando estourava o Orçamento, quando faltavam recursos, aumentar impostos. Isso não cabe mais.

Foi testado o consumismo, foi incentivado o consumismo, mas não deu certo. Chegamos a 3,8 de déficit em 2015 e a 3,6 no ano passado, em 2016. Nós não estamos conseguindo pagar nem os juros da dívida. Quanto à dívida em si, nem se fale. Não estamos honrando nem os juros. Temos mais de 1 trilhão e 100 bilhões para pagar em encargos da dívida e juros atrasados.

Essa é a triste realidade em que se encontra o nosso País. Por isso é

que há necessidade de fazer as reformas estruturantes.

Michel Temer, que assumiu a Presidência da República, teve a coragem de encaminhar para esta Casa a reforma previdenciária e a reforma trabalhista - sou membro titular da Comissão Especial da Reforma Trabalhista. Em seguida chegará também a esta Casa a reforma tributária. Há necessidade de se rediscutir o pacto federativo neste País. Estão aí os Estados quebrados, endividados. A reforma política é também fundamental.

Só pelo fato de ter sido encaminhada para esta Casa a PEC que limita os gastos públicos, para não se gastar mais do que se arrecada, o Risco Brasil já caiu de mais de 500 pontos para em torno de 200 pontos. Quer dizer, está voltando a credibilidade. O Risco Brasil está caindo. E as perspectivas são ótimas. A sociedade brasileira e o restante do mundo acreditam que esta Casa também fará a sua parte.

Eu sempre digo que seria fundamental, antes de se votar aqui a reforma previdenciária, antes de votar a reforma trabalhista, votar o que o Senado votou no final do ano: o teto salarial, que é de 33.700 reais. Esse é o teto. Teríamos que quebrar esse paradigma aqui na Câmara e votar esse projeto. É fundamental votar o teto salarial.

Nós vamos discutir agora a reforma da Previdência - eu não faço parte da Comissão relativa a esse tema. Hoje, o custo relativo a praticamente 2 milhões de pessoas é maior do que o referente a 30 milhões de brasileiros aposentados neste País. Então, nós temos que analisar esse assunto. O custo relativo a uma minoria é praticamente o mesmo do referente a quase todos os aposentados. No caso do homem do campo, da agricultura, mais de 95% recebem um salário mínimo. Em relação aos aposentados pelo Regime Geral do INSS, 82% recebem, no máximo, três salários mínimos.

A grande massa realmente vai ser sacrificada? Eu acho que a questão tem que envolver todos: o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Exército, os militares. Todos têm que dar a sua contribuição.

Segundo os dados que foram apresentados pelo nosso Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a conta não fecha. A conta não fecha. Nós precisamos também estabelecer uma melhor comunicação, mostrar com transparência os números da reforma da Previdência para a sociedade, a fim de se provar a necessidade dessa reforma. Não podemos permitir que, por irresponsabilidade, este País vire uma Grécia, porque, depois que o país quebra, não há o que fazer. A



questão envolve, portanto, uma grande responsabilidade.

Eu estou muito preocupado com o segurado especial, com o agricultor familiar, aquele que está lá no meio rural produzindo alimentos. É que 34% das aposentadorias hoje recaem sobre as costas do agricultor. Uma pessoa, por exemplo, que contribuiu durante 15 anos para o INSS, por ser mulher, agrega mais 15 anos do meio rural porque o pai foi agricultor. Ele morava em área rural, tinha de oito a dez filhos. Desses, ficaram dois na colônia, e os outros foram para a cidade, que agregam então o tempo de serviço do meio rural. Se a pessoa for homem, contribui durante 15 anos e agrega mais 20 anos. Antes de 1991, até no caso de 12 anos de idade se fazia a agregação.

Por isso, há 34% de aposentadorias fruto de decisões judiciais. Os números mostram que, no ano passado, foi de 111 bilhões o déficit das aposentadorias rurais, e foi de apenas 8 bilhões a arrecadação com o fundo rural. Nós temos que rediscutir essa questão do FUNRURAL. Se realmente só deu 8 bilhões, nem vale a pena ser cobrado. Temos que encontrar outra maneira.

O segurado especial que está morando no meio rural e produzindo alimentos tem que ter um diferencial. Essa é a maior resistência que eu vejo nesta Casa. Em todos os Estados do Brasil existe agricultura familiar. Temos que ter um olhar diferenciado para o segurado especial.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como eu disse, faço parte da Comissão Especial que analisa a reforma trabalhista. Hoje o Brasil representa 2% dos trabalhadores do mundo. Entre mais de 200 países, o Brasil representa 2% dos trabalhadores, e tem 98% das ações trabalhistas no mundo! Tem 2% de população e 98% das ações trabalhistas no mundo. Alguma coisa está errada. São 17 mil sindicatos no Brasil - mais de 11 mil sindicatos trabalhistas e mais de 5 mil sindicatos patronais.

Nós estamos muito preocupados com essa situação. A média dos encargos trabalhistas no mundo é de 20,50%, não chega a 21%. E no Brasil passa de 70%. Como diz Ives Gandra, qual é o maior inimigo do Brasil? O maior inimigo do Brasil é o Estado. Até quando vamos suportar? O setor produtivo gera empregos? Deve haver uma legislação que incentive a geração de empregos e não uma legislação que iniba ou puna isso.

Nós pensávamos que eram 3 milhões de ações trabalhistas em 2015, mas hoje Procurador do Ministério Público do Estado apresentou dados que mostram que foram mais de 4 milhões. Chegou-se a mais de 26

milhões de ações trabalhistas, considerando-se os Estados e a União. Isso não pode estar certo. Temos que perguntar se o trabalhador deste País está contente. Eu acredito que não. O trabalhador no Brasil não está satisfeito, porque foram 26 milhões de ações em 1 ano!

Nos Estados Unidos, país que é muito maior que o Brasil, foram 75 mil ações trabalhistas; na França, 70 mil ações; no Japão, 2.500 ações por ano. Há escritório do ABC, em São Paulo, que tem mais de 10 mil ações. São praticamente mais de 2 mil ações por mês. Alguma coisa está errada.

Então, temos que modernizar a legislação trabalhista para que, com negociação entre patrões e trabalhadores, através dos sindicatos, possamos ter mais segurança jurídica e encorajar os empreendedores que têm a vocação de gerar empregos neste País. A questão é que o custo está muito alto e as empresas estão fugindo. Se não vão para a China, vão agora para o Paraguai. A nova China é o nosso vizinho Paraguai, que, há anos, cresce mais de 4,5% do PIB.

Mas a boa notícia, Presidenta Erika - é algo concreto -, é que vamos ter, até o final do ano, uma inflação de menos de 4%, inferior à meta, vamos ter um crescimento de 1,5% do PIB. Nós vamos sair do buraco, do fundo do poço. De 3,6% negativos, iremos para 1,5% positivo até o final do ano. Ano que vem vamos crescer mais de 3% do PIB. A taxa SELIC, de juros, vai chegar a cerca de 9% até o final deste ano. Hoje ela é de 12,25%.

Eu estou muito confiante. Se o Congresso Nacional tiver um alto grau de racionalidade, tiver juízo, como se diz, e fizer a sua parte, o Brasil voltará aos trilhos novamente já a partir deste ano, crescendo e gerando empregos. Nós temos que pensar nesses mais de 13 milhões de desempregados.

Era isso que eu queria trazer à tribuna na tarde de hoje.

Um abraço a todos.

Sumário

Assunção pela oradora da função de Líder do PSB na Câmara dos Deputados. Compromisso do partido com a defesa das aspirações do povo brasileiro.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, caros colegas, é um prazer estar aqui nesta manhã para dizer a todos que assumi a Liderança do PSB com grande honra.

Quero dizer a V.Exas. que, num momento difícil como este de transformações e reformas por que passa o nosso País, eu assumo esse encargo com muita responsabilidade e humildade para servir ao povo da nossa Nação. Espero que Deus me ilumine nesta minha nova missão.

Peço que seja considerado como lido o meu discurso e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nós que agradecemos a V.Exa.

Parabéns! Não temos dúvida de que V.Exa. vai fazer história no PSB pela sua competência e lealdade. V.Exa. é sempre muito amiga de todos. Desejamos muito sucesso a V.Exa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, informo a V.Exa. e a todos os colegas que neste ano de 2017 estarei representando o meu partido, o Partido Socialista Brasileiro, na condição de Líder.

Estejam certos de que a missão que ora abraço com muita honra terá de mim a firmeza, a dedicação e o compromisso com o esforço de bem representar a bancada de Deputadas e Deputados do PSB que me escolheram Líder numa demonstração de confiança na minha capacidade de defender aqui as suas aspirações, que são, em nossa visão, as aspirações mais genuínas do povo brasileiro.

O momento que vivemos é desafiador, mas as dificuldades não nos assustam. Eu represento o Mato Grosso do Sul, onde os desafios nos encorajam e se traduzem em realizações e conquistas. Atuo na agricultura e me habituei a ver, concretamente, o trabalho se transformar em frutos, sobretudo quando estive à frente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo, onde empreendemos especial apoio à agricultura familiar. Mais de 70 mil famílias foram atendidas e atuaram de forma extraordinária no desenvolvimento de nosso Estado.

Acredito firmemente na força transformadora do trabalho. A nossa luta, a luta do PSB, visa, intransigentemente, ao bem-estar dos brasileiros e à afirmação do Brasil como nação próspera e soberana.

Enfrentamos a mais grave crise econômica em décadas, e o seu equacionamento exige a participação do Congresso Nacional e demais segmentos da sociedade. O PSB dispõe de uma agenda para o nosso País que inclui a refundação do sistema político brasileiro em novas bases, amplamente participativas e plurais, com o fortalecimento das instituições e a valorização da coisa pública nos mais diversos níveis.

O PSB está preparado para debater quaisquer propostas que vierem a ser apresentadas para vencer essa crise, por entender que é a retomada do crescimento econômico que vai resgatar a dignidade e a autoestima dos mais de 12 milhões de desempregados.

Porém estamos de olhos abertos. Vamos defender que o peso dos ajustes não recaia sobre os segmentos populares. Os trabalhadores, sobretudo aqueles de menor renda, têm contribuído de forma antecipada e permanente com a geração da riqueza nacional, e é sobre eles que são lançadas as consequências da desorganização dos serviços públicos a que têm direito.

Temos o compromisso declarado de defender as conquistas sociais que o Brasil alcançou por meio de lutas e sacrifícios, com destaque para a organização dos sistemas de saúde, previdência e assistência, que devem ser aperfeiçoados e verdadeiramente universalizados.

Reconhecemos que tempo de crise exige, primeiro, uma visão realista e transparente a respeito do seu diagnóstico. O PSB está atento a essa condicionante e vai cobrá-la durante os debates, de modo a assegurar que as medidas a serem adotadas tragam soluções e não improvisações ou artifícios temporários perniciosos.

A orientação de nossa agenda é muito clara. Estamos empenhados na defesa de um novo pacto federativo que nos permita escapar do

centralismo decisório e de recursos hoje sob o domínio da União, rumo ao reconhecimento efetivo e fundamental das instâncias subnacionais.

Esse centralismo, do qual todos somos testemunhas nos Estados que representamos, consagra a dispersão e o desperdício do dinheiro público em flagrante redução da eficiência de gestão e compromete a própria noção de Federação assentada na Constituição Federal.

A nosso ver, o novo pacto federativo é imprescindível para a disciplina fiscal e a eficiência do setor público, condições indispensáveis para transformar impostos em benefícios para a população.

Reconhecemos a necessidade de ajustes emergenciais e estamos preparados para o debate construtivo das reformas já instaladas na agenda desta Casa, como são o caso da PEC da Previdência e de outras que nos forem apresentadas com a finalidade de retomarmos o crescimento e a geração de empregos.

Reafirmo que o nosso empenho seguirá a orientação dos princípios que unificam o PSB na defesa inarredável das aspirações dos brasileiros e do Brasil.

Muito obrigada.

Documento 43/76

018.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de	22/02/2017-15:06
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 23/02/2017	ADÉRMIS MARINI-PSDB -SP	
- 76		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Importância da região do Município de Franca, Estado de São Paulo, para os setores de indústria, comércio e serviços. Compromisso de exercício do mandato parlamentar em prol da sociedade francana. Momento de crise política e econômica no Brasil. Apoio à Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. Importância da realização de reformas para retomada do crescimento econômico do País.



O SR. ADÉRMIS MARINI (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus novos colegas Deputados e Deputadas, povo brasileiro, é com muita honra e satisfação que, pela primeira vez, faço uso desta tribuna como Deputado Federal representando a minha cidade de Franca, no interior de São Paulo, e a minha região da Alta Mogiana.

Assumo a cadeira que já foi ocupada por ilustres francanos, como o Professor Alfredo Palermo; Airton Sandoval, um Deputado defensor dos municípios, um municipalista convicto; o Dr. Fábio Meirelles, que sempre defendeu a agricultura, o agronegócio, o homem do campo; e, mais recentemente, o Deputado Federal Marco Aurélio Ubiali, defensor da inclusão e da APAE.

Sou grato à minha cidade de Franca e região pela oportunidade. Sou grato à minha família, ao meu pai, Adérmis, à minha mãe, Rosa, à minha esposa, Adriana, e aos meus filhos, Ana Laura e Lucas.

Sou grato ao meu partido, o PSDB de Franca, na pessoa do Prefeito Sidnei Rocha; ao Deputado Roberto Engler; aos meus colegas Vereadores da Câmara Municipal de Franca; aos Deputados Federais Duarte Nogueira, Samuel Moreira e Floriano Pesaro.

Faço um agradecimento muito especial Governador Geraldo Alckmin, que me apoiou para que eu pudesse estar aqui para defender o interior de São Paulo e a minha região de Franca.

Sr. Presidente, eu assumo como Deputado alicerçado nos nossos valores e nos nossos princípios, com o apoio de valorosos irmãos, de meus irmãos na Maçonaria, de meus companheiros de Lyons e do Rotary e dos meus irmãos do movimento de Cursilho da Igreja Católica.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a região de Franca é um importante polo regional de serviços, comércio e indústria, principalmente no setor calçadista. No agronegócio, produzimos um dos melhores cafés do Brasil, e o nosso basquete é destaque no Brasil. Apesar disso, carecemos de representação Federal.

Meus amigos de Franca e região, tenho certeza de que vou me esforçar ao máximo para representá-los. Aqui vou defender o fortalecimento dos Municípios e a descentralização de recursos.

Vivemos o pior momento da história política do nosso Brasil. Os escândalos de corrupção, a recessão e o desemprego marcam a insatisfação da população com a classe política. Cabe a nós tomarmos

atitudes que restabeleçam essa confiança. Apoio a Operação Lava-Jato e também apoio leis e projetos que visem maior transparência e controle social sobre a classe e atos políticos.

O meu objetivo nesta Casa é lutar para ser uma voz de mudança de atitudes, praticando uma política transparente, exercendo o mandato representativo.

O Brasil precisa de reformas visando à retomada do desenvolvimento social e econômico. Apoio a reforma política, pois temos que trabalhar para diminuir o tamanho do Estado e o custo do Brasil, e a reforma trabalhista, para estimular o empreendedorismo e a retomada do emprego. Na reforma da Previdência, atuaremos com muita cautela. Vamos defender o amplo debate com a sociedade, aprofundar os estudos e receber propostas, para não cometermos injustiças.

Finalmente, meus colegas Deputados, temos que ter coragem e determinação para fazer as mudanças necessárias que o Brasil exige.

Peço a Deus que, além de proteção, nos dê serenidade e equilíbrio para as nossas decisões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Adérmis Marini, do PSDB de São Paulo.

Documento 44/76

018.3.55.O	Sessão Não Deliberativa	de 22/02/2017-15:33
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 23/02/2017 - 82	NILSON PINTO-PSDB -PA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Legado de crise econômica e endividamento público da União em decorrência da adoção de políticas econômicas equivocadas. Importância das propostas do Governo Michel Temer de ajuste fiscal e de reformas trabalhista, tributária, política e previdenciária, para reestruturação do Brasil. Exaltação dos benefícios à sociedade brasileira decorrentes das reformas monetária, com a



criação do Plano Real; do ensino fundamental, mediante o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF; das comunicações e fiscal, durante o Governo do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Pesar pelo momento de impopularidade do Congresso Nacional. Defesa de estabelecimento de regra de transição gradual na reforma previdenciária, em respeito aos direitos dos trabalhadores. Defesa de realização de reforma do sistema de segurança pública e de infraestrutura de saneamento básico. Necessidade de apoio do Governo Federal aos Estados e Municípios na articulação de programa de saneamento básico, a exemplo do Projeto Alvorada, descontinuado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. NILSON PINTO (PSDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna para comemorar este início de ano legislativo, particularmente pela pauta alentada que este Congresso Nacional e em especial, a Câmara dos Deputados, se dispõe a enfrentar.

Eu estou há 18 anos nesta Casa, meu caro Deputado Zé Geraldo, e pela primeira vez vejo a disposição de se iniciar o ano legislativo com o enfrentamento de uma agenda importantíssima para o País, que representa muito bem o desafio que a realidade nos impõe.

Nossa realidade, infelizmente, é uma crise que assola o País já há alguns anos e que exige do Congresso Nacional e do Governo Federal medidas audaciosas e corajosas para recolocar o País nos rumos.

Depois de anos de políticas econômicas equivocadas, o Brasil chegou a uma situação de crise aguda. O costume de se gastar mais do que se arrecadava, ao longo de anos, fez com que o País acumulasse, a cada ano, déficits grandes, que eram cobertos por endividamentos. Essas dívidas são sustentadas por juros altos e até exorbitantes.

O endividamento continuado e os juros altíssimos foram, aos poucos, consumindo a nossa capacidade de investimento e reduzindo os recursos disponíveis para a manutenção dos serviços básicos que o poder público tem a obrigação de oferecer à população. Dessa forma, começou a faltar dinheiro para a saúde, para a educação, para a segurança, para o saneamento, enfim, para aquilo de que o País precisa.

Na marcha em que nós caminhamos, se nada for feito, se nenhuma medida corajosa for tomada para sustar esse processo progressivo de



sucateamento das finanças públicas, nós teremos, brevemente, a impossibilidade total de oferecer serviços públicos aceitáveis à população; teremos o pouco recurso de que o País disporá dedicado, fundamentalmente, ao pagamento ou amortização da nossa dívida; e não teremos recursos sequer para a manutenção dos serviços previdenciários e para o pagamento do funcionalismo público. Essa é a marcha da insensatez que nos foi legada por uma política econômica absolutamente equivocada e que precisa ser corrigida.

Foi nesse contexto que o Presidente Michel Temer assumiu a Presidência da República, e eu fico feliz de ver que, após as primeiras medidas corajosas tomadas pela Presidência da República - que encaminhou a este Congresso, ainda no ano passado, a proposta para manter os gastos públicos num nível sustentável ao longo dos próximos anos, permitindo a reestruturação econômica do País -, agora ele manda para o Congresso propostas estruturantes de reformas fundamentais para tirar o País da crise e colocá-lo novamente no rumo do crescimento sustentado.

Eu felicito o Governo e o Congresso Nacional, como disse no início, por iniciarem este novo ano legislativo enfrentando questões cruciais para solucionar os problemas que o País enfrenta.

Na nossa agenda, eu destaco quatro ações essenciais, que não completam o rol daquilo que precisamos para colocar o País em ordem novamente, mas indicam a disposição de enfrentamento da crise.

Destaco a reforma trabalhista, que já está nesta Casa em discussão e que vai ter certamente a faculdade de melhorar a relação capital-trabalho no Brasil. Essa é uma medida essencial para mudar uma legislação anacrônica, que já dura 75 anos e que tem dificultado a oferta de empregos no Brasil.

Festejo que nesta Casa já estejamos discutindo a reforma tributária, confesso que não tão ampla como eu gostaria que estivesse ocorrendo, mas uma reforma tributária factível de ser realizada, de ser implementada, porque voltada fundamentalmente para a simplificação do nosso sistema tributário. Isso é essencial. Isso é absolutamente necessário para que o País volte a crescer.

Festejo igualmente que aqui tenhamos, pronta para discussão, a reforma política, novamente, não da dimensão que eu gostaria que pudesse ser discutida, mas pelo menos apontando para questões essenciais para melhorar o funcionamento dos partidos, para melhorar a nossa prática eleitoral e organizar a vida democrática no Brasil.



Por fim, festejo que já se tenham iniciado os debates da necessária reforma da Previdência Social, fundamental para que o País, enfim, consiga romper aquelas amarras que cerceiam o nosso crescimento e que podem vir, com a sua liberação, fazer com que o povo respire novamente e tenha condições de dar vida melhor a todos os habitantes desta Nação.

Sr. Presidente, reformas corajosas como essas não são fáceis de serem realizadas. Eu falo com a experiência de quem está aqui, como eu disse, há 18 anos e viveu o período em que este País experimentou reformas de verdade, no Governo Fernando Henrique Cardoso, quando ninguém tinha medo de colocar em discussão assuntos polêmicos que precisavam da aprovação de 308 Parlamentares, a qual era conseguida no convencimento, mostrando que aquilo era o melhor para o Brasil. Fizemos assim a reforma monetária, que criou o Plano Real - que é tido como um plano econômico, mas certamente foi a maior de todas as reformas sociais feitas no Brasil nos últimos 20 anos, pois foi um plano que fez com que grande parte dos excluídos, dos pobres, aos milhões, neste País, pudessem ter acesso a facilidades da nossa vida econômica.

Fizemos a reforma da educação fundamental, criando o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, que trouxe para a escola milhões de crianças que estavam fora dela.

Fizemos a reforma das comunicações em um tempo - muitos hão de ter esquecido - em que telefone era bem de alto valor, declarado no Imposto de Renda. Fizemos a reforma, e hoje todo mundo tem acesso ao telefone, todo mundo tem acesso à comunicação.

Fizemos a reforma necessária na área fiscal, para que os Municípios, os Estados e a própria União tivessem as condições necessárias para crescer, mantendo seu equilíbrio financeiro.

Fizemos outras reformas. Posso dizer, com a experiência do tempo que tenho aqui, que não são fáceis as discussões, mas são necessárias.

Estadistas fazem assim: trazem os grandes temas para a discussão.

Infelizmente, por longos anos, após o período de Fernando Henrique Cardoso, este País estagnou no que se refere à realização de reformas. Algumas precisavam ser feitas, mas não foram.

Hoje, nós não apenas reclamamos do que não foi feito como ainda temos que arcar com os prejuízos do que foi malfeito. Hoje o País está



em uma situação crítica, do ponto de vista econômico, e é preciso retomar aquele espírito do Governo Fernando Henrique de enfrentar as grandes questões de peito aberto, com a discussão, e mudar o País, para colocá-lo na direção em que precisar ir.

Eu sei que este talvez não seja o melhor momento para o Congresso Nacional realizar essas reformas. O Congresso Nacional - isto não é segredo para ninguém - está vivendo uma crise de popularidade, fruto de uma série de ações externas que têm a ver com o nosso desempenho no dia a dia.

Os trabalhos da Operação Lava-Jato, fundamental para o nosso País, respingaram neste Congresso e reduziram a popularidade de quem aqui está. As corporações que temem ter os seus direitos - os seus privilégios, na verdade - contestados trabalham contra as reformas que precisam ser feitas. As redes sociais, graças à impunidade, demonizam o Congresso Nacional.

Eu sei, portanto, e todos temos ciência disso, que este talvez não seja o momento ideal para se enfrentar reformas tão importantes e que requerem posições corajosas, que requerem posições que fujam do atendimento do aplauso fácil, porque patrióticas. Não importa! A crise não espera o momento; a crise não escolhe a hora; e o Congresso Nacional não pode esperar o momento para dar solução àquilo que é problema premente, àquilo que é situação urgente. Por isso, as reformas estão aí.

Eu tenho certeza de que este Congresso vai encarar esses desafios com a seriedade absolutamente necessária à gravidade da situação. Eu tenho certeza de que o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados não vão faltar àquilo que exige a Nação brasileira.

Talvez nós não tenhamos condições de realizar todas as reformas na extensão que elas merecem, mas, com certeza, dessas discussões que estão começando vão surgir grandes avanços. Se nós conseguirmos - e tenho certeza de que vamos conseguir - focar a nossa atuação e a nossa atenção naquilo que é essencial, certamente teremos condições de avançar.

Na área trabalhista, o foco é a simplificação da relação entre capital e trabalho, para afastarmos definitivamente a penalização daqueles que geram emprego neste País. Nós não podemos continuar estimulando uma política e uma legislação que dificultam a vida de quem quer gerar emprego, que atrapalham a oferta de emprego no País. Portanto, nós temos que trabalhar no sentido de modernizar as relações de trabalho previstas na lei que completa 75 anos e precisa ser atualizada, a fim de

que tenhamos condições de estimular o surgimento de novos postos de trabalho no Brasil. Não é possível hoje exigir-se que o contratado se transforme em pessoa jurídica, porque a nossa CLT dificulta a contratação direta do trabalhador.

Na reforma política, é essencial que nós nos concentremos na mudança que fará com que os partidos representem melhor a sociedade. Se conseguirmos aprovar - e tenho certeza de que vamos conseguir - a mudança no sistema de coligações partidárias em eleições proporcionais, proibindo as coligações nesses casos, e se conseguirmos aprovar a cláusula de desempenho para os partidos, teremos alcançado um enorme avanço na nossa legislação partidária e dado condições a que o número de partidos seja reduzido. É impossível continuarmos trabalhando com mais de 30 partidos neste País. Não há tanta diversidade ideológica no Brasil ou em qualquer país do mundo que justifique a existência de tantos partidos. Se fizermos isso, teremos avançado no essencial.

Na área tributária, se nós conseguirmos - e o projeto que está sendo desenvolvido pelo nosso colega Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná, avança bem nessa direção - simplificar esse emaranhado de siglas que compõem o nosso sistema tributário, perturba a vida do cidadão, atrapalha a vida das empresas e prejudica quem produz, se conseguirmos fazer isso - e temos boas condições de fazê-lo -, teremos dado um grande avanço para gerar mais emprego e mais equidade no nosso País - hoje nós vivemos, do ponto de vista tributário, no País da iniquidade. Penalizamos quem trabalha e penalizamos mais ainda quem ganha pouco.

Tenho absoluta convicção de que temos um campo aberto para avançar nessas reformas, que são essenciais, assim como tenho convicção de que precisamos de um debate amplo e esclarecedor no que concerne à reforma da Previdência. Aqui precisamos todos de um nivelamento de informações. Não é possível que as informações sejam colocadas de forma antagônica como se fossem verdades absolutas. Não é possível que cada um afirme coisas que são absolutamente contrárias e elas fiquem como verdade. É impossível a verdade estar em dois polos opostos. Nós temos que nivelar as informações, e é recomendável que se faça um trabalho amplo de informação, para que todos tenham condições de votar com a sua consciência, pensando no Brasil.

Eu tenho certeza de uma coisa: podem-se mistificar e manipular todas as informações que quiserem sobre a Previdência Social, mas há algo que é absolutamente visível para todos, não há como negar: o fato de que a população está vivendo hoje bem mais do que vivia antes. E se



antes alguém se aposentava aos 55 anos e falecia aos 60 anos, hoje, graças a Deus, isso melhorou. Em média, o brasileiro está vivendo até os 74 ou 75 anos. É insustentável, portanto, a relação entre o período de contribuição para a Previdência e o período em que a pessoa fica aposentada. Nós temos que, pelo menos, sair dessa reforma atualizando a relação entre o período de contribuição e a idade de aposentadoria.

Nesse aspecto, meu caro Deputado Luiz Carlos Hauly, eu tenho uma convicção. Já participei de várias discussões referentes à reforma da Previdência neste Congresso. Tenho certeza de que, todas as vezes em que se fala em começar já ou que se estabelece uma regra de transição muito curta ou muito abrupta, a reação é exacerbada, a dificuldade de implementação fica enorme e a reforma não é aprovada. Por isso, para todos aqueles que querem realmente aprovar a reforma, de modo que ela possa contribuir para o País, talvez seja recomendável pensar que é melhor uma regra de transição que seja gradativa, abrangente, que se estenda por mais anos e que penalize menos cada um que é por ela atingido, e até a existência de um prazo de carência, se for necessário, para que a reforma e o seu conjunto entrem em efetividade, e os direitos adquiridos, tão alegados, não sejam tão contestados.

Eu estou colocando limites para a negociação. Nós não podemos correr o risco de sair desta discussão sem reforma aprovada, porque o País é que pagará pela nossa omissão, pela nossa incapacidade de solucionar, de forma política, os nossos problemas.

Eu quero felicitar, portanto, porque esses temas estão na pauta, o Governo, que teve a coragem de puxar a discussão, e o Congresso, que teve a coragem de colocá-los para debate e para deliberação.

Quero lembrar, no entanto, que esses quatro temas não exaurem o conjunto dos assuntos fundamentais para nós. Temos, a meu ver, muitas outras agendas para cumprir, mas, além dessas quatro de que já estamos tratando, temos duas que são fundamentais e sobre as quais o Congresso precisa se debruçar já neste semestre.

A primeira delas é a reforma do nosso sistema de segurança pública. Não dá para conviver por mais tempo com essa tragédia em que se transformou a violência no Brasil, que mata mais do que as guerras que eclodem em todo o nosso planeta. Nós precisamos encontrar a fórmula para colocar de vez uma equação definidora de um sistema que promova a paz no Brasil. É fundamental que se crie um sistema integrado de segurança pública no Brasil.

É preciso, definitivamente, que o Governo Federal, a União, invista em segurança pública. Não dá para aceitar que apenas os Estados paguem o pato, paguem esta conta, porque eles não têm condições de fazer isso. É preciso que a União entre para fazer a articulação, para fazer aquilo que lhe compete: cuidar das nossas fronteiras para evitar o contrabando de armas e o contrabando de drogas, na medida em que as drogas estão na base da violência crescente no Brasil - o consumo de drogas pesadas corre paralelo ao aumento da violência -, e as polícias estaduais sozinhas não dão conta de enfrentar essa questão. Essa reforma é urgente e necessária, e o Congresso precisa tratar dela para que possamos avançar.

A segunda grande reforma - e que talvez não dependa de decisão do Congresso, mas precisa ser colocada em prática pelo Executivo Federal - é na questão do saneamento básico.

Eu sei que, de uma forma geral, há uma grande deficiência no Brasil quanto à questão da infraestrutura, mas sei que a infraestrutura só vai voltar a receber investimentos significativos quando nós tivermos começado a equacionar razoavelmente o problema dos custos da nossa dívida. Mas há um item relacionado à infraestrutura que não pode ser postergado. Eu me refiro ao saneamento básico. Quem assistiu, no domingo passado, à reportagem da TV Globo, no *Fantástico*, sobre a calamidade pública em que se transformou o saneamento básico no Brasil sabe do que eu estou falando.

Os Municípios brasileiros - todos nós estamos cansados de dizer - são responsáveis pelo transporte público, são responsáveis pelo lixo, são responsáveis pela água. Aquilo que tem a ver com saneamento está nas mãos fundamentalmente dos Municípios, e os nossos Municípios estão sem condições de investimento. Não dá para exigir deles que resolvam os problemas de saneamento que são visíveis em todo o Brasil e, de forma particularmente acentuada, assumindo níveis catastróficos, no Norte e no Nordeste brasileiro.

Há que existir uma participação do Governo Federal na articulação de um programa maior de apoio aos Estados e Municípios, particularmente aos das Regiões Norte e Nordeste, voltado para o saneamento básico - água, esgoto e lixo.

Eu estou propondo aqui, Sr. Presidente, que se retome o grande Projeto Alvorada, que foi colocado em prática no Governo Fernando Henrique por inspiração do nosso então Ministro da Saúde, José Serra, e que promoveu uma série de mudanças positivas no saneamento básico brasileiro, especialmente nos Municípios de menor IDH do Norte

e do Nordeste. Precisamos de um novo Projeto Alvorada.

Eu quero conclamar o Governo Federal, a Presidência da República, o nosso Ministério das Cidades e a FUNASA a juntarem esforços, a fim de ajudarem os nossos Estados e Municípios, para que possamos retomar o Projeto Alvorada, tão tragicamente descontinuado em fevereiro de 2003, logo que o Presidente Lula assumiu o Governo pela primeira vez.

É tempo de voltarmos a investir em saneamento na forma como aqui proposto.

A agenda é importantíssima. O Brasil depende do sucesso que nós obtivermos ao tratarmos dela. Vamos todos ao trabalho!

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, meus colegas, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Nilson Pinto, do PSDB do Pará.

Documento 45/76

018.3.55.O Sessão Não Deliberativa de 22/02/2017-16:24
Debates - CD

Publ.: DCD - 23/02/2017
- 90 LUIZ NISHIMORI-PR -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Importância da realização das reformas previdenciária, trabalhista, tributária, política e educacional para modernização e desenvolvimento do Brasil. Excelência do agronegócio brasileiro. Necessidade de revisão do pacto federativo, com o aumento da distribuição de recursos para os Municípios. Agradecimento ao Governo japonês pela excelência da parceria com o Brasil.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PR-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Mauro Pereira, Sras. e Srs. Deputados, eu



costumo dizer que acredito no potencial do Brasil, em seu potencial econômico e energético. Com certeza há no País abundância em recursos naturais. Possuímos um mercado invejável e acima de tudo uma brilhante agricultura. Porém, é inegável que nós temos que fazer muitos ajustes para o nosso País crescer. Ainda bem que já começamos a reforma previdenciária; a reforma trabalhista já está em pauta, está sendo analisada; e teremos que fazer também, com certeza, a reforma tributária. Mas, acima de tudo, temos que fazer a reforma educacional, aliás, uma revolução educacional, para o nosso País crescer cada vez mais.

Eu estava inscrito, na verdade, no Grande Expediente da primeira sessão, contudo a minha fala só está acontecendo no dia de hoje. Eu quero deixar o meu ponto de vista neste Grande Expediente, pensando no crescimento, no desenvolvimento do Brasil.

Começo a minha fala tratando da questão da agricultura.

É de conhecimento de todos que a agricultura tem ajudado a economia do Brasil, com certeza. Já somos o maior produtor de café, de cana-de-açúcar e de laranja do mundo, o segundo maior produtor de soja e o maior exportador de carnes bovinas e de aves. O agronegócio responde por cerca de 22% do PIB nacional, 37% dos empregos e 40% das exportações do País, e ainda contribui para o saldo da balança comercial.

A Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB tem a estimativa de que serão colhidas 213 milhões de toneladas de grãos no ano de 2017, um crescimento de 14,2% ou 26,6 milhões de toneladas em relação à safra anterior. Trata-se, para o País, de um recorde histórico, que, com certeza, poderá impulsionar a nossa economia, ajudando a irrigá-la.

A maior parte do expressivo volume de reservas internacionais acumuladas nas últimas décadas, de mais de 350 bilhões de dólares, deve-se essencialmente aos vigorosos superávits anuais da balança comercial de produtos do agronegócio.

E as perspectivas para um futuro próximo são ainda mais promissoras, segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, nos próximos 10 anos, Sr. Presidente, considerando aspectos como disponibilidade de recursos naturais, competência empreendedora e desenvolvimento tecnológico, o Brasil aumente em cerca de 35% a produção de grãos, em 25% a de carnes, em 85% a de biocombustíveis, e em 8% a de açúcar.

Sras. e Srs. Deputados, não é por acaso que eu trouxe esses números que atestam a excelência do agronegócio nacional. Estes números são uma esperança, um alento, um sinal de que há, sim, saída para a crise brasileira.

Quando constatamos a grandeza do nosso agronegócio, a competência dos nossos produtores rurais, a riqueza extraordinária que brota do campo, é impossível deixar de concluir que o Brasil tem, sim, solução. O Brasil - e os brasileiros - tem plenas condições de traçar para si um largo caminho de prosperidade, justiça e paz social.

Como já disse, tenho certeza de que o Brasil pode ser uma das maiores potências mundiais. Porém, ainda precisamos passar por alguns ajustes na educação, na Previdência Social, assim como uma reforma tributária, trabalhista e política.

Todos reconhecem que educação de qualidade é essencial para assegurar o desenvolvimento econômico, social e cultural de um país em bases sólidas e sustentáveis.

Com educação qualificada, a sociedade tem mais condições de fazer suas escolhas, alcançar mais produtividade no trabalho, aprender a usar melhor os recursos públicos e ser menos suscetível à corrupção. Ao mesmo tempo, desenvolve a tolerância diante de opiniões e crenças contrárias, evitando o clima de ódio na política e nas relações do dia a dia.

Ensino de qualidade é também o melhor caminho para a inclusão social.

Nos últimos anos, o Brasil aumentou seus investimentos no setor, e temos agora a discussão sobre reforma do sistema educacional, mas ainda não é suficiente. Em comparação com outros países, o Brasil ainda está em grande desvantagem.

A melhoria real da educação, quando alcançada, certamente terá reflexos benéficos em todos os setores.

Na qualidade de Deputado municipalista, durante o recesso parlamentar faço questão de percorrer todo o Paraná para verificar qual a real necessidade de cada Município, e posso afirmar que algo está errado e precisa de correção.

Sras. e Srs. Deputados, nossas Prefeituras estão chegando ao limite. Precisamos rever e avançar com o pacto federativo. Na divisão estabelecida pela Constituição e pelo sistema tributário, União, Estados



e Municípios dividem os recursos e as responsabilidades. Atualmente, a União fica com a maior parte dos recursos arrecadados; os Estados e Municípios recebem apenas uma parte. A União fica com 57,42%; os Estados, com 24,18%; e os Municípios, apenas com 18,40%.

Entre as obrigações estabelecidas, a União deve aplicar 18% do que arrecada com os impostos em educação, já os Estados e os Municípios, 25%. Na saúde, a União fica responsável por 50% dos custos do Sistema Único de Saúde - SUS; os Estados, por 12%; e os Municípios, por 15%.

O problema é que, com a crise que o Brasil vem enfrentando, as arrecadações diminuíram. Todos no Brasil lutam para manter as contas, e quem mais sofre são os Municípios.

A ideia do novo pacto federativo visa acabar com esse desequilíbrio. É preciso maior participação da União na obrigação com a saúde e educação. É preciso também repassar uma quantia maior aos Municípios, justamente porque eles estão mais próximos da população. O Prefeito que lida diretamente com o cidadão é quem sabe das reais necessidades desse cidadão, sabe onde o dinheiro pode ser mais bem investido.

Na minha opinião, os maiores obstáculos ao desenvolvimento econômico brasileiro são hoje, como há muito tempo, a infraestrutura precária nas ferrovias e vias fluviais, o que dificulta o escoamento dos grãos, a escassez de mão de obra especializada, o sistema tributário, a baixa capacidade de investimento e a burocracia excessiva.

Um levantamento internacional mostra o Brasil na 76ª posição, entre 144 países, no quesito infraestrutura, Sr. Presidente, Deputado Mauro. Desse modo, com estradas de má qualidade, portos ineficientes, irregularidade no abastecimento de energia, entre outros problemas, a produção se torna mais cara, e desaparece a competitividade das nossas empresas no exterior.

Além de uma melhora significativa na educação, como já explicado, precisamos de uma revisão do sistema tributário. O Brasil tem uma das maiores cargas tributárias de toda a América Latina e figura entre os países de maior carga tributária do mundo. Isso precisa mudar!

É indispensável simplificar o sistema tributário a fim de facilitar e atrair investimentos. A legislação do ICMS pode ser alterada, estabelecendo um sistema de compensação com outros impostos e restituições, enquanto os Municípios devem receber atenção especial do Governo Federal, pois têm assumido cada vez mais encargos em áreas como

saúde e educação, sem a contrapartida dos recursos necessários para isso.

É claro que não vamos superar esses obstáculos de um dia para o outro, mas precisamos enfrentá-los o mais rapidamente possível. Precisamos melhorar também em muitos outros aspectos, para que a retomada da economia se torne efetiva e não tenhamos que lamentar outras crises logo adiante.

Em meio a essa crise econômica e com a taxa de desemprego subindo, existem muitas empresas brasileiras que têm migrado para os países vizinhos que oferecem um maior incentivo fiscal, que têm menos encargos trabalhistas e menos burocracia.

Diante dessa alarmante situação, nossa legislação trabalhista necessita de reformas. O Governo precisa oferecer incentivos fiscais para estimular o crescimento do mercado brasileiro. Precisamos de ajustes na complexa e elevada carga tributária. Precisamos rever o protecionismo da legislação trabalhista para permitir que o Brasil volte a crescer.

Outra grande preocupação é com a reforma da Previdência. A situação é grave e os números impressionam. Em 2015, o INSS manteve mais de 32 milhões de benefícios, incluindo aposentadorias, pensões e auxílios, que custaram 500 bilhões de reais. Como a arrecadação foi de 358 bilhões de reais, o déficit financeiro da Previdência Social foi cerca de 150 bilhões de reais.

O Brasil tem um gasto com a Previdência muito superior aos padrões internacionais. Em 2015 gastou cerca de 13% do PIB com a Previdência, incluindo INSS e regimes públicos. Em países desenvolvidos, como, por exemplo, a Alemanha, que tem três vezes mais idosos do que o Brasil, o gasto com a Previdência foi de aproximadamente 10% do PIB.

Se os números atuais já impressionam, quando se analisam as perspectivas futuras o quadro se torna mais alarmante. A população brasileira está vivendo mais. Dessa forma, a tendência é termos mais idosos do que jovens, o que acarretará um desequilíbrio crescente nas contas da Previdência.

Sem reforma, o déficit da Previdência para 2017 é de mais de 181 bilhões de reais. Se não ocorrer mudanças nas regras atuais, em breve não teremos condições de garantir a aposentadoria aos trabalhadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegou o momento de

encaramos esse assunto com muita seriedade. Precisamos garantir a aposentadoria das gerações futuras. Tenho certeza de que esta Casa vai discutir amplamente esse tema, que é fundamental para o reequilíbrio do nosso sistema de seguridade social.

O Brasil precisa recuperar sua credibilidade diante do mundo. Precisamos demonstrar que o Brasil é um país sério e de muitas oportunidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Japão, aproveito este momento para agradecer ao Governo japonês, que tem sido um excelente parceiro do Brasil, com uma cooperação de longa data, assim como à Embaixada do Japão e ao Consulado, à JICA, à JETRO e a outras instituições que possibilitam vários projetos de colaboração nipo-brasileira, como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PROCEDER, que tornou o Brasil um dos maiores celeiros do mundo, a USIMINAS, o Carajás e o projeto KUSANONE, que atende Municípios do Brasil com recursos do fundo perdido do Governo japonês.

Sr. Presidente, não vou me alongar mais. Concluo com a certeza de que, com as reformas previstas, o Brasil vai voltar a se desenvolver e a atrair cada vez mais investimentos e parcerias. Não será fácil, mas isso está ao nosso alcance, desde que tenhamos clareza dos problemas e determinação para enfrentá-los.

Da minha parte, na qualidade de Parlamentar desta Casa, não medirei esforços para continuar com meu trabalho municipalista em defesa das necessidades dos Municípios do meu Estado, o Paraná, bem como para contribuir com o progresso e o desenvolvimento do nosso Brasil.

Sr. Presidente, ainda tenho uns 7 minutos, mas vou finalizar por aqui, deixando registrados a nossa mensagem, o nosso pensamento e o nosso abraço a todos os Parlamentares e população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Mauro Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Luiz Nishimori. Parabéns pelo excelente trabalho que V.Exa. faz nesta Casa, colaborando com o seu Estado, o Paraná, e com o restante do País.

Documento 46/76

012.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/02/2017- CD	18:36
Publ.: DCD - 21/02/2017 - 43	CELSO MALDANER-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Expectativa de redução da taxa de juros da economia pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil. Importância da aprovação das reformas trabalhista, previdenciária, política e tributária. Congratulação aos Ministros do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin e Luís Roberto Barroso pela discussão da extinção do foro privilegiado para políticos no País. Necessidade de discussão e votação pela Câmara dos Deputados de matéria relativa ao valor do teto dos gastos públicos.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e demais colegas Parlamentares, eu tenho comigo que de tantas características a mais importante de todas para se ter sucesso na vida é a autoestima elevada.

Eu sinto que volta a autoestima à população brasileira - porque os fatos são concretos - pelo o que está acontecendo nesse atual Governo de coalisão.

Aliás, espero com ansiedade que o COPOM, Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, baixe no mínimo 1% da taxa de juros em sua próxima reunião, e não só 0,75%. O nosso sonho é a taxa de juros chegar a um dígito até o final do ano.

Já temos em alguns setores até deflação. Eu acho que está na hora de o Governo inclusive baixar a meta de inflação, que é de 4,5%. Eu estou sentindo que nós vamos ter ainda este ano uma taxa em torno de 4% ou até menos, bem abaixo da meta.

As coisas começam a melhorar devido às decisões que estão sendo tomadas.

É claro que o agronegócio vai ajudar muito. Este ano, vamos injetar na

economia 546 bilhões de reais. Vamos colher uma safra de 220 milhões de toneladas.

Não é só sorte, eu acho que o tempo também tem colaborado. Mas há expectativas com relação às decisões que estão sendo tomadas e que são muito importantes.

A Câmara Federal não pode faltar neste momento em que o Brasil tanto precisa, tem que fazer as reformas necessárias, sem tirar direito de ninguém. Pelo contrário, tem que dar segurança jurídica, seja na reforma previdenciária, seja na reforma trabalhista, seja na reforma tributária ou na reforma política, que temos que votar ainda neste ano. Então o Congresso Nacional tem que ser protagonista dessas decisões.

Eu gostaria também de parabenizar os Srs. Ministros Edson Fachin e Luís Roberto Barroso. Já que nós não temos coragem, não legislamos para acabar com o foro privilegiado no País - eu sei que é difícil de aprovar essa matéria aqui no Congresso Nacional -, S.Exas. estão estudando uma maneira para acabar com esse abuso. Praticamente 40 mil pessoas gozam desse privilégio. Acho que está na hora de regularizar essa situação.

E mais. Antes de aprovarmos as reformas previdenciária e trabalhista, que são muito importantes, a Câmara dos Deputados tem que trazer para o plenário matéria votada pelo Senado no final do ano a respeito do valor do teto de gastos públicos, que é de R\$ 33.700,00. Nós temos que votar essa matéria, porque hoje no Brasil 1 milhão de privilegiados custam 30 milhões. Não podemos fazer a reforma previdenciária só em cima dos que menos ganham. Temos que mexer também com os integrantes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público. Todos têm que dar sua parcela de contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Capitão Augusto) - Obrigado, Deputado.

Documento 47/76

008.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	15/02/2017-14:12
Publ.: DCD - 16/02/2017 - 23	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Premência da redução do número de partidos políticos em atividade no Brasil, no bojo de reforma política.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dar como lido o meu pronunciamento sobre a prioridade da reforma política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar o seu pronunciamento no *programa A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a política, enquanto instrumento para organizar e gerir relações e os destinos da sociedade, deve se expressar através de ações com foco, prioritário, no bem-estar e na felicidade das pessoas. O ser humano é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto da política, e o seu espaço se estabelece em um mundo plural, sendo irremediável a dualidade da manifestação, bem ou mal, no seu exercício.

Em nosso País vivemos profunda e absurda ausência de foco no bem, com desvios de finalidade das práticas políticas, quando a irresponsabilidade, a incompetência e a má-fé protagonizam a desconstrução dos valores éticos e morais, consolidados através das nossas tradições histórico-culturais a partir do judaico-cristianismo. A corrupção contaminou, de forma desenfreada e sistêmica, o exercício da boa política nos diferentes níveis de liderança.

A ação recente e contínua dos agentes responsáveis pela fiscalização, controle, e repressão das práticas de desvio de conduta no exercício político de autoridades constituídas, além de revelar as fragilidades jurídicas e estruturais que induzem e facilitam a corrupção, sinaliza, também e felizmente, à possibilidade e urgência de serem adotadas medidas corretivas.

Aos poucos vai aumentando o entendimento e a conscientização das pessoas responsáveis de que, para sair dessa situação avassaladora, principalmente na política e na economia, são necessárias reformas

definitivas, capazes de restaurar o poder coercitivo do Estado, a independência entre os Poderes da República, o equilíbrio orçamentário, o desenvolvimento econômico, o pacto federativo, o processo legislativo e os sistemas eleitoral e partidário, entre outros.

Como toda transformação social começa e termina na política, impõe-se sua imediata estabilização para que medidas essenciais sejam adotadas ajustando também a execução orçamentária a partir do que as reformas estruturais poderão ser encaminhadas, debatidas e por fim realizadas. A estabilização e o equilíbrio assentados apenas na vontade política dos detentores transitórios do poder têm um caráter superficial e temporário, necessitando ser institucionalizados através de legislação própria e adequada que lhes garanta profundidade e perenidade.

É um princípio fundamental previsto no parágrafo único do primeiro artigo da Constituição Federal, "*que todo poder emana do povo que o exerce através de representantes eleitos ou diretamente...*". Assim, a organização da sociedade civil para exercer o poder através de representação, passa pelo sistema partidário que deve refletir os anseios e as diversidades ideológicas da população na escolha de seus representantes.

A atual legislação é bastante aberta, quase permissiva, à criação de novas siglas partidárias, as quais, frequentemente, se transformam em grupos de pessoas sem compromisso com qualquer ideário político, motivados pelo acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão, importantes moedas de negociação nos pleitos eleitorais.

A proliferação de partidos - hoje são 35 - produz efeitos danosos não apenas ao funcionamento dos três níveis legislativos (União, Estados e Municípios), como também à estabilidade das relações entre os Poderes da República, senão vejamos:

O processo legislativo é prejudicado pelo elevado número de encaminhamentos, requerimentos, emendas e questões de ordem, na grande maioria inócuos, que obstruem e retardam as votações;

Cada partido representado, com pelo menos um Parlamentar, tem direito a espaços de Liderança e quadros de funcionários, criando custos desnecessários à manutenção das atividades legislativas;

Um número muito elevado de partidos impõe o presidencialismo de coalizão e ao mesmo tempo dificulta o estabelecimento de base parlamentar sólida, acarretando instabilidade. Por outro lado, facilita

barganhas não republicanas como atalho ao diálogo e ao entendimento da boa política;

Disputas perdidas em plenário e outras instâncias acabam gerando inumeráveis ações junto ao Supremo Tribunal Federal, principalmente de pequenos partidos políticos, judicializando a política e estabelecendo canais de interferências indesejáveis no Poder Legislativo;

As reuniões do Colégio de Líderes para o estabelecimento das pautas de votação, composição de Comissões e escolha de Relatores para projetos em tramitação, acabam se transformando em intermináveis e pouco produtivas discussões.

Isto posto, percebe-se como é significativa e urgente uma drástica redução do número de partidos políticos. Muitos projetos nesse sentido tramitam no Congresso como parte de reformas políticas, mas encontram resistências devido ao elevado grau de incertezas que geram nos interesses parlamentares.

Duas medidas nesse sentido começam a ser debatidas com prioridade, tanto na Câmara como no Senado. A primeira foca a proibição de coligações nas eleições proporcionais, ou seja, para deputados e vereadores. Os partidos que não alcançam, isoladamente, os quocientes eleitorais, costumam se beneficiar de coligações entre si, ou com partidos maiores, para manter representações mínimas do partido. A proibição provocará fusões partidárias definitivas ou simples extinções das pequenas legendas.

A outra medida, chamada de cláusula de barreira, estabelece um desempenho eleitoral mínimo para cada partido ter representação na Câmara dos Deputados. Normalmente, a barreira é imposta através da exigência de um percentual mínimo de votos a nível nacional distribuído, também, com um percentual mínimo em cada um de certo número de Estados. Para atenuar o corte do desempenho pode ser instituída a possibilidade de formação de blocos ou de federações partidárias, cuja soma dos votos obtidos supere a barreira. Os direitos parlamentares individuais serão garantidos aos Deputados dos partidos que não alcançarem os quocientes.

Parece pouco chamar essas duas medidas de reforma política, mas, como vimos, o impacto na estabilização do funcionamento legislativo, internamente e nas suas relações externas, somar-se-á às ações na área econômica e em outros setores, formando uma corrente de confiança regenerativa na recuperação do País após a devastação

ocorrida nos últimos anos.

Muitos sinais apontam para a inflexão positiva que começa a ocorrer, e que a população já percebe, renovando sua confiança e suas esperanças de que sairá da crise com o País fortalecido e num patamar mais elevado dos padrões éticos e morais nas práticas políticas.

Muito obrigado.

Documento 48/76

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/02/2017-14:50
Publ.: DCD - 09/02/2017 - 37	EDINHO BEZ-PMDB -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Premência da realização das reformas política, trabalhista, previdenciária e tributária no País.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, uso a tribuna nesta oportunidade para lembrar ao povo brasileiro algo que vem sendo discutido nos últimos tempos - aliás, há mais de 2 anos, após aquela minirreforma meia-sola que fizemos aqui -, para lembrar que precisamos fazer algumas reformas, dentre elas a reforma política.

Este nosso sistema político-eleitoral está ultrapassado. É um sistema arcaico, é um sistema ruim. Eu não sei por que algumas pessoas, mesmo conscientes de que precisamos fazer as reformas, em especial a reforma política, a reforma das reformas, ficam retraídas, não têm a coragem devida de vir aqui defender a reforma política.

É claro que a maioria desta Casa quer fazê-la, é claro que a população brasileira quer que ela seja feita. A população não quer mais o engodo, a mentira que se espalha por este Brasil afora durante o período eleitoral. Estamos nos enganando! As coisas têm limites. Não dá mais.

Temos que aproveitar esta oportunidade para fazer a reforma política, para mudar o atual sistema.

Precisamos valorizar os partidos políticos. Há um equívoco quando as pessoas dizem: *"Para que partidos? Para que votar com o partido?"* Aliás, hoje o eleitor, a sociedade tem razão quando diz: *"Para que partido? Vou votar no candidato A ou B"*. Por quê? Porque os partidos estão fragilizados. É uma vergonha o partido não ter força sequer para expulsar quem o está decepcionando, quem está descumprindo regras, quem não está participando dos debates importantes para o partido. Os partidos estão fragilizados. O meu partido, o PMDB, já expulsou um de seus membros. O membro que foi expulso entrou na Justiça, e a Justiça o devolveu ao partido. Estou citando o exemplo do meu partido, mas isso deverá acontecer com todos os outros partidos, porque o nosso sistema está fragilizado e não dá segurança para ninguém.

O próprio Poder Judiciário tem dúvidas, assim como os partidos políticos, os Prefeitos Municipais, as Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas. Nós precisamos fazer esta reforma.

É claro que outras reformas são importantes, como a reforma da Previdência Social, mas temos que discuti-la com a sociedade. Precisamos trazer os segmentos aqui, para ouvi-los, e buscar o equilíbrio, para apresentar uma proposta que seja boa para o País.

Temos também que fazer a reforma do sistema trabalhista brasileiro, outro sistema atrasado, outro sistema ruim, também arcaico, um sistema que não dá segurança nem para o trabalhador nem para o empregador. O País precisa retomar o crescimento com mais investimento, com mais empresas participando. Temos que ter a coragem de também buscar o equilíbrio nesse setor, de fazer a reforma trabalhista.

Temos que fazer muitas coisas, temos que fazer muitas reformas, mas essas que eu citei são as mais importantes.

Outra reforma que passa meio despercebida é a reforma do sistema tributário brasileiro. Em média, a nossa carga tributária é equivalente a 38% do Produto Interno Bruto, da nossa produção, das nossas riquezas. A nossa carga tributária está entre as mais altas do mundo, além de ser complexa. Quem é contador sabe do que estou falando. Não é fácil para um profissional da contabilidade, para um técnico de contabilidade ou contador, por exemplo - e isto serve para advogados também -, acompanhar as mudanças do complexo e atrasado sistema

tributário brasileiro.

Peço a esta Casa que tenha a coragem de fazer as reformas. Este País é muito importante, é o quinto país do mundo em extensão territorial, é o País do mundo com mais terras agricultáveis, é o País do mundo com mais reservas de água doce, o que mais tem reservas florestais. O Brasil tem 8.500 quilômetros de costa marítima, é o País do mundo que tem o maior número de recursos naturais, junto com a Índia.

Moramos num país que causa inveja a qualquer país do mundo. No entanto, por falta de coragem, especialmente das principais lideranças do nosso País - dos Municípios, dos Estados, de todos os segmentos -, acabamos perdendo tempo, aumentando a burocracia e sendo engolidos por outros países mais modernos.

Eu confio que faremos as reformas.

Documento 49/76

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/02/2017-14:56
Publ.: DCD - 09/02/2017 - 38	MISAEL VARELLA-DEM -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Rodrigo Maia pela reeleição para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados e aos demais membros da Mesa Diretora pela eleição para os respectivos cargos. Expectativa de apreciação pelo Congresso Nacional das propostas relativas às reformas trabalhista, previdenciária, tributária e política.

O SR. MISAEL VARELLA (Bloco/DEM-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de parabenizar o nobre colega Deputado Rodrigo Maia pela vitória na eleição para a Presidência da Câmara. A conquista é o reconhecimento de seu empenho, habilidade e competência durante o último semestre, quando ajudou a superar uma das piores páginas da história do Poder

Legislativo brasileiro. Estendo meus cumprimentos também aos demais Deputados que irão compor a Mesa Diretora desta Casa, aos quais desejo sucesso em suas funções nos próximos 2 anos.

O Congresso tem agora a oportunidade de construir um projeto cuja agenda seja prioritariamente voltada à promoção da saúde, da educação, da segurança pública e da igualdade e bem-estar sociais. Devemos ter cautela e bom senso para avançar também, de maneira justa, nas polêmicas e necessárias reformas trabalhista, previdenciária, tributária e política.

O momento é de celebração da continuidade de um bom projeto, porém sem nos esquecermos de que o País precisar retomar a discussão sobre essas importantes pautas para amenizar a crise, retomar o crescimento e devolver às instituições políticas credibilidade e confiança junto aos brasileiros.

Nesta nova etapa, esperamos que a ética seja o norte de todas as ações, especialmente com a continuidade da Operação Lava-Jato, um marco na busca pela moral do nosso País.

Sr. Presidente, solicito que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Tenho dito.

Documento 50/76

004.3.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 08/02/2017-16:20
Publ.: DCD - 09/02/2017 - 56 GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Sugestão da bancada do PSOL de apreciação por Comissão Especial sobre a proposta de reforma política da matéria respeitante às comissões provisórias.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só contribuir. V.Exa. já disse que a matéria que seria votada pelo Plenário da Câmara dos Deputados seria

aquela que trata exclusivamente das comissões provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Exclusivamente. Esse foi o pedido dos partidos políticos.

O SR. GLAUBER BRAGA - Eu queria fazer, então, uma sugestão a V.Exa. A sugestão é a seguinte: já que essa é a intenção do Plenário e que essa matéria diz respeito também à democracia dos partidos políticos, à participação da sociedade, dos militantes dos partidos políticos na construção partidária, que essa matéria não fosse votada isoladamente num projeto ou numa proposta no Plenário da Câmara dos Deputados.

Se vai ser criada uma Comissão para tratar da reforma política e para debater um conjunto de outros temas, então essa matéria deve ser apreciada nessa Comissão, numa discussão mais ampla.

É esse apelo que a bancada do PSOL gostaria de fazer para V.Exa.

Documento 51/76

001.3.55.P	Sessão Preparatória	02/02/2017-09:24
Publ.: DCD - 03/02/2017 - 25	MARCUS PESTANA-PSDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ABERTURA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de discussão, pelo Congresso Nacional, de agenda para superação da crise econômica brasileira e de reformas dos sistemas previdenciário, trabalhista, tributário e político. Apoio à candidatura do Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, à reeleição.

O SR. MARCUS PESTANA (Bloco/PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós iniciamos 2017 e hoje damos o passo inaugural para abrir o ano parlamentar; é preciso ter claro o que está em jogo.

Muito mais do que projetos pessoais e ambições individuais, o que está em jogo é a discussão de uma agenda nacional para o combate a uma crise sem precedentes que vive o Brasil. Há indicadores positivos no campo da inflação, a taxa de juros tomou uma trajetória descendente consistente e não populista, mas o desemprego cresceu, a recessão é resistente, os investimentos ainda não voltaram. e a situação fiscal do



setor público é uma tragédia - e o Rio de Janeiro é só a ponta do *iceberg*.

Começamos a abordar, embora timidamente, o desequilíbrio fiscal, raiz da nossa crise de recessão e desemprego, com a aprovação da PEC que limita a expansão de gastos. Mas essa medida será claramente insuficiente se não fizermos as quatro grandes reformas. Nós podemos entregar às futuras gerações outro Brasil em 2018, mas, para isso, temos que fazer a reforma da Previdência, modernizar as relações de trabalho, simplificar o sistema tributário e processar, de forma contundente e definitiva, a reforma política. Sem isso, não cumpriremos o nosso papel e entregaremos, no mínimo, um horizonte nebuloso ao Brasil em 2018. Portanto, o que está em jogo nesta eleição não são projetos pessoais.

A candidatura do Deputado Rodrigo Maia representa o ambiente adequado para votação das reformas estruturantes. É fruto de um acordo amplo entre os principais partidos no sentido de resgatar a calma institucional, a tranquilidade e a estabilidade política, enfim, um ambiente adequado para cumprirmos o nosso papel.

É engraçado que falem, falem e falem em fortalecimento da autonomia institucional do Congresso, mas, volta e meia, corram para a sombra do Supremo Tribunal Federal, judicializando questões *interna corporis*. É preciso fortalecermos os canais de diálogo e votarmos as quatro grandes reformas. Se não fizermos isso, o horizonte do Brasil será imponderável.

Por isso, deixo aqui registrados, para divulgação nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados, os artigos que publiquei ao longo do recesso, uma reflexão sobre a conjuntura nacional, que tem mazelas e problemas enormes, agravados agora pelo fenômeno Trump.

Sr. Presidente, peço, então, que sejam divulgadas nos Anais da Casa essas reflexões.

ARTIGOS A QUE SE REFERE O ORADOR

As lições que vêm do norte

Vinte de janeiro de 2017, sexta-feira. Para surpresa de muitos e preocupação geral, assumiu a Casa Branca o polêmico e extravagante Donald Trump. O horizonte global está povoado de interrogações e



enigmas. É o presidente dos EUA que assume com menor popularidade - apenas 44% dos americanos apoiam Trump na largada. Não é para menos. Ainda na transição, o presidente eleito disparou contra a Alemanha e Merkel, desrespeitou a imprensa, criticou organismos multilaterais, agrediu artistas, cutucou a China, minimizou a interferência russa nas eleições, desencadeou a reversão da universalização da cobertura das ações de saúde e nomeou uma equipe que sinaliza o período de turbulências que teremos pela frente.

O Brasil não sofrerá efeitos diretos nas questões militares e relativas à imigração. Mas pagará algum preço com as estratégias protecionistas que levarão à queda das exportações para os EUA e à desaceleração do crescimento mundial. Mas independente disso temos muito a aprender com a experiência política e social recente dos cidadãos americanos.

A grande lição é sobre a dinâmica da própria democracia, esse que é seguramente o pior sistema político, exceto todos os outros que já foram experimentados.

A liberdade é o ambiente necessário ideal para o debate dos problemas coletivos, a construção de consensos progressivos, a negociação de conflitos e impasses. Porém a democracia é invenção humana, imperfeita por sua natureza genética. É tentativa e erro, aprendizado permanente. A meritocracia e a razão nem sempre vencem. A demagogia e a intolerância podem envolver corações e mentes de uma parcela expressiva da população. Como disse o ex-presidente Barack Obama, um dos últimos estadistas em ação no mundo, em seu denso e emocionado discurso de despedida: "O trabalho da democracia sempre é duro, conflituoso e, às vezes, sangrento. Para cada dois passos para frente, muitas vezes parece que damos um para trás. Mas no longo prazo, os EUA têm se movido para frente". "Mas esse potencial só será realizado se a nossa democracia funcionar. Só se a política refletir a decência do nosso povo. Somente se todos nós ajudarmos a restaurar o sentido de propósito comum de que tanto precisamos agora". "Em última análise, é isso que nossa democracia exige. Ela precisa de vocês. Não apenas quando há eleições, não apenas quando seu próprio interesse estreito está em jogo, mas durante todo o período de uma vida. Se estão cansados de discutir com estranhos na internet, tentem conversar com um na vida real".

Que os partidos políticos sérios e comprometidos com a boa política no Brasil ouçam as palavras de Obama proferidas em Chicago e consigam reciclar suas práticas tradicionais e ultrapassadas e erguer um novo padrão de relacionamento com a sociedade, para que a crise

econômica e política temperada fortemente pela Lava Jato não produzam um outsider, em 2018, que coloque em risco conquistas históricas da sociedade brasileira.

Política: representação social e centro decisório

Vivemos um evidente esgotamento do atual modelo de organização do sistema político brasileiro. Isso não é um fenômeno novo. Quando era do Conselho de Administração dos Correios, no final da década de 1990, anualmente tínhamos acesso à pesquisa nacional que media a credibilidade das instituições brasileiras. Era uma lista de 40 instituições. Em primeiro lugar, disparados na frente, vinham os próprios Correios (na era pré-mensalão) e o Corpo de Bombeiros. Logo após, as Igrejas, o Poder Judiciário, a Imprensa etc. Nos dois últimos lugares, sempre, Congresso Nacional e partidos políticos.

Esse distanciamento crescente entre sociedade e sua representação política não é também característica peculiar brasileira. Em todo o mundo a democracia moderna, no seu formato clássico, encontra dificuldades de canalizar as expectativas dos mais variados segmentos sociais e vocalizar a diversidade presente no tecido social contemporâneo.

Mas no nosso caso, o problema ganha contornos dramáticos. Há muito o Brasil precisa acelerar suas reformas e se alinhar ao mundo contemporâneo. Construímos ao longo dos anos um verdadeiro imbróglio fiscal. Não reformamos a Previdência. Não flexibilizamos o mercado de trabalho diante de uma economia dinâmica. Cristalizamos um sistema tributário anacrônico, irracional e injusto. Descuidamos do que era essencial: a revolução educacional e o desenvolvimento tecnológico. Começamos a comer poeira de países como Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e China. Até na América Latina assistimos Chile, Peru e Colômbia modernizarem antes suas instituições.

O Brasil tem pressa. E as respostas só poderão emergir de nosso problemático sistema político: caro, distante da população, pulverizado partidariamente, inconsistente ideologicamente e acuado pela Lava Jato. É preciso superar os traumas do impeachment e as fragilidades do governo, aparar arestas, apaziguar os espíritos e tomar as decisões inadiáveis para que o Brasil não perca definitivamente o "bonde da História".

No recesso, diante de realidade tão conturbada, fui a São João Del Rei buscar inspiração no velho mestre Tancredo, visitando seu memorial e

seu túmulo. Na crise de 1963, ele disse: "Que os ódios se retraiam, que as ambições se refreiem, para que possamos ter a mente tranquila e o pensamento limpo para buscar aquelas soluções que dizem respeito aos fundamentais interesses da Pátria". Pátria, esta palavra tão esquecida em nossos tempos. Em 1985, já eleito Presidente, afirmou: "Venho em nome da conciliação. Não podemos, neste fim de século e de milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições e em suas angústias, permanecer divididos dentro de nossas fronteiras".

Que o espírito de Minas, tão bem encarnado por Tancredo e também tão ausente hoje em dia, pavimente a nossa capacidade de negociar e criar consensos em torno da agenda de retomada do desenvolvimento.

Em 2017, as escolhas ditarão o futuro

Tempos nebulosos. O país mergulhado na maior crise de sua história recente. Os nervos à flor da pele. Desemprego batendo na porta de milhões de trabalhadores. Recessão profunda. Situação fiscal gravíssima. Juros estratosféricos. Investimentos, consumo e produção em queda. As vísceras da corrupção, sistêmica e institucionalizada, expostas à céu aberto. Crises políticas recorrentes. As feridas do impeachment ainda não cicatrizadas. Tropeços marcam o relacionamento entre os Poderes da República. A temperatura na sociedade é crescente. A insatisfação popular é evidente. A intolerância e o sectarismo explodem nas ruas e nas redes sociais.

A sociedade brasileira exige tolerância zero com a corrupção. Ela mina a confiança da população no sistema político. E é ele que pode produzir as decisões necessárias para tirarmos o país do atoleiro. Os espaços de diálogo se estreitam. A Lava Jato configura-se como processo irreversível que está passando o país a limpo.

Diante de tudo isso, resta a pergunta: o que fazer? Qual deve ser a ponte para o futuro?

A agenda que interessa à maioria da população é a retomada do desenvolvimento com a consequente geração de empregos, renda e bem-estar. Para isso, precisamos em 2017 promover os ajustes e as reformas necessárias. O ajuste fiscal foi iniciado com a PEC que limita a expansão do gasto público. Mas é pouco. São inadiáveis a inevitável reforma da previdência, a modernização das relações de trabalho, a simplificação de nosso injusto e anacrônico sistema tributário e uma profunda reforma política. Isso só será possível com um amplo diálogo

nacional e a construção de um novo pacto político e social.

Não há outro caminho a não ser fortalecer o Presidente Michel Temer e seu governo para que possam liderar a difícil travessia até as eleições de 2018, quando soberanamente a sociedade escolherá os novos rumos do país. O Governo Temer não se sustenta nas armas, no carisma populista de um líder ou nas urnas. Se legitimará e ganhará estabilidade pelo desempenho e resultados que produzir.

É preciso superar a instabilidade e a paralisia. E de nada adianta pescar em águas turvas ou apagar o incêndio da crise com gasolina. A proposta de antecipação das eleições presidenciais é inadequada e não contribui para a solução dos desafios que temos pela frente.

O Governo Temer é legítimo e ancorado nos princípios constitucionais. Apostar em seu fracasso é jogar contra o Brasil. Se algum acidente de percurso ocorrer, no momento certo haverá a discussão de alternativas. Mas agora o interesse público demanda diálogo, responsabilidade, construção de consensos e ação transformadora.

A democracia e a República correm riscos. Está em nossas mãos reinventar nossa democracia e recuperar a esperança perdida. Em tempos de turbulenta crise é melhor seguir o conselho do sambista: "faça como um velho marinheiro que, durante o nevoeiro, leva o barco devagar".

Feliz 2017, se possível!

Os setes desafios do ano

Diante da crise sem precedentes em que mergulhamos, parece que abrimos as cortinas e nos deparamos com um espelho mágico que nos revela, de forma nua e crua, a alma, a história e as vísceras de nossa autoimagem como Povo e Nação. Problemas crônicos, mazelas abertas há décadas, respostas adiadas, problemas não enfrentadas vêm à tona cobrando uma tomada de posição definitiva e corajosa.

A crise penitenciária demonstra a falência de nosso modelo penal e das políticas de segurança e a existência de um verdadeiro mundo paralelo, orquestrado por facções criminosas impressionantemente organizadas em escala nacional, que impõem "leis", "estatutos" e "práticas" à margem do Estado e da ordem constitucional.

Ao comemorarmos os dez anos da Lei do Saneamento Básico,

descobrimos que, em pleno Século XXI, metade da população ainda não tem seu esgoto coletado. A cada avaliação do ensino constatamos o descuido com a revolução educacional necessária e que nossas crianças e nossos jovens não aprendem adequadamente o domínio da língua, raciocínio matemático ou método para análise da realidade. O SUS vê definhando políticas públicas duramente conquistadas na perda de qualidade e na desativação de serviços e no aguçamento da judicialização da saúde como árbitro da escassez.

Chegou a hora da verdade. O país se encontra margeando o abismo, colocando sob ameaça o horizonte das novas gerações.

Michel Temer tem apenas dois anos de governo. O Brasil tem pressa, precisa e vai mudar. Só depende de nossas escolhas coletivas através de nossa representação política e do posicionamento da sociedade.

Em 2017 temos uma agenda complexa, polêmica, ousada e difícil. Podemos adotar a tática do avestruz, enfiar a cabeça na terra, desconhecer a crise e caminhar para o imponderável. Ou fazer as reformas e os ajustes para dar um salto rumo ao futuro.

Ao Congresso Nacional cabe discutir e votar quatro grandes reformas: a busca de um sistema previdenciário justo, sólido e sustentável; a simplificação tributária radical sem grandes pretensões redistributivas neste momento; a modernização das relações de trabalho diante de uma economia dinâmica e flexível; e, a mudança do sistema político eleitoral que aproxime a sociedade das decisões, democratize e dê transparência ao financiamento e ponha fim à balbúrdia partidária.

Ao Governo Temer cabe abordar firme e corajosamente três grandes prioridades, sem evidentemente descuidar de fazer mais e melhor com cada real em áreas como saúde, saneamento e moradia: melhorar o ambiente institucional para a volta dos investimentos e das parcerias com o setor privado enfrentando o desemprego, a recessão e o desequilíbrio fiscal; avançar na estratégica reforma educacional e levar à prática o plano nacional de segurança.

O lema de 2017 deve ser uma homenagem ao Senhor Diretas, Ulysses Guimarães: esperança e mudança.

Sumário

Discurso proferido na condição de candidato ao cargo de Presidente da Casa.

O SR. RODRIGO MAIA (Bloco/DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Deputadas e Deputados, antes do meu discurso como candidato, quero expressar os meus pêsames ao Presidente Lula e a sua família pelo falecimento da D. Marisa.

Quero também agradecer a todos os Deputados e Deputadas da base e da Oposição, que, nos últimos 7 meses, junto comigo, governaram a Câmara dos Deputados. Cada um com o seu ponto de vista, cada um com as suas ideias, conseguimos, com muito equilíbrio coletivo, com muita harmonia, conduzir os trabalhos desta Casa, num momento em que as relações pessoais, inclusive no plenário, eram de um radicalismo nunca antes visto na Câmara dos Deputados.

Acho que chegamos à data de hoje com um novo ambiente nas relações na nossa Casa e na relação da nossa Casa com o Poder Executivo e com o Poder Judiciário.

A independência entre os Poderes é fundamental, mas a sua harmonia também é decisiva para que, de forma equilibrada, a democracia representativa possa construir as soluções para o desenvolvimento do Brasil.

Muito se fala em fortalecimento da nossa Casa. Muito se fala em independência da Câmara dos Deputados. No entanto, mais uma vez, o ator principal da nossa eleição foi o Poder Judiciário, e, por incrível que pareça, por decisão dos próprios políticos. Essa é uma questão que vem, a cada dia, enfraquecendo a nossa Casa.

Com o PT no passado, com o PSDB, o DEM e o PPS, num passado mais recente, e agora, novamente, com o PT e, no processo eleitoral, com alguns adversários, todas as nossas decisões acabam sendo levadas ao Judiciário. Preparamos Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIs, ações contra Parlamentares e vamos para a porta da Procuradoria-Geral da República - PGR, para a porta do Supremo Tribunal Federal para dizer: aqui está a solução do problema da política.

É por isso que, dessa vez, até um juiz de primeira instância se levantou para se intrometer na nossa eleição. Para a felicidade da democracia, foi rejeitada a sua liminar, na segunda-feira seguinte a sua decisão.

Nós estamos falando sobre a independência e a força desta Casa. E as nossas ações nos levam, neste momento, a achar que um juiz de primeira instância poderia, inclusive, suspender o mandato de cada um de nós.

Quando se fala em uma Câmara forte, é preciso atuar para que ela seja forte. É por isso que os nossos problemas, os nossos embates precisam ser resolvidos aqui dentro. Assim, nós mostraremos ao Judiciário e ao Executivo que a Câmara exige respeito e quer a sua soberania garantida. (*Palmas.*)

Vivemos um momento, não apenas no Brasil, mas também em todo o mundo, de ataque à democracia representativa pelo rápido avanço da relação das pessoas entre si e com a política por meio das redes sociais. E nós precisamos construir, de forma rápida, uma estrutura para que a Casa possa ser defendida, para que a instituição possa falar com milhões de brasileiros que hoje ouvem apenas mentiras sobre este Parlamento. É fundamental que se construa esse novo momento, porque, fora da democracia representativa, há a ditadura.

Nós precisamos discutir e compreender, num novo momento de comunicação, que nem os próprios meios de comunicação formais entenderam ainda, de que forma o Parlamento e a política vão se relacionar com a sociedade, para que as pessoas recebam as informações acerca do nosso trabalho e, principalmente, para que defendamos a Casa de muitas mentiras difundidas de forma permanente nas redes sociais. Esse é um ponto fundamental.

Outra questão decisiva para que esta Câmara termine 2018 forte, próxima à sociedade, é que nós possamos transformá-la em uma Casa que prioriza e protagoniza reformas, em um Parlamento reformista, que entregue em 2018, por suas iniciativas e também pelas do Governo, um País crescendo, um País gerando empregos, com taxas de juros decrescentes, com menos de dois dígitos, porque as famílias estão endividadas, as empresas estão endividadas, os Estados estão endividados, os Municípios estão endividados.

Precisamos discutir o pacto federativo de forma definitiva. A Constituição transferiu a Estados e Municípios despesas e receitas, e a União nos tirou as receitas. Os Estados e Municípios hoje precisam estar em Brasília todos os dias com o pires na mão atrás de recursos

em cada um dos Ministérios. O pacto federativo é um debate decisivo.

A reforma política é urgente. Não nos podemos enganar. A sociedade espera um sistema eleitoral que legitime os nossos mandatos, que legitime a participação da sociedade e que possa trazer novos quadros para a política brasileira. Nós não temos condições de entrar na próxima eleição com um sistema que não tem financiamento, caro e anacrônico.

Eu tenho certeza de que a Casa, entre tantas proposições, precisa se debruçar sobre esses grandes projetos, sem dúvida nenhuma, com toda a tranquilidade e todo o debate.

Quando falei sobre recuperar a economia, eu não poderia deixar de me referir aos temas que virão a debate, mas que serão debatidos com toda a tranquilidade do mundo, que são a questão trabalhista e a questão previdenciária. Isso, tenho certeza, vai tirar o Brasil da situação de encilhamento e de crise nunca vista antes na nossa história. *(Palmas.)*

Quero mais. Se eleito for, se tiver a honra de continuar representando esta Casa e coordenando seus trabalhos, pretendo organizar de forma planejada as nossas atividades, valorizar o trabalho de cada um de nós, por meio da construção de condições para que aqueles milhares de projetos de Deputados que estão parados sejam votados, e dar racionalidade às votações, para podermos planejar, por 1 mês inteiro, as nossas vindas e saídas de Brasília. Espero também que possamos começar e acabar a nossa sessão cedo, pedido de vários Deputados, inclusive da Deputada Mara Gabrilli.

Também precisamos discutir a reforma do nosso Regimento. Que ele continue garantindo os direitos da Minoria, mas não permita que o cidadão, ao nos ver pela televisão, ache que isso aqui é um picadeiro. Que ele favoreça o debate, mas não requerimentos completamente improdutivos. Essas são duas questões fundamentais.

Deputados e Deputadas, que eu venho mais uma vez pedir o voto a cada um de V.Exas. para que nós possamos em conjunto continuar coordenando a Câmara e, em 2018, possamos dizer à sociedade brasileira que conseguimos, em conjunto, protagonizando as principais votações, tirar o Brasil de uma crise que vem de mais de 100 anos.

Eu tenho certeza de que, independentemente de ponto de vista ideológico mais à direita ou mais à esquerda, todos aqui têm o mesmo objetivo, o fortalecimento da Casa, principalmente com capacidade de diálogo, com harmonia, para que nós possamos participar dessa

recuperação tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista moral que o Brasil tanto espera.

Então, amigos e amigas, quero dizer a V.Exas. que para mim foi um orgulho presidir esta Casa nesses meses e conhecer melhor cada um de V.Exas. Presidir a Casa tem essa grande vantagem: nós passamos a conhecer a realidade de cada um dos Deputados, os problemas dos seus Municípios e dos seus Estados. É por isso que me considero hoje muito mais preparado do que estava da outra vez.

Agradeço muito a todos os partidos do meu bloco que me apoiaram, porque isso mostra a capacidade de dialogar e de conviver em harmonia que todos nós temos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Documento 53/76

306.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/11/2016- CD	09:54
Publ.: DCD - 25/11/2016 - 25	NELSON PELLEGRINO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aprovação, nos Governos do PT, de legislação de combate à corrupção. Importância de aprovação de reforma política para redução da corrupção. Solicitação ao Ministério Público de investigação da desvalorização de ativos da PETROBRAS, segundo balanço divulgado pela empresa.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, ontem, a Comissão Especial aprovou aqui a proposta das chamadas 10 Medidas contra a Corrupção.

Ninguém é contra, e a bancada do PT também não, combatermos a corrupção no Brasil; pelo contrário, o nosso PT, o nosso partido, o nosso Governo foi aquele que mais aprovou neste Congresso medidas de combate à corrupção. Toda essa legislação que nós temos hoje foi

aprovada no nosso Governo.

É evidente que as emendas que nós fizemos foram para aperfeiçoar o projeto, mas eu gostaria muito de ver outras medidas neste projeto, por exemplo, o fim do financiamento privado de empresas, a instituição do financiamento público e o voto em lista. Às vezes, parece-me que algumas medidas deste projeto combatem mais a febre do que a doença. E é nessa perspectiva que nós vamos trabalhar.

Mas, nestes tempos de combate à corrupção, em que o Ministério Público tem cumprido um papel importante, eu queria dar algumas informações para o Ministério Público para que ele fosse atrás. Fiz um pronunciamento, agora, e quero completá-lo dizendo que a direção atual da PETROBRAS acaba de divulgar um balanço segundo o qual há uma desvalorização de 60% dos ativos da empresa. Ora, os ativos foram avaliados em 2014 e em 2015. Nessa desvalorização há uma redução de 102,3 bilhões de reais, e isso causou impacto, inclusive, no balanço da empresa. Quer-se passar a ideia de que a PETROBRAS está quebrada, e isso não é verdade. Inclusive, o preço do petróleo está sendo recuperado.

Na verdade, o que a atual Direção da empresa quer, ao divulgar esse balanço com a desvalorização dos ativos, dizendo que a empresa está com prejuízo, é criar um cenário para as privatizações. Acabam de colocar no rol de privatizações o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, a Fertilizantes Araucária, termoelétricas, campos de petróleo, tudo isso sem licitação.

O Campo de Carcará foi vendido por 1 bilhão, e vale 30 bilhões. Agora, para esses ativos que estão sendo postos à venda, a avaliação está em torno de 16 bilhões a menos.

Ora, a Lava-Jato está dizendo que houve um prejuízo de 1 bilhão com o esquema da PETROBRAS, e nós estamos apontando aqui um prejuízo de bilhões. Só aqui são 16 bilhões a menos pelo que serão vendidos esses ativos, muitos deles sem licitação. Inclusive, foi por isso que uma juíza lá em Sergipe suspendeu a venda de dois campos em Sergipe e Alagoas, porque estava sendo feita sem licitação.

Então, aqui está um material muito importante para que o Ministério Público pesquise, porque o que se está fazendo é desmontar a PETROBRAS e vender a preço de banana o seu patrimônio. Isso é um prejuízo de bilhões de reais que está sendo dado ao País.

Nesse sentido, petroleiros do Brasil inteiro estarão se mobilizando amanhã e, na Bahia, estarei no edifício sede da PETROBRAS,

participando dessa mobilização. Denunciaremos esse desmonte da PETROBRAS, esse crime que está sendo praticado contra o maior patrimônio do povo brasileiro, que é a PETROBRAS.

Esta Casa infelizmente já aprovou a flexibilização em relação ao pré-sal, e esse golpe foi dado justamente para isto: para entregar a PETROBRAS e vender passivo.

Então há várias formas de se combater a corrupção ou de não se combater. Uma delas é com omissão, e não pode haver omissão no País quanto ao que está acontecendo neste momento com a PETROBRAS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 54/76

306.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 24/11/2016-10:50
Publ.: DCD 25/11/2016 - 35	- PEDRO UCZAI-PT -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crítica a não aprovação, pela Comissão de Cultura, do requerimento de convocação do Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, para esclarecimentos acerca de ingerência política e tentativa de obtenção de vantagens junto ao Ministério da Cultura. Defesa de mudança do sistema de financiamento de campanha eleitoral do País como instrumento de combate à corrupção política.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é um dia propício para se falar de corrupção, combate à corrupção e conjuntura atual.

Ontem o Presidente Michel Temer, com sua tropa de choque, colocou, na Comissão de Cultura, Deputados que nunca lá aparecem para discutir cultura, para que votassem contra a convocação do Ministro

Geddel Vieira.

Foi descoberto que o advogado Saraiva, da Comissão de Ética da Presidência de República, é também advogado da construtora do prédio onde o Geddel vai ser dono de um apartamento.

No dia 10 de outubro, Deputada Erika Kokay, um Deputado do PSDB do Mato Grosso, que fora recebido por Geddel, apresentou aqui um projeto de lei diminuindo o poder do IPHAN com relação ao patrimônio histórico do País.

Quem sabe as denúncias desses últimos 2 dias sobre Geddel não começam a produzir insegurança nos Líderes que disseram que confiam nesse Ministro? A cada dia, chegam mais denúncias contra ele. Não há só abuso de poder ou autoridade, pois começam a aparecer indícios e informações desde o tempo dos "anões" do Orçamento.

Nota-se uma hipocrisia dessa base do Governo golpista, que está discutindo ética e combate à corrupção aqui, mas não permite que um Ministro venha prestar esclarecimentos. Se está tudo certo, por que o Ministro não pode vir a esta Casa?

Também quero aqui manifestar que não há hipocrisia nenhuma no fato de as bancadas e os Deputados se manifestarem contra a anistia ao caixa dois. Isso é questão de decência na política.

Nós temos que enfrentar é o debate do financiamento privado de campanha. Esse é o centro, essa é a origem, essa é a fonte da corrupção do País. Nós temer que nos libertar disso. A política tem que se libertar dos financiadores de campanha.

As 10 Medidas contra a Corrupção não entram no centro do combate à corrupção. Só se fala em punição, em punir aqui e lá! Mas é preciso mudar o sistema de financiamento deste País, para que ele se dê de forma mais barata e mais decente.

É preciso discutir ideias, partidos, voto em lista, financiamento. É preciso fortalecer os partidos políticos, fortalecer o fim das alianças na proporcional e fortalecer o financiamento claro e público de campanha política. Assim, vamos evitar Operação Lava-Jato, caixa dois e corrupção no País.

Esse é o centro do debate, e não firulas de se querer punir aqui e lá.

Obrigado, Sra. Presidente.

Documento 55/76

302.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/11/2016- CD	14:50
Publ.: DCD - 24/11/2016 - 40	JOSI NUNES-PMDB -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Crítica à quantidade de partidos políticos registrados no Brasil. Importância da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, sobre a criação de cláusula de desempenho eleitoral para o acesso ao fundo partidário e ao tempo gratuito de televisão pelos partidos políticos e sobre o fim das coligações para as eleições proporcionais. Aprovação da matéria, em primeiro turno, pelo Senado Federal.

A SRA. JOSI NUNES (Bloco/PMDB-TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores desta Casa, senhoras e senhores, imprensa, quem acompanha o nosso trabalho sabe que um dos grandes temas que nos têm preocupado muito é com relação à reforma política. Defendemos uma verdadeira reforma, que tenha um sistema eleitoral mais democrático, conforme já expressamos aqui.

Eu tive a honra de ser titular da Comissão Especial que discutiu a reforma política no ano passado. Agora, temos outra Comissão, e tenho acompanhado todo o trabalho.

Uma das questões que nós temos questionado, desde que começamos a debater o assunto, é a grande quantidade de partidos que nós temos no Brasil. Por que, no Brasil, existem 35 partidos políticos, e nós temos ainda mais 30 outros processos no Tribunal Superior Eleitoral para se constituírem novos partidos? Eu acredito que esse grande número de partidos dificulta o bom funcionamento da democracia.

Sras. e Srs. Deputados, o Senado aprovou, no último dia 9, a Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, que prevê a criação de cláusulas de desempenho eleitoral, para que os partidos políticos

tenham acesso ao fundo partidário e ao tempo gratuito de televisão. A proposta determina ainda o fim das coligações para as eleições proporcionais, que definem os Deputados e Vereadores.

A proposta, aprovada em primeiro turno pelo Senado, exige que os partidos, a partir da eleição de 2018, tenham pelo menos 2% dos votos válidos para Deputado Federal em todo o País. Os partidos deverão conseguir 2% dos votos para Deputado Federal em, no mínimo, 14 Unidades da Federação.

Sendo assim, os partidos que não atingirem os requisitos mínimos de desempenho eleitoral serão obrigados a ter uma estrutura menor na Câmara, sem direito, por exemplo, a cargos de Liderança, a Parlamentares em Comissões Permanentes e a cargos na Mesa Diretora.

A PEC prevê também que, a partir das eleições de 2022, a taxa mínima de votos apurados nacionalmente seja de 3%, mantida a taxa de 2% em pelo menos 14 Unidades da Federação. No que tange às coligações, a PEC também determina o fim das coligações para eleições de Deputados Federais, Estaduais e Vereadores.

A matéria foi aprovada em primeiro turno, mas ainda precisa passar pelo segundo turno para, então, ser analisada pela Câmara Federal. Embora a PEC ainda não tenha chegado a esta Casa, eu proponho a todos os nobres colegas que reflitam sobre essas questões, principalmente sobre a cláusula de desempenho.

Alemanha, França, Espanha, Suécia, Itália, República Tcheca, Polônia, todos têm cláusula de barreira. Porque o Brasil não tem? Espero que nós possamos amadurecer essa proposta e, assim, votar uma matéria concreta que possa realmente fazer diferença no processo eleitoral do Brasil, tornando-o mais justo e mais igualitário para todos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Capitão Augusto) - Obrigado, Deputada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quem acompanha o nosso trabalho sabe que umas das bandeiras que temos defendido nesta casa é a reforma política, mas uma verdadeira reforma, que tenha um sistema eleitoral mais democrático conforme já nos expressamos aqui.

Tive a honra de ser titular da Comissão Especial que discutiu a reforma política no ano passado e, este ano, continuo acompanhando as discussões como ouvinte.

Uma das coisas que temos questionado, desde que começamos a debater este assunto, é a grande quantidade de partidos no Brasil. Aliás, esse é um questionamento feito por vários cientistas políticos do País. Por que no Brasil existem 35 partidos políticos, sendo que destes apenas 23 são representados no Congresso Nacional? Qual seria a necessidade de termos tantos partidos?

O mundo todo acompanhou as eleições presidenciais dos Estados Unidos, onde existem apenas dois partidos. Não quero aqui entrar no mérito do sistema eleitoral em si e muito menos no resultado destas eleições, mas uma coisa é preciso admitir: o fato de haver apenas duas legendas facilita muito o diálogo entre o eleitorado e o partido. No Brasil, acredito que esse grande número de partidos dificulta o bom funcionamento da democracia. Não vejo esse diálogo, infelizmente!

Vale lembrar que hoje mais de 30 outros processos estão em curso no Tribunal Superior Eleitoral - TSE para se constituírem novos partidos. Ou seja, se já é difícil um diálogo ideológico com 35 siglas, imaginem com mais de 50!

O Senado aprovou, no último dia 9, a Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, que prevê a criação de cláusulas de desempenho eleitoral para que os partidos políticos tenham acesso ao fundo partidário e ao tempo gratuito de televisão. A proposta determina, ainda, o fim das coligações para eleições proporcionais, aquela que define os Deputados e Vereadores.

Sabemos que a legislação eleitoral atual permite alianças entre os partidos para eleger Deputados e Vereadores. Por meio deste sistema, os votos obtidos pelas siglas são somados, e se elegem os candidatos mais votados da coligação.

A proposta, aprovada em primeiro turno pelo Senado, exige dos partidos, a partir da eleição de 2018, que eles tenham pelo menos 2% dos votos válidos para Deputado Federal em todo o País. Os partidos deverão conseguir 2% dos votos para Deputado Federal em no mínimo 14 Unidades da Federação.

Sendo assim, os partidos que não atingirem os requisitos mínimos de desempenho eleitoral também serão obrigados a ter uma estrutura menor na Câmara, sem direito, por exemplo, a cargos de liderança e a Parlamentares em Comissões Permanentes, além de cargos na Mesa

Diretora.

A PEC prevê também que, a partir das eleições de 2022, a taxa mínima de votos apurados nacionalmente será de 3%, mantida a taxa de 2% em pelo menos 14 unidades federativas.

No que tange às coligações, a PEC também determina o fim das coligações para eleições de Deputados Federais e Estaduais e de Vereadores. A atual legislação eleitoral permite alianças entre legendas para eleger Deputados e Vereadores. Através desse sistema, os votos obtidos pelas siglas unidas são somados, e se elegem os candidatos mais votados da coligação, de acordo com o número de cadeiras ao qual a coligação terá direito.

Caso a proposta seja aprovada, não haverá mais coligações na eleição proporcional, ou seja, serão eleitos aqueles que tiverem a maior votação.

A matéria foi aprovada em primeiro turno. Ainda precisa passar pelo segundo turno para, então, ser analisada pela Câmara Federal.

Embora essa PEC ainda não tenha chegado a esta Casa, eu proponho aos nobres colegas que reflitam sobre essas questões, principalmente sobre a cláusula de desempenho.

Não aprovar esse texto, não aprovar essas exigências é uma forma de admitir a criação de novos partidos. Temos que pensar nas dificuldades que já enfrentamos com relação ao diálogo com o eleitorado, bem como à governabilidade do País. Já pararam para pensar em como governar um País com 60 partidos? Já temos muitos partidos, e essa quantidade já passou da hora de ser repensada.

Países como a Alemanha, que tem um sistema eleitoral considerado dos melhores modelos a ser seguido pelo Brasil, têm a cláusula de barreira. A França, que tem o sistema eleitoral de listas fechadas nos distritos, também tem a cláusula de desempenho. Lá é preciso que os partidos obtenham pelo menos 5% dos votos dados, para conseguir representatividade. Espanha, Suécia, Itália, República Tcheca, Polônia e tantos outros países têm a cláusula de barreira. Porque o Brasil não tem?

Então, que nós possamos amadurecer essa proposta e, assim, votar com consciência.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que determine a transcrição deste nosso registro nos Anais desta Casa, a divulgação pelos meios de

comunicação do Poder Legislativo, bem como a sua reprodução pelo programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

Documento 56/76

302.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	23/11/2016-17:30
Publ.: DCD 24/11/2016 - 84	- ANDRES SANCHEZ-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Reflexão sobre momento político do País diante do elevado número de votos brancos e nulos e de abstenções no pleito municipal de 2016. Defesa de reforma do sistema eleitoral brasileiro, com adoção do voto em lista partidária preordenada e financiamento público de campanhas eleitorais. Necessidade de fortalecimento de vínculo político entre representantes e representados.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para fazer uma reflexão sobre o momento político vivido pelo País após as eleições municipais.

Como é do conhecimento de todos, os elevados percentuais de votos brancos e nulos e de abstenções estão a exigir dos representantes políticos uma avaliação cuidadosa das razões do atual desencantamento dos brasileiros com a democracia representativa.

Um primeiro ponto a destacar é a necessidade urgente de realizarmos uma reforma em nosso sistema eleitoral e partidário, visando não apenas aproximar os representantes dos cidadãos, como também tornar o sistema político, em todos os níveis da Federação, mais atento às reais necessidades da população brasileira.

Com esse objetivo, o Partido dos Trabalhadores tem defendido, historicamente, a adoção do voto em lista partidária preordenada e a adoção do financiamento público das campanhas eleitorais.

Essas mudanças são fundamentais para o aperfeiçoamento de nosso sistema político. A primeira, por permitir um voto partidário nas eleições proporcionais, com discussão efetiva e detalhada das propostas das diversas agremiações que disputam uma vaga no Parlamento. Ademais, a lista partidária preordenada também favorece a expressiva redução dos custos das campanhas eleitorais, pois elimina os gastos individualizados de milhares de candidatos a um mandato eletivo e cria a figura de uma única campanha coletiva por partido, muito mais barata e programaticamente efetiva.

Por sua vez, ainda que o financiamento das campanhas por pessoas jurídicas tenha sido considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, a questão do custeio da democracia ainda não foi equacionada adequadamente. Por essa razão, defendemos o financiamento público das campanhas eleitorais, com critérios claros e transparentes para a prestação de contas e a divisão dos recursos entre os partidos.

Essas mudanças são fundamentais na medida em que fortalecem o princípio partidário da representação política e permitem o adequado financiamento das campanhas, constituindo-se em instrumentos importantes para incrementar o vínculo entre os representantes e os representados. A relação com os fatos ocorridos nas eleições municipais é evidente, pois há alguma coisa de profundamente errado em nosso sistema representativo quando parcela significativa dos cidadãos decide não comparecer ao pleito ou não conferir um voto a um dos candidatos a um cargo eletivo, tal como ocorreu nos dois turnos das eleições para Prefeito.

Como foi fartamente noticiado pelos meios de comunicação, no segundo turno desta eleição, nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, a soma dos votos brancos, nulos e abstenções superou o total de votos recebidos pelos Prefeitos eleitos.

O mesmo fenômeno já havia ocorrido no primeiro turno das eleições na maior capital brasileira, a cidade de São Paulo. A dimensão da cidade oferece interessante quadro para interpretar os números que, em nossa avaliação, expressam um sentimento de rejeição à política e aos candidatos, detentores ou não de mandato eletivo. No maior colégio eleitoral dentre as capitais brasileiras, os 3.096.304 eleitores preferiram anular seu voto, votar em branco ou não comparecer à eleição. Em contraste, o Prefeito eleito em São Paulo fez 3.085.187 votos, 11.117 a

menos do que a soma dos votos nulos, em branco e abstenções.

No segundo turno, no Rio de Janeiro, a manifestação de protesto dos cidadãos também deixou sua marca inequívoca. Nesta cidade, 1.314.960 eleitores não compareceram às urnas, 149.866 votaram em branco e 569.536 anularam o seu voto, totalizando a importante soma de 2.034.362. Em contraste, o candidato eleito alcançou 1.700.030 votos, 334.332 a menos do que o somatório das abstenções e dos votos brancos e nulos.

Além desses resultados, que merecem a atenção de todos aqueles preocupados com a qualidade e a continuidade de nossa democracia representativa, cabe destacar também que em duas das principais capitais brasileiras, São Paulo e Belo Horizonte, os candidatos escolhidos pelos cidadãos se apresentaram aos eleitores como "não políticos", isto é, como não pertencendo à "classe política", ou se colocando em posição crítica em relação ao próprio conceito de política.

Trata-se, como é fácil perceber, de uma estratégia imediatista, que expressa e sobretudo estimula no eleitor um sentimento de rejeição do sistema político. Em vez de buscar as causas dos problemas, identificar pontos que poderiam ser aperfeiçoados em nosso sistema representativo, essa postura dificulta a superação de suas falhas e contribui para aumentar a desconfiança do cidadão em relação a tudo o que está vinculado ao campo político.

Ora, se estamos preocupados com o futuro da democracia brasileira, não podemos concordar com essa estratégia. O exercício do mandato eletivo, a despeito do que seja dito em uma campanha eleitoral, é e sempre será uma função política. Como as decisões políticas dos representantes afetam o conjunto da população, esta deve compreender que, antes de rebaixar a política, é necessário contribuir para que o sistema democrático efetivamente seja capaz de enfrentar os reais problemas da população.

Evidentemente, os cidadãos não devem abrir mão do espírito crítico no acompanhamento das atividades dos representantes eleitos. No entanto, é preciso reconhecer que o abandono da política às supostas decisões técnicas ou administrativas solapa um valor fundamental da democracia representativa: a convicção de que, por intermédio das escolhas coletivas de determinadas políticas públicas, é possível interferir positivamente no destino comum.

Por essas razões acreditamos que, com uma reforma política efetiva, capaz de fortalecer os vínculos entre representantes e representados e

afastar o discurso de despolitização dos conflitos coletivos e das escolhas dos candidatos nas eleições, seremos capazes de enfrentar os problemas coletivos que demandam decisões políticas que sejam tomadas em benefício da maioria da população.

Muito obrigado.

Documento 57/76

300.2.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 22/11/2016-17:06
Publ.: DCD - 23/11/2016 - 74 AFONSO MOTTA-PDT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PDT favorável a proposição relativa à adoção de medidas de combate à corrupção, em análise por Comissão Especial. Necessidade de preservação das garantias fundamentais no projeto. Preocupação com a criminalização da política. Expectativa de superação de divergências pela Comissão Especial destinada à análise de proposta de reforma política.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, telespectadores que nos acompanham, na verdade, estamos iniciando mais uma semana que merece muita atenção no Parlamento brasileiro, por conta de Comissões que estão ultimando seus trabalhos, em particular a Comissão que trabalha nas medidas contra a corrupção.

É claro que nós da bancada do PDT temos concordância com relação a esse conjunto de medidas. Há o arbítrio natural dos Parlamentares que entendem que um aspecto ou outro aspecto deve ser corrigido para que elas bem representem, além do combate à corrupção, as garantias fundamentais para o cidadão, para a cidadã, em especial aquelas que garantem o devido processo legal, que asseguram a privacidade, que evitam os excessos e são fundamentais para a democracia e para o Estado Democrático de Direito.

Nós todos esperamos que essa questão seja vencida, porque é uma questão que está na ordem do dia, que tem recebido a evidência da pauta da comunicação social, da mídia brasileira, que tem trazido para o debate outras questões que envolvem esse momento tensionado da

vida brasileira, recheado por delações, na expectativa de um dia a dia que acaba alcançando figuras até então proeminentes da vida pública nacional, ora um Governador, ora outro Governador, ora um Ministro, ora outro Ministro.

Sem dúvida nenhuma, esses fatos acabam contribuindo para a generalização da criminalização da política, do desmerecimento da política e dos partidos políticos.

Por isso, Sr. Presidente, esperamos vencer mais este momento, mais esta etapa, para continuarmos a dar a nossa contribuição. Já quase no final do ano legislativo, percebemos claramente que, com toda essa expectativa, na verdade, o Parlamento funciona a trancos e barrancos, como se diz na gíria.

Hoje mesmo, na oitava de contribuições, na Comissão da Reforma Política, da qual nós participamos, tivemos essa nitidez. Desejamos a reforma, a mais importante das reformas, mas que momento, que dificuldades, que desafios! Esperamos que este Parlamento consiga superá-los!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 58/76

300.2.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 22/11/2016-18:32
Publ.: DCD - 23/11/2016 - 92 MARCUS PESTANA-PSDB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Expectativas do orador diante da instalação da Comissão Especial da Reforma Política.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é necessário reinventar a democracia brasileira.

Nós iniciamos um novo esforço de reforma política. Foi instalada e teve seu plano de trabalho aprovado a nova Comissão Especial da Reforma Política. É a quarta Comissão sobre o tema da qual faço parte.

Tivemos tentativas frustradas em 2011, 2013 e 2015. Estou convencido de que, apesar da consolidação da democracia no Brasil, temos um dos piores sistemas do mundo e precisamos mudá-lo.

O assunto é extremamente polêmico e vale aqui a regra "cada cabeça, uma sentença". Cada Deputado ou Senador tem uma reforma política própria na cabeça. Sofremos de uma circularidade lógica perversa, na qual não resolvemos o problema porque temos o problema. Como fazer uma verdadeira e profunda reforma política com 27 partidos representados no plenário da Câmara? A construção de consensos substantivos acerca do tema é tarefa complexa e difícil.

De pronto é preciso aplainar o terreno e alinhar um conceito fundamental. A democracia tem valor universal e permanente. A liberdade é o caminho para a construção do futuro. Vale aqui a afirmação do grande estadista inglês: "*A democracia é o pior sistema, exceto todos os outros que foram experimentados*". Há submersas no universo político brasileiro, à direita e à esquerda, correntes que namoram o autoritarismo - neofascistas ou bolivarianos que conspiram contra a consolidação da democracia e da liberdade.

Trata-se de setores amplamente minoritários, mas o ovo da serpente tem que ser combatido a cada minuto.

Dito isso, é preciso reconhecer que a democracia implica a existência de um quadro partidário, eleições e candidaturas. E a democracia implica custos. "*Não há almoço grátis*", alertava o economista de Chicago. Portanto, há que se ter um modelo de financiamento da democracia.

O nosso sistema político-partidário e nosso sistema eleitoral vivem profunda crise. O esgotamento do atual modelo é visível. A grande incidência de abstenções, nulos e brancos nas últimas eleições é um sintoma. As revelações trazidas à luz pela Lava-Jato, outro.

Como não mudar um sistema, se 70% dos brasileiros não sabem sequer dizer o nome de seu Deputado um ano depois das eleições? Como não mudar as regras de financiamento, se a Lava-Jato criminalizou até o caixa um e a realidade da última eleição foi o império do autofinanciamento de milionários e o mascaramento do caixa dois por doações suspeitas de pessoas físicas? Como conviver com um quadro partidário disfuncional, pulverizado e fragmentado, que inibe decisões essenciais para o Brasil?

A Comissão deverá trabalhar até 2017. É importante a participação da sociedade. O trabalho da Comissão terá cinco eixos temáticos: a

representação da sociedade com a mudança do sistema eleitoral, a modernização e o fortalecimento do sistema partidário, o financiamento da democracia, os instrumentos de democracia participativa e os aspectos acessórios, como prazos, tempo de TV, regulamentação de pesquisas e instrumentos de propaganda.

Isso é muito importante. O Brasil precisa mudar. A reforma política é a mãe de todas as reformas. A democracia brasileira está consolidada, mas profundamente doente, e nós temos que ter a coragem de mudar.

Como disse, a Comissão deverá trabalhar até abril de 2017. Participe, opine, acompanhe, mobilize, pressione. É o futuro da democracia brasileira que estará sendo decidido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 59/76

300.2.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 22/11/2016-18:52
Publ.: DCD - 23/11/2016 - 96 LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Realização, pela Comissão Especial da Reforma Política, de audiência pública com a participação de Antônio Augusto de Queiroz, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP, de representante do Conselho Indigenista Missionário - CIMI e de Marcello Lavenère, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero informar que a Comissão Especial da Reforma Política realizou hoje uma importante audiência pública, que contou com a participação do Sr. Antônio Augusto de Queiroz, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP, de um representante do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, além do Dr. Marcello Lavenère, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Eles trouxeram importantes contribuições ao debate, o que indica, Sr.



Presidente, que a Comissão não vai frustrar mais uma vez a opinião pública, porque está começando exatamente por ouvir a base da sociedade, porque se preocupa inclusive em ampliar a democracia parlamentar brasileira, em garantir a democracia direta, a democracia participativa, com novos mecanismos, previstos na Constituição Federal, mas que até hoje não tiveram a eficácia necessária, por não terem sido devidamente regulamentados.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 60/76

300.2.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	22/11/2016-19:00
Publ.: DCD - 23/11/2016 - 99	GORETE PEREIRA-PR -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Análise dos resultados das eleições municipais de 2016 no Estado do Ceará, segundo registros do Tribunal Superior Eleitoral. Defesa de realização de reforma política no Brasil. Importância de maior representatividade da mulher na política.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

A SRA. GORETE PEREIRA (PR-CE. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Abraham Lincoln, Presidente dos Estados Unidos da América durante a Guerra Civil que assolou aquele país, dizia que "*a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo*". Hoje, depois um longo período de abertura e sucessivos Governos eleitos democraticamente, nós, brasileiros e brasileiras, podemos nos orgulhar, apesar de todos os problemas, de sermos também uma democracia.

Mas eu me pergunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando



teremos uma democracia plena, na qual o povo esteja de fato representado, em seus interesses e diversidade, seja nesta Casa, seja em todas as Prefeituras e Casas Legislativas deste País.

Uma democracia plena não pode deixar de fora aqueles a quem deveria representar, nem pode excluir maiorias hoje silenciosas que aguardam ansiosamente para se fazerem ouvir. Ao abafar as vozes que estão do lado de fora dos prédios do poder, estamos solapando o avanço da democracia e escondendo o Brasil real de nós mesmos e também do mundo todo, que olha cada vez mais para nós, neste momento da nossa história.

Nas últimas eleições, o Tribunal Superior Eleitoral registrou, em algumas cidades, elevadas taxas de abstenção e rejeição a todos os candidatos e candidatas do pleito. Em Fortaleza, Capital do meu Estado, o Ceará, se somarmos as abstenções, os votos brancos e nulos, chegaremos à cifra de 25,78% de eleitores que rejeitaram todos os candidatos. Na cidade de Ipueiras, também no meu Estado do Ceará, 31,64% dos eleitores sequer compareceu às urnas para depositar seus votos.

Muitas podem ser as causas desse elevado grau de abstenção, desde a desatualização dos registros eleitorais até eventualidades de cada cidade. Mas fico me perguntando, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se esses números também não revelam um recado para nós, a classe política, de que muitas pessoas já não se sentem representadas por este sistema, de que o Brasil real já não cabe no nosso modelo político e de que precisamos, de fato, mudar as regras do jogo.

E quando falo de mudanças, não falo de mudanças parciais, fragmentadas, mas de uma verdadeira reforma política, ampla e democrática, que faça o Brasil caber novamente nas Prefeituras, nas Câmaras de Vereadores e nas Assembleias deste País.

É assombroso constatar, por exemplo, que nós, mulheres, em pleno século XXI e constituindo a maioria da população brasileira, sejamos tão subrepresentadas no Parlamento e na política de um modo geral. No primeiro turno dessas eleições, apenas 12% das Prefeituras serão ocupadas por mulheres. Já nas Câmaras de Vereadores, esse percentual é de 13%.

Não é possível permitir que essa situação se arraste por muito tempo e que o Brasil de eleitores e eleitos seja tão diferente um do outro. É preciso dar condições e oportunidades dignas para que as mulheres conquistem o espaço que merecem na política e tragam para a política

seu conhecimento, suas vivências e experiências de vida, que certamente engrandecerão o debate público neste País.

Nesse sentido, é importante saudar iniciativas como a da Proposta de Emenda à Constituição nº 134, de 2015, que estabelece uma política de cotas para as mulheres no Parlamento brasileiro. Mas faço questão de ressaltar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que não podemos concordar com as cotas como sendo um favor, como uma concessão feita a nós, mulheres.

Segundo os últimos dados da PNAD, somos mais de 51% da população brasileira. Nas últimas eleições, segundo o TSE, fomos mais de 52% das eleitoras. Se somarmos esses números a todas as dificuldades que nós mulheres vivenciamos para participar da política, seja pela múltipla jornada de trabalho, seja pelo preconceito explícito ou velado que sofremos, nenhuma medida que vise a aumentar a participação da mulher no Parlamento deve ser vista como um favor. Deve ser vista, sim, como uma conquista, alcançada a duras penas pela nossa luta e pelo nosso vigor nesta Casa e em todo o Brasil.

Continuemos pensando, debatendo e encaminhando propostas, como a da referida PEC, para que todas as mulheres, especialmente as meninas que agora nos acompanham, saibam que podem sonhar alto, sonhar grande e mudar a realidade política e social desse País, na condição que merecem, na condição de protagonistas.

Muito obrigada.

Documento 61/76

293.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	16/11/2016-19:32
Publ.: DCD 17/11/2016 - 49	- CAETANO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de adoção de medidas pelo Presidente Rodrigo Maia para defesa da democracia. Inadmissibilidade da invasão do plenário por manifestantes defensores do regime militar. Importância de realização de reforma política.

O SR. CAETANO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu entendo que o Presidente desta Casa, o Deputado Rodrigo Maia, precisa tomar uma atitude enérgica em defesa da democracia, em defesa do Parlamento, em defesa da sociedade brasileira.

Eu vivi, a minha geração viveu todo aquele período da luta pela democracia. Nós enfrentamos a ditadura militar. Eu era estudante à época e fui para as ruas. Nós combatemos a ditadura militar, a ilegalidade que foi colocada pela ditadura militar contra os partidos políticos, especialmente contra os partidos comunistas e outros. Exílios foram impostos no nosso País.

Vidas foram ceifadas na resistência democrática deste País. Nós lutamos e vencemos! Conseguimos construir neste País um processo democrático ainda jovem, mas que amadurece a cada instante.

Independentemente de qualquer coisa, nós não podemos aceitar nenhum radicalismo no Brasil, a ponto de haver intervenção nas instituições, em qualquer setor da sociedade, como a violência que aqui foi praticada hoje contra a democracia brasileira por grupos extremistas.

Ninguém sabe de onde eles são. É preciso descobrir de onde vieram. Precisamos saber a matriz do que houve aqui e o que foi feito para criar aquele clima hoje neste Parlamento.

Apesar disso, o Parlamento brasileiro precisa tirar lições, aprender com as vicissitudes da vida e buscar melhorar, cada vez mais, o entendimento aqui dentro e, acima de tudo, promover a defesa da sociedade brasileira, a defesa da democracia, independentemente do partido a que pertença cada Deputado que esteja neste Parlamento.

É preciso que o Parlamento também se dê ao respeito e consiga fazer a reforma política. Espero que seja uma reforma verdadeira, que, de fato, atenda à consolidação da democracia brasileira!

Portanto, nós temos que apurar, de forma radical, o que houve, porque temos que consolidar a democracia no Brasil.

286.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/11/2016-15:48
Publ.: DCD 10/11/2016 - 75	- ESPERIDIÃO AMIN-PP -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Oportunidade da Câmara dos Deputados, na discussão da reforma política, de promoção de melhorias no sistema político-eleitoral brasileiro. Defesa de priorização da discussão sobre o fim das coligações nas eleições proporcionais e da criação de cláusula de desempenho, com vistas ao combate à proliferação de partidos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fiz questão de complementar o horário do Deputado Delegado Edson Moreira, pela admiração que tenho por S.Exa. e pelo fato de S.Exa. ter sido homenageado hoje na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em um incidente que eu não vou relatar aqui, para não tomar o meu próprio tempo.

Mas eu quero registrar uma preocupação. Este cenário político que temos diante de nós, na discussão da reforma política, é mais uma oportunidade que a Casa tem - e posteriormente o Congresso - de dotar de menos defeitos e de alguma virtude o nosso sistema político-eleitoral.

Hoje nós temos praticamente todos os defeitos, que se resumem na proliferação de partidos. Convenhamos, eles não expressam uma opinião, um programa, um conjunto de ideias para resolver o problema do País. Há uma pulverização de partidos, o que pode levar à morte o próprio interesse pela democracia, como aconteceu, por exemplo, na Alemanha, com a República de Weimar, a partir da proliferação de partidos e da inexistência de opiniões, para se debater, votar, aprovar ou não, no curso dos processos eleitorais.

A minha preocupação fica registrada aqui, e já a apresentei ontem na reunião da Comissão Especial da Reforma Política, por entender que, se nós listarmos 10, 12 ou 16 prioridades, não vamos chegar a lugar algum. Vamos continuar como estamos, em um sistema político-partidário pecaminoso e sistemicamente indutor da corrupção. Repito,

o sistema induz à corrupção.

Creio que nós conseguiremos dar curso àquilo que o Senado anuncia que vai deliberar hoje, qual seja: fim das coligações nas eleições proporcionais; cláusula de desempenho; e uma federação partidária que possa acolher, por prazo não inferior a 4 anos, os partidos que não consigam o desempenho previsto na cláusula de desempenho que mencionei.

Sem esses três elementos, e somente esses três elementos, nós não daremos o passo fundamental, crucial, para aliviar os equívocos que o nosso sistema político-partidário exhibe no Brasil hoje.

São os votos que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 63/76

281.2.55.O	Sessão Não Deliberativa de	01/11/2016-15:27
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 02/11/2016	HEITOR SCHUCH-PSB -RS	
- 18		
CÂMARA	DOS	PEQUENO
DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	EXPEDIENTE
		DISCURSO

Sumário

Cumprimentos aos candidatos eleitos no pleito eleitoral de 2016. Perplexidade com o volume de votos brancos e nulos e com o índice de abstenções. Defesa de debate de questões eleitorais com vistas ao aprimoramento das eleições de 2018. Apoio às campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul, de conscientização e prevenção do câncer de mama e do câncer de próstata, respectivamente.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputadas, estimado povo brasileiro, sintam-se todos saudados.

Nesta tribuna muito se fala, muito se propõe, mas também é o



momento de se fazer uma avaliação. Afinal de contas, o Brasil viveu, nesse último mês de outubro, as eleições municipais. Houve escolhas de vereadores e vereadoras, de prefeitos e prefeitas e também de seus respectivos vices.

Diante disto, agora que os votos estão apurados, os resultados estão declarados, os eleitos precisam ser cumprimentados e é preciso desejar-lhes boa sorte. Aqueles que não venceram, mas que contribuíram nesse processo democrático, precisam também ser elogiados pela disputa, cumprimentados pelo que fizeram e, certamente, levam uma grande lição para sua vida pessoal, política, particular, mas, ao mesmo tempo, um aprendizado enorme.

Sem dúvida, todos estamos um tanto perplexos com o resultado das eleições, que colocou em primeiro lugar, antes dos candidatos, as abstenções, os nulos e os brancos. Parece que essa foi a manifestação primeira do povo brasileiro nas suas mais diversas regiões deste País.

Aparece também com muita força, pela primeira vez na história recente da política nacional, a figura do não político, que não tinha filiação, que resolveu concorrer, e abre-se aí uma nova discussão em torno desse tema.

Diante disso, é importante também dizer que todas essas ações têm suas devidas reações. Olhando o que os analistas políticos escrevem e suas manifestações, parece que para esta Casa vêm algumas coisas que não foram feitas no ano passado, como a reforma política, que foi sepultada e transformada pelo ex-Presidente desta Casa, Deputado Eduardo Cunha, em uma minirreforma eleitoral. Ele não quis mexer naquilo que não lhe agradava.

Agora, vem este debate: voto facultativo ou voto obrigatório? Cláusula de desempenho ou liberdade de partidos? Daqui a pouco teremos 40 ou 50 registrados em condições de votar ou também de serem votados para mandato nesta Casa, nas Assembleias Legislativas e no Brasil afora.

Há também a discussão do fim das coligações. Afinal de contas, time que não entra em campo perde a torcida, e quem não tem jogador não entra em campo. Essa discussão está madura para ser feita? Por que ela não foi feita antes, já que não faltaram propostas nesse sentido?

Também há o quesito de que o mandato deve ser dos mais votados. Se em uma Câmara de Vereadores há nove Vereadores, não interessam as coligações, mas sim quem tem mais votos, que merece o mandato, o que também é uma frente que está se abrindo. Ou seja,

esta Casa já está sentindo as primeiras reações deste debate eleitoral, desta eleição que, repito, colocou em primeiro lugar aqueles que não querem votar ou votaram em branco, que se abstiveram ou anularam seu voto.

Portanto, temos aqui, sem dúvida nenhuma, uma discussão para ser feita com urgência, até porque 2018 é logo ali, e, em 2018, essas regras deverão estar vigendo para que a Justiça Eleitoral faça eleição com base nessas regras. Que os partidos e os candidatos possam se organizar a partir dessas questões!

Portanto, Sr. Presidente, acho que estamos nos encaminhando já, agora em novembro, que é também o Novembro Azul. Parabéns ao Outubro Rosa, que teve, sem dúvida nenhuma, uma participação muito grande das pessoas. Que assim possa ser também novembro!

Nos meses de novembro e dezembro, aqui nesta Casa, certamente, temas polêmicos estarão na pauta. Um exemplo é a reforma do ensino médio. É esse o projeto? Precisa de mudanças? Quem pode nos ajudar a tomar a decisão mais certa? Outro exemplo são as dez medidas contra a corrupção, que estão em debate aqui nesta Casa. Estão maduras para serem votadas?

Portanto, concluo dizendo que essa eleição, para mim, foi importante no sentido de entender que o povo brasileiro apostou, mais uma vez, na mudança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Heitor Schuch, do PSB do Rio Grande do Sul.

Documento 64/76

281.2.55.O	Sessão Não Deliberativa	de	01/11/2016-15:33
	Debates - CD		
Publ.: DCD - 02/11/2016	ÁTILA LINS-PSD -AM		
- 19			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO	

Sumário

Defesa de aprovação, no Congresso Nacional, de mudanças na legislação político-eleitoral no Brasil. Trabalhos legislativos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para debate sobre a reforma política.

O SR. ÁTILA LINS (PSD-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo hoje esta tribuna cheio de esperança de que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ainda neste final de ano, votem importantes mudanças na nossa já superada legislação político-eleitoral. São alterações exigidas, há mais de 2 décadas, para a modernização das regras que norteiam as atividades políticas em nosso País.

Estou no exercício do meu sétimo mandato de Deputado Federal, representando o Estado do Amazonas. Portanto, estou neste plenário, há 26 anos, ouvindo, reiteradamente, Deputados defendendo com veemência a necessidade de se promover uma ampla e profunda reforma política, definida como a "mãe das reformas".

Inúmeros projetos de lei e propostas de emendas constitucionais foram apresentados e amplamente analisados, mas, na hora da votação, nada aconteceu, e quase sempre por absoluta falta de consenso ou por falta de interesse político das lideranças partidárias e dos que exerciam o poder naquela oportunidade. Poucas - reduzidas mesmo - propostas foram aprovadas, e eram tímidas nos seus objetivos, eram tão apenas destinadas a atender problemas do momento. Reformas estruturais para mexer, para valer, como as regras político-eleitorais, não conseguiram avançar. Elas continuam esquecidas nos escaninhos da Câmara e do Senado.

Hoje, noto aqui no Congresso Nacional um clima bem diferente, inteiramente favorável à votação da reforma política de que tanto o Brasil precisa. Essa mudança, evidentemente, deve-se à decisão conjunta dos Presidentes da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, e do Senado, Senador Renan Calheiros, de levar adiante as votações das mudanças sempre reclamadas. Essa decisão e essa vontade política faltaram no passado. Os dois Presidentes estão sendo apoiados, de forma decisiva, pelas Lideranças partidárias nas duas Casas do Congresso Nacional.

Na Câmara, na semana passada, foi instalada uma Comissão Especial para discutir temas da reforma política. A Comissão está sob o comando do Deputado baiano Lucio Vieira Lima e tem como Relator o Deputado paulista Vicente Candido. São dois Parlamentares experientes e dispostos a levar adiante votações tão importantes. Pelas declarações de ambos os Deputados, a prioridade será para a



mudança do nosso sistema eleitoral. Na pauta, estão temas como o voto distrital, listas fechadas e regras para o financiamento das campanhas eleitorais. A Comissão da Câmara tem reunião marcada para a próxima semana, para definir o roteiro dos trabalhos. Estaremos na expectativa dessa decisão.

O Senado, por seu lado, marcou sessões para os próximos dias 9 e 23 de novembro, para votação de várias propostas. Uma delas é a instituição da chamada cláusula de barreira, ou seja, medidas para conter a proliferação de partidos. Como está não pode continuar. Hoje, 35 partidos são reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, 28 deles representados na Câmara. O que mais assusta é o que está por vir. Estão em andamento processos para criação de mais duas dezenas de legendas. É evidente que estamos diante de um cenário espantoso: a pretensão de criar mais partidos unicamente para se fazer negócios, transformando essas legendas em "barrigas de aluguel".

Outra proposta a ser votada pelos Senadores é a que coloca um fim nas coligações proporcionais, ou melhor, na reunião de legendas para a eleição de Deputados e Vereadores. Em relação a esse tema, tenho uma opinião formada. Sou favorável ao modelo que permite a eleição dos candidatos mais votados, independentemente de partidos. Não pode continuar o que acontece hoje: um candidato muito bem votado traz consigo para a Câmara Federal candidatos com votações pírias, deixando de lado candidatos com maior número de votos. É o chamado, Sr. Presidente, voto majoritário.

Antes mesmo de ser Presidente da República, como Vice-Presidente e como Presidente do PMDB, Michel Temer já defendia a tese do voto majoritário, o famoso distritão. Com isso, não precisaria mais haver coligações partidárias, bastava os partidos colocarem os seus candidatos, e aqueles mais votados seriam automaticamente eleitos, sem precisar do famoso coeficiente eleitoral, da famosa aglomeração de legendas. Enfim, o modelo seria o voto majoritário, e nós acabaríamos com os problemas de coligações partidárias, com o problema de termos que fixar coeficiente eleitoral e ainda com a situação corriqueira de Deputados com grande votação trazerem para esta Casa companheiros com votações pequenas, já que a sua votação larga vai proporcionar e propiciar que possa ser eleito o maior número de Deputados pela sua legenda ou pela sua coligação.

Outro tema que também será estudado pelos Senadores - e nós esperamos que seja apreciado e aprovado para vir a esta Casa - é o financiamento das campanhas eleitorais, que é um dos mais importantes temas da reforma política. Temos que encontrar um

modelo de doações que não interfira nos resultados.

Sr. Presidente, acho que o modelo adotado nas eleições municipais deste ano de 2016, em que ficou terminantemente proibida a doação empresarial, não deu certo. É preciso que nós examinemos um modelo que se possa caracterizar como modelo misto, em que haja o financiamento público através dos partidos, mas também o financiamento empresarial, que possa proporcionar aos candidatos condições para arcar com as despesas de uma campanha política. É claro que nesse modelo deve haver regras rígidas a serem obedecidas para que se impeça uma doação muito grande para determinados candidatos e com isso se gere uma situação em que o poder econômico fale mais alto.

Sras. e Srs. Deputados, existe um consenso nesta Casa de que o atual modelo político se exauriu, não adianta votarmos remendos. As ruas estão pedindo reformas para valer. Este recado foi dado nas últimas eleições municipais.

Portanto, Sr. Presidente, são essas considerações que faço em relação a esse tema, que há de se tornar palpitante, porque sobre a reforma política, como dizem ser a mãe das reformas, haverá ainda muitos debates nesta Casa, exatamente em função da necessidade que tem o País de oferecer à população uma reforma capaz de fazer com que tenhamos normas legais duradouras. Temos, desse modo, muitos itens que haverão de ser debatidos.

Eu espero que esta Comissão Especial, já designada pelo Presidente da Câmara, possa realmente trabalhar incansavelmente para oferecer ao País algumas normas efetivas e possamos ainda aprová-las para que entrem em vigor nas eleições nacionais que se realizarão em 2018.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Átila Lins.

63

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Elogio à Câmara dos Deputados pela aprovação de matéria relativa ao ajuste fiscal, necessário para o desenvolvimento do País. Expectativa de discussão e aprovação de reformas pela Casa.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, atendendo à solicitação de V.Exa., quero elogiar a Casa, todos os Deputados e Deputadas que estiveram, desde segunda-feira, neste mês, discutindo, debatendo e votando a matéria que é a mais importante do momento: o ajuste fiscal.

Cada um cumpriu com o seu papel: a base do Governo votou o que tinha que votar; a Oposição fez o trabalho que tinha que fazer, de forma dura, contundente, radical. Assim, nós chegamos à aprovação da matéria. Isso significa que o Governo tem base e tem sustentação, o que tem um reflexo importante perante a sociedade, a economia brasileira e a economia internacional.

Agora, o primeiro passo foi dado. Vêm a reforma previdenciária, a reforma trabalhista, a reforma política, e a mãe de todas reformas, que é a tributária, da Comissão que é presidida pelo Deputado Hildo Rocha e relatada por mim. Nós vamos nos concentrar nas reformas deste País.

Documento 66/76

276.2.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -26/10/2016-
CD 14:06

Publ.: DCD - 27/10/2016 -
63 LINCOLN PORTELA-PRB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à apreciação da proposta de reforma política no presente ano de 2016.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, nobre Presidente, Deputado Carlos Manato.

Sras. e Srs. Parlamentares, durante as eleições, entre o primeiro turno e o segundo turno, votamos matérias como o Projeto de Lei Complementar nº 257, uma matéria pesada e a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, que também foi uma matéria de muito peso. Os companheiros sabem qual foi o meu posicionamento. E falamos agora em reformas trabalhista e tributária, que são reformas extremamente pesadas, mas necessárias para o Brasil.

Por certo, acerca dessas reformas, chegaremos a um acordo para o Brasil, para as trabalhadoras brasileiras e os trabalhadores brasileiros, sem extremos: nem o extremo da direita, nem o extremo da esquerda, nem o extremo do centro-esquerda.

Mas este momento me causa certa preocupação. E eu já andei conversando com alguns Parlamentares que têm certo peso político na Casa. Estamos no fim do ano e, terminado agora o segundo turno das eleições, já falamos mais uma vez em reforma política.

Esse tema me traz uma séria preocupação. Por quê? Eu já fiz parte de várias Comissões sobre reforma política. Estou na Casa há 18 anos e, pelo menos há 14 anos ou 15 anos, trabalho com reforma política e falo de reforma política. Essa é uma matéria que não pode ser votada de maneira açodada.

Em relação ao que não deu certo nestas eleições, já vamos começar a trabalhar este ano ainda, para que no ano que vem comece a ser elaborado algo para dar certo. Não dará certo se, açodadamente, como eu já disse, colocarmos essa matéria para ser votada, porque não há consenso, de maneira nenhuma, naquilo que está sendo proposto na reforma política e nas surpresas que virão na Comissão.

Eis o grande problema: na Comissão nós temos juristas, constitucionalistas e pessoas que têm um sentimento pessoal sobre reforma política; e, de repente, nós teremos um problema sério na Casa, a menos de 2 meses do final do ano e com vários feriados, como os dois feriados do mês de novembro. Será impossível tratar em plenário de reforma política.

Eu tenho conversado também com vários Parlamentares com idade acima de 65 anos, que não estão conseguindo ficar em plenário. Dessa maneira, cai a qualidade do voto. O plenário é insalubre. Não sei como anda a limpeza do ar-condicionado - e fica aqui apenas um

questionamento; o carpete tem vírus e bactérias de todo o Brasil; e, às vezes, por mais que os sonoplastas estejam atentos, ouvimos um som estridente nos nossos ouvidos. Se ficarmos pelas madrugadas votando uma reforma política que grande parte dos partidos não quer que seja votada da maneira como está, nós teremos mais um problema na Casa, e não poderemos nos dedicar devidamente à reforma tributária e à reforma previdenciária. Por certo, principalmente quanto à reforma previdenciária, deve-se começar alguma coisa neste ano, para que se vote no ano que vem.

Mas reforma política agora? É hora de colocar a cabeça no lugar. Há várias matérias aqui na Casa que precisam ser votadas. Sempre que tratarmos de reforma política será mais ou menos como técnicos da Seleção Brasileira. Temos 200 milhões de técnicos da Seleção Brasileira. Duzentos milhões de brasileiros dão o seu posicionamento e gostariam que a reforma política fosse da maneira como eles pensam ou como alguns grupos pensam.

Eu estava na Presidência da CLP, a Comissão de Legislação Participativa, e fiquei abismado com os pontos que alguns movimentos de rua - os quais respeito e sempre recebi muito bem - colocaram na reforma política. Havia pessoas acampadas em frente à porta do plenário e do lado de fora, perto do espelho d'água, que diziam que não sairiam enquanto não acontecesse a reforma política.

Então, neste ano, a reforma política não deve ocorrer em hipótese alguma. Que esta Casa tenha a devida condição, a devida consciência e o entendimento de que não deve tratar de reforma política. Pode até tratar em Comissão. Não é o momento adequado. No ano que vem nós conversamos sobre isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 67/76

271.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/10/2016- CD	17:42
Publ.: DCD - 25/10/2016 - 157	WEVERTON ROCHA-PDT -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Necessidade de discussão, no âmbito da Comissão Especial da Reforma Política, da atuação dos institutos de pesquisa. Críticas à influência do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - IBOPE sobre o eleitorado.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, estamos nos aproximando do fim do segundo turno das eleições de 2016. Esta Casa está instalando uma Comissão que vai discutir uma nova reforma política, e eu quero trazer um tema importante: a questão dos institutos de pesquisa.

Não é possível que, em pleno século XXI, nós ainda permitamos que institutos baguncem o pleito eleitoral, induzam de forma proposital o eleitor a cometer erros. Nós sabemos muito bem que ainda existe grande número de eleitores que acabam recorrendo ao voto útil - votam em quem está na frente, em quem tem chance de ganhar. Alguns institutos então promovem um desserviço à nossa democracia, como, por exemplo, o IBOPE, que no meu Estado tem a capacidade de errar em suas previsões eleitorais e ajudar alguns. É impressionante essa capacidade do IBOPE.

Em 2006, o IBOPE foi à televisão dizer que quem iria vencer a eleição seria Roseana Sarney, mas quem venceu foi Jackson Lago; em 2008, disse que quem iria vencer a eleição seria Flávio Dino, no segundo turno, mas quem venceu foi João Castelo; em 2010, disse que iria haver segundo turno, mas não houve, Roseana Sarney ganhou no primeiro turno; em 2012, disse que João Castelo estava eleito, mas quem ganhou foi Edivaldo Holanda Júnior.

O SR. VITOR VALIM - No meu Estado, o PDT é quem compra o IBOPE.

O SR. WEVERTON ROCHA - Em 2014, o IBOPE disse lá no Maranhão que Edinho Lobão estava bem perto de Flávio Dino, e Flávio ganhou com quase 70% dos votos; disse que Gastão Vieira se elegeria Senador, e quem ganhou foi Roberto Rocha.

Eu fui buscar no Youtube uma entrevista em que Ciro Gomes diz assim: "*O Montenegro, do IBOPE, vende até a mãe dele*". Não sou eu quem está dizendo, foi Ciro Gomes quem disse que...

O SR. VITOR VALIM - No Estado do Ceará, Ciro Gomes se baseia no IBOPE para defender o candidato dele.

O SR. WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, por favor, recomponha o

meu tempo. Eu estou com a palavra. A palavra é do PDT. Neste tempo eu falo o que eu quiser. A tribuna me permite isso.

No Ceará, na eleição passada, aconteceu a mesma coisa: o IBOPE prejudicou Heitor, que era o nosso candidato. Lá, o IBOPE lhe deu 12% de intenções de voto, e, quando abriram as urnas, ele teve 22% dos votos - por causa de 2%, ele não foi para o segundo turno. Agora, nesta eleição, o nosso Prefeito vai vencer lá.

Vamos vencer também em São Luís. Há 10 dias, segundo pesquisa do IBOPE, o nosso adversário estava 8 pontos à frente. Não há um instituto de pesquisa do Maranhão que diga que nosso candidato não esteja à frente com quase 10 pontos. Ou seja, de novo o IBOPE vai ser desmoralizado em São Luís, porque vai errar. Vai errar por um simples motivo: ele não pode fazer isso só com a *Globo*, tem que combinar com povo. Quem vota, quem elege é S.Exa. o povo.

Por tudo isso, Sr. Presidente, nós temos que discutir na Comissão da Reforma Política a questão das pesquisas eleitorais. Não é só no Maranhão, não, em vários Estados o IBOPE é exemplo de desserviço à democracia.

Se instalarmos nesta Casa uma CPI sobre os institutos de pesquisa, é óbvio que vamos descobrir que houve sim - há até hoje - compra de resultados, até porque essas empresas são privadas. Empresa privada só tem um objetivo final: o lucro.

Então, é preciso regras. Por exemplo, 15 dias antes da eleição deve ser proibida a divulgação de pesquisas, para que o eleitor esteja à vontade para fazer sua escolha e as campanhas eleitorais tenham suas pesquisas internas e desenvolvam as suas táticas, as suas estratégias eleitorais.

Documento 68/76

262.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/10/2016-12:30
Publ.: DCD 20/10/2016 - 54	- GILBERTO NASCIMENTO (PRESIDENTE)-PSC -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE



Sumário

Leitura de atos da Presidência de alteração do quantitativo de membros da Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à reforma política e de constituição do referido colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário dos seguintes

Ato da Presidência

Em aditamento ao Ato da Presidência que criou a Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à Reforma Política, esta Presidência resolve alterar o número de membros da Comissão para 34 (trinta e quatro) membros titulares e igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 19 de outubro de 2016.

Waldir Maranhão
Primeiro-Vice-President

e da Câmara dos Deputados

no exercício da Presidência

Ato da Presidência

Nos termos da alínea m do inciso I do art. 17, c/c o inciso II do art. 22, todos do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à Reforma Política, e

Resolve

I - designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os

Deputados constantes da relação anexa;

II - convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 19 de outubro, quarta-feira, às 14h30, no Plenário 02 do Anexo II.

Brasília, 19 de outubro de 2016.

Waldir Maranhão
1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE, ESTUDO E FORMULAÇÃO DE PROPOSIÇÕES RELACIONADAS À REFORMA POLÍTICA:

PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

Titulares: Antonio Bulhões, Daniel Vilela, Efraim Filho, Elmar Nascimento, Lucio Vieira Lima, Mauro Mariani, Paulo Pereira da Silva, Pr. Marco Feliciano, Renata Abreu, Sergio Souza, Wilson Filho, 4 vagas.

Suplentes: Andre Moura, Antônio Jácome, Benito Gama, Hildo Rocha, Hugo Motta, Kaio Maniçoba, Marcelo Castro, Márcio Marinho, Marcos Rogério, Zé Silva, 5 vagas.

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB:

Titulares: Edio Lopes, Lúcio Vale, Odorico Monteiro, Orlando Silva, 6 vagas.

Suplentes: José Rocha, Milton Monti, 8 vagas.

PSDB/PSB/PPS/PV:

Titulares: Evandro Gussi, Marcus Pestana, Paulo Martins, Rubens Bueno, 3 vagas.

Suplentes: Antonio Carlos Mendes Thame, 6 vagas.

PDT:

Titular: Afonso Motta.

Suplente: Weverton Rocha.

PSOL:

Titular: Luiza Erundina.

Suplente: Chico Alencar.

REDE:

Titular: Alessandro Molon.

Suplente: Aliel Machado.

Documento 69/76

262.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/10/2016- CD	13:44
Publ.: DCD - 20/10/2016 - 82	AFONSO MOTTA-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Expectativas diante da apreciação pela Casa da proposta de reforma política. Presença em Brasília, Distrito Federal, do Prefeito e da Vice-Prefeita eleitos do Município de Sant'Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, Ico Charopen e Mari Machado, respectivamente.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, embora o dia todo tenha sido tenso por conta do fato político que envolve o ex-Presidente Eduardo Cunha, daqui a pouco vamos ter a instalação de

uma Comissão Especial que vai tratar da reforma política nesta Casa.

É claro que recebemos essa iniciativa com as reservas do momento. Está-se estabelecendo um debate público nacional sobre o funcionamento da política no nosso País, o seu regulamento, os seus sistemas, o melhor que se possa aperfeiçoar para qualificar a participação popular através do voto, as escolhas e a definição de até que ponto todas essas referências que estão no debate, principalmente as negativas, serão determinantes no futuro.

Mas é importante que se diga que, apesar dessa reserva e dos muitos questionamentos que temos com relação ao resultado final, vamos debater a matéria que deve vir do Senado.

Inicialmente, há um compromisso de essa matéria ser apreciada no início do mês de novembro. Ele trata das coligações proporcionais, da criação das federações, caso sejam proibidas as coligações proporcionais, e das cláusulas de barreira.

Sem dúvida nenhuma, essa matéria vai merecer um debate aprofundado por parte desta Casa, quando chegar à Câmara, vinda do Senado. De nossa parte, numa espécie de referência, para não dizer que houve um entendimento, na reunião realizada recentemente entre as Lideranças da Câmara e as Lideranças do Senado, da qual V.Exa. participou, vamos fazer um esforço para debater o sistema do voto e também apreciar a questão dos financiamentos de campanha.

Nós somos daqueles que entendem que não há espaço para o retorno do financiamento privado, empresarial, e que há pouco espaço para que no financiamento público se determine que novos recursos sejam aduzidos àqueles que já compõem o Fundo Partidário. Mas, sem dúvida nenhuma, é um debate pertinente para organizarmos também essa que foi uma referência da recente eleição municipal: a utilização do Fundo Partidário para financiar parte das campanhas, se não todas elas.

Então, nesse debate que vamos iniciar aqui na Casa, com certeza não vamos nos permitir - aliás, essa é a referência inicial - pensar uma grande reforma - porque as grandes reformas não têm tido resultado, e nós não temos conseguido lograr êxito -, mas fazer o debate e construir algo que qualifique mais a vida política do nosso País, tão questionada pelo resultado eleitoral e tão questionada neste momento pelo conjunto de fatos que têm assolado o País no dia a dia.

Quero encerrar fazendo mais uma vez referência ao meu Prefeito de Sant'Ana do Livramento, Ico Charopen, e à minha Vice-Prefeita de

Sant'Ana do Livramento, Mari Machado, que nos prestigiam aqui e vêm a Brasília buscar recursos, como fazem tantos Prefeitos.

Documento 70/76

262.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/10/2016- CD	13:44
Publ.: DCD - 20/10/2016 - 84	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio ao requerimento de urgência para apreciação do projeto sobre a acessibilidade na Câmara dos Deputados. Anúncio de obstrução da votação do projeto sobre a exploração de petróleo na camada pré-sal. Posicionamento acerca da reforma política. Fundamentos para a prisão do ex-Deputado Eduardo Cunha. Denúncia de perseguição ao ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Críticas à Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, sobre a instituição do Novo Regime Fiscal. Não reconhecimento pelos líderes dos países integrantes do BRICS da legitimidade do Presidente Michel Temer.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu inicio respondendo ao apelo do Deputado Imbassahy, Líder do PSDB: muitas vezes, o problema de se votar uma urgência é a conformação do conjunto da pauta.

Colocam na pauta o requerimento de urgência e, junto, o projeto do pré-sal. Todo mundo aqui sabe que nós vamos obstruir a pauta em função do pré-sal, porque nós não queremos concluir a votação do pré-sal. Há três destaques a serem votados.

É um projeto que, obviamente, abre o caminho do nosso petróleo às multinacionais, às grandes petroleiras internacionais, particularmente às americanas, que deslumbram o nosso Ministro das Relações Exteriores, José Serra.

Portanto, o nosso problema não é com o projeto, nem com a urgência do projeto da Deputada Mara Gabrilli; o nosso problema é obstruir a

sessão para não concluirmos a votação do pré-sal.

Que isso fique claro, porque a defesa da acessibilidade, a defesa das pessoas com deficiência neste País sempre foi bandeira nossa; não é bandeira deste Governo, que retirou os recursos das crianças com deficiência nas creches.

Parece-me que o PSDB deveria se voltar contra o Governo Temer para dizer a ele que não vai aceitar o veto e vai derrubá-lo aqui. Isso, sim, é, no concreto, dar apoio às pessoas com deficiência no Brasil sem se curvar ao comando de um Governo que comete perversidades, comete crimes contra o povo brasileiro e contra os seus direitos.

Outra questão que eu gostaria de citar, reafirmando a preocupação do Deputado Afonso Motta, é a reforma política.

De fato, hoje o Congresso Nacional e a sociedade querem e precisam repensar o Estado brasileiro. Temos que pensar o sistema de justiça; temos que pensar o Legislativo; temos que pensar as propostas políticas em relação ao funcionamento do Executivo; e a reforma política, sim, temos que pensar.

A minha preocupação, na complexidade do momento político, é acelerarmos sem um debate profundo uma reforma política para restringir ainda mais a democracia.

Nós também somos contra legendas de aluguel, negociações com os tempos de tevê, tudo aquilo que tem manchado a história dos partidos no Brasil. No entanto, é preciso termos muita tranquilidade e responsabilidade ao debater a reforma política, porque podemos chegar ao ponto de tirar ou excluir da cena política partidos ideológicos, que não são tão grandes quanto o PMDB ou o PSDB, mas que têm história, que têm vida, que têm militância, que têm projeto de Brasil e que, como o nosso, enfrentaram, muito mais do que outros, a luta pela liberdade no nosso País.

Então, é uma preocupação política que nós tenhamos de fato responsabilidade ao debater a reforma política. E, inclusive, não devemos nos limitar a ela; nós devemos rediscutir o Estado brasileiro, o sistema de justiça.

Nesse aspecto em particular, Sr. Presidente, quero aqui reafirmar a minha preocupação com a atuação de parte dos agentes públicos no Brasil. No caso de Lula, nosso ex-Presidente, o Ministério Público vai para uma entrevista coletiva e diz: "*Não tenho provas, mas tenho convicção*". E, a partir disso, sem nenhuma notícia, sem nenhum fato

novo, sem nenhuma prova, há uma perseguição aberta, seletiva.

Ética não é bandeira, é obrigação. Nós não temos nenhum compromisso com corruptos ou com corrupção. Ao contrário, achamos que é preciso apurar, investigar e dar direito de defesa; se for o caso, condenar e punir - punir como o Código Penal determina. No entanto, isso tem que servir para todo mundo - para todo mundo! E tem que haver prova e tem que haver fato.

Para a prisão do ex-Deputado Eduardo Cunha, há provas, há fatos. Faz sentido. O que ela não pode é servir de argumento, de falsa isenção, para seguirem rumo à prisão do ex-Presidente Lula. Ela não pode ser uma cortina de fumaça ou aparentar uma possível isenção do Juiz Moro para seguir na rota da prisão do ex-Presidente Lula.

Essa é uma preocupação que deixo clara sem nenhum medo de dizer o que estou dizendo, porque isso de fato é muito preocupante. O que está havendo é uma perseguição aberta, explícita e política. A luta pela ética, a luta contra a corrupção não pode ser um instrumento de perseguição política seletiva. Nós precisamos ter clareza do que está acontecendo no Brasil, porque a ruptura da Constituição, a ruptura do Estado Democrático de Direito não nos levará a nenhuma solução positiva para ninguém, para nenhum partido, para nenhuma estrutura de poder deste País.

É importante que tenhamos clareza e não aplaudamos antes da hora o discurso de juízes de primeira instância que transformam em réu o ex-Presidente Lula. Obviamente, a prisão do Deputado Eduardo Cunha era esperada, e até achamos que ela levou um tempo maior do que esta Casa esperava, na medida em que havia provas, fatos concretos. Não acho também que o foro privilegiado impede a punição - vide o mensalão, que foi coordenado pelo Supremo Tribunal Federal. O que acho é que precisamos ter a preocupação de que isso, repito, não seja uma cortina de fumaça para justificar com uma falsa isenção a prisão do ex-Presidente Lula, que não pode ser feita. Não há fato novo, não há prova, não há nada que o inclua na lista dos réus deste País.

E quero dizer mais: quero dizer, Sr. Presidente Deputado Waldir Maranhão, que estamos muito preocupados com o Estado Democrático de Direito, com a democracia brasileira. Rasgamos a Constituição no momento em que fizemos o *impeachment* nesta Casa - evidentemente, nosso voto foi contrário. Estamos rasgando a Constituição novamente com a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016. Estamos rasgando 30 anos de luta e de conquistas. Rasgamos 30 anos em 3 meses. Trinta anos! Não há sustentação popular para a aprovação

desse - repito - congelamento.

A base do Governo nega, mas é congelamento, sim, porque dependerá da inflação, e não da economia, da arrecadação, da melhoria dos índices econômicos, o que todos eles prometem, mas em que eu não acredito, porque essa PEC é contracionista.

O Sr. Michel Temer não conseguiu ser recebido em reuniões bilaterais pelo Presidente da Rússia, pelo Presidente da China ou pelo Presidente da África do Sul. Eles se recusaram a fazer reuniões bilaterais com o Presidente do Brasil. Vejam aonde nós chegamos! Vejam a ilegitimidade do processo, que o mundo não comprou! O mundo não reconhece Michel Temer como Presidente. Ele só foi recebido pelo Presidente da Índia porque este era o anfitrião da reunião, mas no BRICS ninguém recebeu Michel Temer. Ele não tem o respeito internacional, o respeito do mundo.

Isso não ajuda o Brasil, inclusive nas relações comerciais, na melhoria dos investimentos, muito menos no desenvolvimento econômico. Não há projeto de Nação a partir de Michel Temer. O que há é um projeto de Estado mínimo. O que há é um projeto de cessão ao mercado. O que há é um projeto de terceirização do Estado brasileiro, sem nenhuma preocupação com o que é patrimônio nosso, com o que é direito do trabalhador, com o que é direito do povo, com os programas sociais e com tudo aquilo que nós construímos com muito esforço. E quando eu digo "nós", falo do povo brasileiro, que conquistou a democracia com sangue, com luta, e que a vê rasgada assim, por um golpe institucional, por um golpe midiático, por um golpe jurídico promovido por uma parcela dos agentes, repito - eu não generalizo porque a generalização é antidemocrática.

Sr. Presidente, para a prisão de Eduardo Cunha havia prova e havia fato. A tentativa de prender o Presidente Lula é claramente uma tentativa de retirá-lo do jogo eleitoral de 2018. E nós vamos denunciar isso permanentemente, porque não aceitamos a ruptura do Estado Democrático de Direito, a ruptura da democracia e a retirada de direitos.

A PEC 241 é a PEC da exclusão. A democracia está sendo violentada e agredida no Brasil. Nós vamos permanentemente gritar contra a restrição democrática, contra a violação democrática e contra o Estado de exceção que se busca fazer no Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 71/76

257.2.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 17/10/2016- CD	15:02
Publ.: DCD - 18/10/2016 - 25	JOSI NUNES-PMDB -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE		PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Avaliação dos resultados das eleições municipais de 2016, especialmente no Estado do Tocantins. Defesa de adoção de medidas para ampliação da participação das mulheres na política. Necessidade de realização da reforma política.

A SRA. JOSI NUNES (Bloco/PMDB-TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todas as pessoas que estão nos ouvindo, quero repercutir neste momento, como vários Parlamentares já o fizeram, o processo eleitoral que definiu Vereadores e Prefeitos que darão início a seus mandatos a partir de janeiro de 2017. Foi verdadeiramente um processo difícil e de grandes desafios para os candidatos em todo o Brasil.

As mudanças nas regras eleitorais, ao mesmo tempo em que equilibraram a disputa em termos de financiamento, contribuíram para que aqueles com maior poder econômico saíssem vitoriosos em muitos lugares - um sinal de que ainda é preciso repensar um sistema eleitoral mais democrático; um sinal de que ainda é preciso de fato fazer uma reforma política que transforme de verdade o sistema.

A atual conjuntura da política brasileira foi outro fator que influenciou o resultado das eleições em vários Municípios do Brasil.

A descrença na política somada à falta de credibilidade e à falta de esperança refletiu-se nas urnas. Tanto é que mais de 25 milhões de eleitores não compareceram às urnas para votar no primeiro turno das eleições municipais em todo o País, conforme informado pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Esse grande número de abstenções não pode e nem deve ser ignorado, principalmente por este Parlamento.

Usei esta tribuna no início do processo eleitoral para dizer que



acompanharíamos todo o processo nos Municípios do Tocantins, e foi o que fizemos. Dos 139 Municípios do Estado, 63 foram visitados. Aonde eu não pude ir pessoalmente, nós encaminhamos alguém de nossa assessoria. Percorremos cerca de 60 mil quilômetros nestes 45 dias e participamos de comícios, reuniões, caminhadas e carreatas. Considero que acompanhar de perto as eleições municipais foi uma grande oportunidade de ouvirmos a população, as demandas e os anseios da comunidade de norte a sul do nosso Estado.

Assim como o fiz nesta tribuna, fiz questão de reforçar a importância das eleições municipais por onde passei. Frisei a relevância de escolhermos bem os nossos Prefeitos e Vereadores, tendo em vista que, em nossas cidades, nós, cidadãos e cidadãs, sentimos os reflexos diretos de uma boa ou de uma má gestão.

No Tocantins, tivemos um resultado razoável. Não foi o esperado, mas muitos resultados nos surpreenderam. O PMDB, partido ao qual sou filiada, elegeu 27 Prefeitos. Deste total, foram eleitas apenas 5 Prefeitas, 2 Vice-Prefeitas e 30 Vereadoras.

Infelizmente, um levantamento divulgado pelo jornal *Folha de S.Paulo* aponta que o resultado das eleições deste ano revela que as mulheres perderam representatividade entre os políticos eleitos. Ainda conforme este levantamento, em alguns Estados do País, o percentual de mulheres eleitas em relação ao total é maior. Entretanto, em todos eles, ficou abaixo de 30%.

O Tocantins, por exemplo, está entre estes Estados em que o percentual foi maior, ocupando a sexta posição no *ranking*, com 18%. Mas, considerando o resultado total do País, torna-se evidente a necessidade de repensarmos sobre a participação feminina no processo político.

Além disso, avaliando o processo eleitoral como um todo, no geral, percebemos que todo o sistema, nosso eleitorado e nós, políticos, necessitamos, sim, de mudanças.

Acredito que o resultado das urnas, as abstenções, a descrença e a falta de esperança nos propõem uma série de reflexões, principalmente no que tange à reforma política, que, em minha opinião, tem que ser feita em conjunto com toda a sociedade.

Desejamos que, nesses 2 últimos anos do nosso mandato, possamos ver essa reforma política ser realizada por este Parlamento, assim como já aconteceu com tantas outras reformas necessárias, que iniciaram esse processo. Esperamos, ao final desta legislatura,

comemorar por ter tratado de temas importantes do processo eleitoral, fazendo um processo mais justo e mais igualitário.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que determine a transcrição deste nosso registro nos Anais, a divulgação pelos meios de comunicação da Casa, bem como sua reprodução no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Nós que agradecemos.

Documento 72/76

257.2.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 17/10/2016- CD	15:40
Publ.: DCD - 18/10/2016 - 35	ÁTILA LINS-PSD -AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Expectativa de criação de Comissão Especial para debate da reforma política.
Posição do orador favorável ao voto majoritário.

O SR. ÁTILA LINS (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. e aos demais companheiros que nós estamos com uma expectativa muito positiva quanto à designação da nova Comissão Especial que vai tratar da reforma política.

Aliás, já estou nesta Casa há 26 anos, atualmente cumprindo o meu sétimo mandato. Sempre que a Câmara dos Deputados criou uma Comissão para tratar da reforma política, ela nunca chegou a um denominador comum. Pequenos itens foram resolvidos e aproveitados, mas o crucial, o necessário para que houvesse uma reforma política duradoura nunca se concretizou.

Agora há a decisão do Presidente Rodrigo Maia de fazer com que se aproveite a boa vontade dos Deputados de procederem a várias reformas. Vamos aprovar, na próxima semana, a PEC que estabelece o teto para gastos do Governo e depois vamos tratar das reformas

previdenciária, tributária e trabalhista. Então, é muito importante que se proceda também à reforma política, para diminuir o número de partidos - é impossível o Brasil continuar a ter 35 partidos, afora outros que estão a caminho - e para extinguir as coligações partidárias.

Eu sou favorável à tese do Presidente da República Michel Temer, que sempre defendeu o voto majoritário. Com o voto majoritário, não se precisam de coligações partidárias e ganham os mais votados. Qualquer partido pode lançar um só candidato, que, se estiver inserido no contexto das vagas existentes em seu Estado, estará eleito sem problema nenhum, sem coligação, sem coeficiente eleitoral.

Assim não se repetirão aqueles fatos que V.Exa. sabe e todos nós nos acostumamos a ver, a exemplo de determinado candidato que teve mais de 1,5 milhão de votos no Estado de São Paulo trazer consigo, com essa extraordinária votação, Parlamentares que tiveram o mínimo, enquanto outros que tiveram votos suficientes não foram eleitos. O voto majoritário evita isso, pois ganham os mais votados.

Lá meu Estado do Amazonas, onde há oito vagas para Deputados Federais, os oito candidatos mais votados poderão ser de qualquer partido. O fim da coligação partidária não vai atrapalhar a vida de ninguém. Bastará o candidato ter votos suficientes que ficará entre os oito Deputados eleitos.

Quero manifestar a minha satisfação de ver que já está sendo organizada a Comissão. Já há até o Relator, o Deputado Vicente Candido, do PT de São Paulo, que vai fazer todos os entendimentos. E nós estamos todos na expectativa de que se escolha rapidamente o Presidente da Comissão Especial.

Vamos para o debate, vamos buscar encontrar meios e fórmulas para oferecer ao Brasil, o mais rapidamente possível, uma reforma política capaz de tirá-lo dessa situação em que se encontra, tendo que fazer ajustes de forma urgente.

Não dá mais para continuarmos com a ausência dessa reforma tão importante, que é a reforma política.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Deputado Átila Lins, o pronunciamento de V.Exa. será divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Documento 73/76

258.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/10/2016- CD	17:46
Publ.: DCD - 18/10/2016 - 73	SÓSTENES CAVALCANTE-DEM -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Repúdio à possibilidade de debate do voto em lista na Comissão Especial da Reforma Política.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, nós todos, na semana passada, fomos surpreendidos com notícias em relação à reforma eleitoral que está próxima a acontecer. Inclusive, na Comissão Especial, já foi nomeado como Relator um Deputado do PT.

Nós começamos a ouvir ruídos aqui na Casa e na imprensa de que o voto em lista virá como proposta. Quero, já inicialmente, repudiar tal tese, quaisquer que sejam os colegas Parlamentares que a defendam. Eu morei na Argentina durante 8 anos, que é o único país com sistema presidencialista que adota esse absurdo eleitoral do voto em lista.

Você, eleitor, que talvez já tenha escolhido o seu Deputado Federal, o seu Deputado Estadual, o seu Vereador, os seus legisladores e executivos, precisa entender um pouco o que é o voto em lista. O voto em lista é um retrocesso na nossa democracia. Ele nos faz voltar ao tempo dos coronéis, dos donos e proprietários de partido. Com ele, é o presidente do partido que decide quem fica em primeiro, segundo, terceiro e quarto lugar na lista, e assim sucessivamente.

Você, eleitor, não vota no seu legislador, você vota na lista. Vamos supor que você tenha votado naquela lista porque conhece o oitavo legislador. Mas, se a soma dos votos da lista só elegeu cinco - e você votou por causa do oitavo -, o coronel eleitoral, o dono do partido coloca cinco pessoas à frente daquele que você queria escolher. Isto é dar poder aos coronéis, aos proprietários de partidos neste País.

Eu já começo dizendo, desta tribuna, que precisa haver aqui um grupo

de Parlamentares plural e independente, um grupo de Parlamentares que tenham no seu eleitor a principal pessoa a quem devem prestar contas pelo mandato. Este é o meu caso.

Quero também dizer que sou contra o voto em lista. Nós precisamos evitar que tal absurdo passe nesta Casa. O eleitor já está distante de nós, que hoje somos a classe política. Se aprovarmos o voto em lista, mais distante ele ficará de nós.

Precisamos valorizar a nossa jovem democracia, melhorando-a. É lógico que o nosso modelo eleitoral precisa de reformas. Mas estou aqui para dizer "não" ao voto em lista. E peço a toda sociedade brasileira que ocupou as ruas deste País que diga "não" a esse absurdo que vai distanciar os políticos dos eleitores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 74/76

258.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	17/10/2016-17:52
Publ.: DCD 18/10/2016 - 74	LUIZ COUTO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Influência do poder econômico e vitória de candidatos milionários a Prefeito nas eleições municipais de 2016. Premência de aprofundamento da reforma política.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós pensávamos que, com o fim das doações de empresas, a situação da questão do financiamento de campanhas estaria resolvida.

Essa é uma triste mentira, porque, na realidade, os empresários continuam doando como pessoas físicas e colocam membros das empresas para também doar. No final, somando tudo, o empresário

doa o que iria doar como empresa.

De acordo com o levantamento feito pelo portal G1, dos 37 Prefeitos eleitos em cidades com mais de 200 mil habitantes, nada menos que 23 milionários foram eleitos.

Lá é citado, em primeiro lugar, Vittorio Medioli, do PHS, em Betim; e, na sequência, João Doria, do PSDB, em São Paulo; ACM Neto, do DEM, em Salvador; Mourão, do PSDB, em Praia Grande, e André, do PSDB, em Governador Valadares.

Além de São Paulo e Salvador, são citadas Natal e João Pessoa, Capitais com Prefeitos milionários.

Isso mostra que essa é uma cultura reinante em nosso País. Nós verificamos que, cada vez que há candidaturas isoladas, o financiamento é feito.

Na última missa do Dia de Nossa Senhora Aparecida, o Padre João Batista chamou a atenção para a compra de voto desenfreada que aconteceu em nosso País, onde pessoas aproveitaram para fazer a festa, comprando votos.

Ou nós mudamos a política no País, fazemos uma reforma profunda para valer, ou então nós ficamos brincando de colocar remendo em pano velho. E, quando se coloca remendo em pano velho, o buraco fica maior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

Documento 75/76

258.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 17/10/2016-18:12
Publ.: DCD 18/10/2016 - 77	LINCOLN PORTELA-PRB -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa do adiamento da discussão sobre reforma política para o próximo ano.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, Deputado Benito Gama. Obrigado, Deputado Pedro Uczai.

Sras. e Srs. Parlamentares, Brasil que nos ouve, discutimos o Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 20116, reforma tributária, reforma trabalhista e agora reforma política. Mal acabou a eleição - na verdade, ainda não acabou; acabou apenas o primeiro turno -, e estamos entrando nessa encrenca de reforma política dessa maneira que já está sendo apresentada.

Isso é um absurdo! O Brasil precisa fazer uma reforma política? Talvez, no ano que vem. Vamos conversar. Mal saímos da ressaca de uma eleição, nem saímos dela, de fato, e já vem essa conversa de reforma política, da maneira que está vindo? Ora, que os partidos pequenos e médios se unam e não deixem votar nada aqui, enquanto essa conversa fiada não acabar. Ano que vem, nós conversamos sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Presidente.

Documento 76/76

253.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 11/10/2016-11:44
Publ.: DCD 12/10/2016 - 12	BETO MANSUR (PRESIDENTE)-PRB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Informação ao Plenário de criação de Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Ato da Presidência

Nos termos da alínea m do inciso I do art. 17, combinado com o inciso II do art. 22, todos do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à Reforma Política.

A Comissão será composta de 29 (vinte e nove) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 10 de outubro de 2016.
Rodrigo Maia
Presidente da Câmara dos Deputados
